

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

SOILA CANAM

**A PLANTA-TEXTO: UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO SOBRE AS
FORTALEZAS CONSTRUÍDAS ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII EM
MATO GROSSO**

Cáceres, 2024

SOILA CANAM

**A PLANTA-TEXTO: UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO SOBRE AS
FORTALEZAS CONSTRUÍDAS ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII EM
MATO GROSSO**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Linguística da Universidade
do Estado de Mato Grosso (Unemat),
para o exame de qualificação, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Doutor em Linguística, sob a
orientação do Professor Dr. Taisir
Mahmudo Karim, e Coorientação do
Professor Dr. Lucas Augusto Souza
Pinto Alvares

Cáceres, 2024

SOILA CANAM

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim
Orientador/Presidente (PPGL/Unemat)

Prof. Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares
Coorientador (UNEMAT)

Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira
Avaliadora externa (UNIFESSPA)

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues
Avaliador externo (UFMS)

Prof. Dr. Paulo Cesar Tafarello
Avaliador interno (UNEMAT)

Prof. Dr. Wolber Sebastião Pereira
Avaliador externo (UNEMAT)

APROVADA EM 15/08/2024

Canam, Soila.

116 A PLANTA-TEXTO: UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO SOBRE AS FORTALEZAS CONSTRUÍDAS ENTRE OS SÉCULOS XVII E XVIII EM MATO GROSSO / Soila Canam. - Cáceres, 2024.

157f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Linguística/CAC-PPGL - Cáceres - Doutorado Acadêmico, Universidade Do Estado De Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado".

Orientador: Taisir Mahmudo Karim.

Coorientador: Lucas Augusto Souza Pinto Alvares.

1. Semântica do Acontecimento. 2. Articulação e reescrituração. 3. Elementos verbais e não verbais. 4. Fortalezas. 5. Planta-texto. I. Karim, Taisir Mahmudo. II. Alvares, Lucas Augusto Souza Pinto. III. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 81

*Para Hassan e Stella, meus filhos, todo meu amor, meus sonhos e minhas
esperanças.*

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida e proteção; sabedoria, fé, esperança, resiliência e confiança. Nos dias mais doloridos, Senhor, preservei a minha fé, pois em ti busquei o sustento, o equilíbrio e a paz. Os olhos humanos são incapazes de ver a beleza que Deus nos possibilita através das adversidades. Foi doloroso, meu Pai...

A Nossa Senhora Aparecida, minha mãe Maria, pelo conforto e proteção. Em seus braços busquei o consolo de filha e, a Senhora, com o carinho de mãe enxugou minhas lágrimas. A caminhada não foi fácil, minha Mãe...

À Miguel Arcanjo, meu amigo, por sempre estar comigo nos momentos de angústia e aflição. E foram tantos... E quando a esperança estava prestes a esvaír, era com você que me sentia confortável para desabar, e por vezes chorar...

Ao meu orientador, Prof. Dr. Taisir, obrigada pela sua generosidade durante todo esse caminho. Obrigada pelo acolhimento desde o primeiro dia em que o conheci. A sua generosidade, a paciência, a compreensão, principalmente nos últimos anos e meses foram muito importantes para eu continuar com o estudo. Esses, sem dúvidas, foram os mais delicados e difíceis da minha vida materna.

Ao meu coorientador, Lucas Alvares, Brima. Pelas mensagens, Brima socorrooooo... e você me atendia. Obrigada pelas partilhas teóricas, por alinhar meus pensamentos na reta final da qualificação. Estava completamente imersa na maternidade, dias difíceis e solitários. Você foi fundamental para o andamento e conclusão desse trabalho (Vamos, Soila, Não temos mais tempo!!! Eu dizia, ainda temos!!! Calma... rrsrr) Obrigada, Brima, pelo apoio, compreensão, paciência e colaboração.

A Coordenação do PPGL pela compreensão, paciência e acolhimento. Agradeço pela oportunidade em conhecer a Profa. Dra. Eni P. Orlandi, referencial teórico vivo dos meus dias de graduação em 2001. Assim como, a honra de conhecer o Prof. Dr. Eduardo Guimarães, referencial teórico do Doutorado.

A Profa. Dra. Rosemar pela generosidade, pelas palavras e, sem dúvidas, pelas ressignificações históricas e semânticas no meu trabalho. Pelas indicações de leitura, pelos retornos dos e-mails. O seu olhar ressignificou o meu.

Ao prof Dr. Marlon pelas contribuições e ressignificações de sentido neste trabalho.

Ao prof Dr. Paulo pelas palavras afetuosas.

Ao prof Dr. Wober pelo aceite e colaboração.

Aos professores do PPGL, obrigada pelas partilhas teóricas.

Ao professor Arnaldo, do IHGMS, obrigada pelas indicações de leitura. Em particular, pela coleção referente ao Forte de Coimbra. E pelo meu presente, a obra “Forte de Coimbra: História é Tradição”.

Ao meu pai e minha mãe, pela atenção, companheirismo, solidariedade e incentivo ao longo da minha caminhada na pós-graduação.

Aos irmãos, Fayruzi, Samir, Afif e Said (in memorian). Nega foi uma “mãe” que acolhe o filho doente. Obrigada pelo cuidado comigo e com meus filhos, a você, devo muito. À Said¹ ainda vamos conversar, um dia, num banco dentro de um jardim cheio de flores coloridas, olhando o pôr do sol. Tenho tantas coisas para te contar. Sinto sua falta, Zé Lelé.

Aos meus filhos, Hassan e Stella, o amor mais puro, delicado e desafiador que existe. Hassan está acompanhando a mãe desde o mestrado. Aprendeu a ler aos 04 anos de idade. No dia em que leu a capa do livro “Professor Reflexivo”, confesso que fiquei feliz e espanta. Talvez, meu filho, nesse dia, a mãe já poderia ter iniciado a nossa jornada em busca de um diagnóstico. Você é um menino alegre, com 14 anos (hoje), feliz e sorridente, apaixonado por criar vídeos, e o autismo irá conosco até o fim. Stella chegou no Doutorado, (hoje) com 02 anos de idade. Milha filha é uma menina doce, alegre, olhos amáveis, meiga, apaixonada por dança e desenhos. Você chegou para avivar a esperança nos nossos dias. Para vocês, todo o meu amor, os meus sonhos e esperanças...

A Meire Ramalho, minha prima, pela companhia desde o mestrado. Foi inspirando em você que comecei a ver as possibilidades de uma vida com mais qualidade através dos estudos.

¹ Devolver você ao nosso criador foi uma das tarefas mais desafiadoras e dolorosas da nossa família. Ainda dói.

A Lucas por ver o quanto foi desafiador, cansativo, solitário e exaustivo os caminhos da minha escrita na maternidade.

A Karla Tavares, amiga de tutoria. A pessoa que me impulsionou a tentar a seleção para o doutorado da UNEMAT. Obrigada pelo incentivo e parceria.

A Ivete, minha amiga, de longa data, talvez de outras vidas (se essas existirem). Você me conhece tanto. Obrigada por cada palavra de esperança, de sacode e de afeto.

A Nayara Martins, um conhecer de infância que desabrochou na maternidade. Amizade de barriga. Estávamos gestantes. Você com Bento, e eu com Stella. Obrigada por ter chegado no momento mais desafiador da minha vida. Pela partilha e acolhimento. Por todas as palavras carinhosas, encorajadoras e acolhedoras nas horas em que mais precisei desse amparo.

A Paula, amiga de infância, pela presença desde a escola primária. Obrigada por estar comigo nesse caminho formativo, do ensino fundamental II até o Doutorado. É uma amizade para a vida toda.

Aos meus companheiros de estudos Isael e Sylvain. Obrigada pela acolhida, pelos almoços, pela companhia, pela mão estendida, pelas risadas, pelas partilhas, pelo carinho e amizade.

A Dinho pelo acolhimento durante as aulas presenciais. Pelo teto e abrigo, pelas risadas, carona, partilhas e amizade.

Aos amigos que chegaram através do meu trabalho na educação, aos quais tenho muito carinho, consideração e admiração. Aos amigos de longa data e aos recentes, Luma Policarpo, Rodrigo Furtado, Marta Rocha, Matildes Trettel, Carmem Fanin, Bibiana Anjos, Lidianny Fonseca, Jucinei de Oliveira e Laís Gomes. A vocês, que estiveram comigo, perto ou longe, acompanhando os caminhos da minha escrita. Obrigada pela acolhida, pelas discussões teóricas, pelo otimismo, pelas risadas, pelas palavras afetuosas e de encorajamento, pelos gestos de carinho e por deixar meus dias mais leves!

A Arte ensinou a accommodar a direção das linhas para a offença das armas com que se expugnão, e com que se deffendem as fortificações; E das armas se deve tirar a certeza da largura, altura, e comprimento de todas as suas partes (Fortes, 1728, p. 5).

Do dessenho das plantas Militares. A Arte de dessenhar as plantas Militares consistem em certas maximas, ou regras, das quaes humas são naturaes, e outras de uso, ou convenção: essas máximas, ou regras destinguem do dessenho da pintura, e da minhatura (Fortes, 1728, p. 410).

Na história das fortificações luso-brasileiras, que se erguem nos diversos recantos do vasto território nacional, descortinam-se episódios expressivos da formação de nosso povo (Carvalho e Albuquerque, p. 17, 1985).

(...) a constituição do sentido é enunciativa, ou seja, é constituída pelo acontecimento da enunciação. Este acontecimento se apresenta por uma temporalidade própria que significa no que se diz. O acontecimento da enunciação se dá nos espaços de enunciação e agenciam o falante a enunciar dos lugares de enunciação que constituem a cena enunciativa e assim a relação de alocação de um lado e a relação com o que se diz, e como, de outro (Guimarães, 2023, p. 118).

RESUMO

Esta tese pertence à área de concentração Estudo de Processos Linguísticos, inscrita na linha de pesquisa Estudos dos Processos de Significação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Nosso objetivo geral foi analisar e fundamentar as plantas arquitetônicas como um texto, a partir da articulação dos elementos verbais e os não verbais que as integram, e as fazem significar enquanto uma unidade de sentido. Este estudo considera o não verbal como um elemento que funciona no acontecimento de linguagem como algo que significa o real, porém, não o tomamos isoladamente, mas sim, articulado ao verbal. Ademais, especificamente, buscamos identificar os modos de reescrituração dentro dessa planta-texto e em outros textos referentes aos fortes. Também buscamos mostrar o funcionamento morfossintático dos nomes que nomeiam as fortalezas, ao serem designadas projetam sentidos ora relativos a Portugal, ora homenagem a realeza portuguesa. Para isso, nossa base teórica é a Semântica do Acontecimento, desenvolvida pelo semanticista Eduardo Guimarães (2009, 2017, 2018), em consonância com Karim (2012, 2021), Dias (2013, 2018) e Oliveira (2020). Nosso corpus é composto por enunciados verbais e não verbais presentes nas plantas arquitetônicas dos fortes construídos em Mato Grosso no final do século XVII e início do XVIII durante o período em que o Brasil era Colônia, Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul, ainda, integravam a Capitania de Mato Grosso. Assim, nosso material de análise é composto por duas fortalezas, ou mesmo praças², o Forte de Coimbra (1776) e o Real Forte do Príncipe da Beira (1777). Articulados às plantas utilizamos também recortes de enunciados verbais que integram diversos tipos de textos como ata de fundação das fortalezas, artigos científicos, teses, dissertações e capítulo de livros. A pesquisa na Semântica do Acontecimento nos permitiu verificar como a ciência da linguagem consegue observar os sentidos dos nomes das fortalezas considerando os aspectos social – cultural – histórico instalados numa temporalidade que os fazem significar o que significam no presente da enunciação. Assim, foi possível mostrar a dinamicidade dos sentidos produzidos no presente da enunciação, isso quer dizer que este termo, fortaleza, constitui um passado memorável, por isso, ao ser enunciado neste momento, não tem o mesmo sentido de quando foi enunciado no período colonial. Dizer fortaleza, hoje, é significá-las na relação com o que se compreende por República Federativa do Brasil. Dizer fortaleza, recortando um passado enunciativo do Brasil colonial significa produzir sentidos como invasão territorial, assassinatos, Coroa Portuguesa, realeza, expedições marítimas, poder, política, fronteiras, tráfico de pessoas e extermínio de etnias indígenas. De modo geral, esses são alguns sentidos projetados pela expressão “Forte”. Com isso, vale destacar que a importância dessa pesquisa se dá pelo fato dessa corrente teórica nos possibilitar olhar para a planta arquitetônica dos fortes vislumbrando a articulação entre os elementos verbais e não verbais que a constituem e a significam enquanto unidade de sentido, como uma planta-texto, além de, entendermos que a constituição dos sentidos projetados pelos enunciados que dizem sobre elas transcendem a espacialidade territorial até chegar na constituição da sociedade brasileira. Isso quer dizer que ao enunciarmos planta-texto do forte X, estamos enunciando um passado cujos termos escravidão, pobreza, quilombo, desigualdade social e racismo são desvelados em suas

² Este termo é utilizado por Fortes como um sinônimo para Forte ou Fortaleza.

gênese. A origem dos sentidos dessas expressões é constituída nesse passado que deu origem ao território brasileiro. Assim, esperamos que nossa pesquisa possa contribuir junto aos estudos da significação, a fim de fortalecer as discussões e reflexões sobre a planta-texto a partir da Semântica enunciativa.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento. Articulação e reescrituração. Elementos verbais e não verbais. Fortalezas. Planta-texto.

ABSTRACT

This thesis belongs to the Study of Linguistic Processes concentration area, included in the research line Studies of Meaning Processes of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Our general objective was to base the architectural plans as a text, based on the articulation of the verbal and non-verbal elements that integrate them, and make them signify as such; It is important to say that this study considers the non-verbal as an element that functions in the language event as something that signifies the real, however, we do not take it in isolation, but rather, articulated with the verbal. Furthermore, specifically, we sought to identify the ways of rewriting within this text plan and in other texts referring to forts; We also seek to show the morphosyntactic functioning of the names that name the fortresses, when designated they project meanings that are either related to Portugal or a tribute to Portuguese royalty. For this, our theoretical basis is Event Semantics developed by semanticist Eduardo Guimarães (2009, 2017, 2018), in line with Karim (2012, 2021), Dias (2013, 2018) and Oliveira (2020). Our corpus is composed of verbal and non-verbal statements present in the architectural plans of the forts built in Mato Grosso at the end of the 17th century and beginning of the 18th century during Colonial Brazil, a period in which Mato Grosso, Rondônia and Mato Grosso do Sul were still part of the Captaincy of Mato Grosso. Thus, our analysis material is composed of two fortresses, or even fortified squares, the Forte de Coimbra (1776) and the Real Forte do Príncipe da Beira (1777). Linked to the plans, we also use clippings of verbal statements that integrate different types of texts such as minutes of the foundation of fortresses, scientific articles, theses, dissertations and book chapters. Research in Event Semantics allowed us to observe how the science of language can observe the meanings of the names of fortresses considering the social – cultural – historical aspects installed in a temporality that make them mean what they mean in the present of the enunciation. Thus, it was possible to show the dynamicity of the meanings produced in the present of the enunciation, this means that the term fortress constitutes a memorable past, therefore, when it is enunciated at this moment, it does not have the same meaning as when it was enunciated in the colonial period. To say fortress, today, is to mean them as the Federative Republic of Brazil. Saying fortress, cutting out an enunciative past of colonial Brazil, means producing meanings such as territorial invasion, murders, the Portuguese Crown, royalty, maritime expeditions, power, politics, borders, human trafficking and the extermination of indigenous ethnicities. In general, these are some meanings projected by the expression “Strong”. With this, it is worth highlighting that the importance of this research is due to the fact that this theoretical current allows us to look at the architectural plan of forts, glimpsing the articulation between the verbal and non-verbal elements that constitute it and signify it as a unit of meaning, like a plant text, in addition, we understand that the constitution of the meanings projected by the statements that say about them transcends territorial spatiality until reaching the constitution of Brazilian society. This means that when we enunciate the text of Fort X, we are enunciating a past whose terms slavery, poverty, quilombo, social inequality and racism are revealed in their genesis. The origin of the meanings of these expressions is constituted in this past that gave rise to Brazilian territory. Thus, we hope that our work

can contribute to studies of meaning, in order to strengthen discussions and reflections on the text plan based on enunciative semantics.

Keywords: Event Semantics. Articulation and rewriting. Verbal and non-verbal elements. Fortresses. Plant text.

RÉSUMÉ

Cette thèse appartient au domaine de concentration Etude des Processus Linguistiques, inclus dans la ligne de recherche Études des Processus de Signification du Programme de Troisième Cycle Stricto Sensu en Linguistique de l'Université d'État du Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). Notre objectif général était de fonder les plans architecturaux comme un texte, basé sur l'articulation des éléments verbaux et non verbaux qui les intègrent, et leur font signifier comme tels ; Il est important de dire que cette étude considère le non-verbal comme un élément qui fonctionne dans l'événement de langage comme quelque chose qui signifie le réel, cependant, nous ne le prenons pas isolément, mais plutôt articulé avec le verbal. De plus, nous avons spécifiquement cherché à identifier les modalités de réécriture au sein de ce plan de texte et dans d'autres textes faisant référence aux forts ; Nous cherchons également à montrer le fonctionnement morphosyntaxique des noms qui nomment les forteresses, lorsqu'ils sont désignés, ils projettent des significations soit liées au Portugal, soit hommage à la royauté portugaise. Pour cela, notre base théorique est la sémantique des événements développée par le sémanticien Eduardo Guimarães (2009, 2017, 2018), dans la lignée de Karim (2012, 2021), Dias (2013, 2018) et Oliveira (2020). Notre corpus est composé d'énoncés verbaux et non verbaux présents dans les plans architecturaux des forts construits dans le Mato Grosso à la fin du XVIIe siècle et au début du XVIIIe siècle pendant la période coloniale du Brésil, période où le Mato Grosso, Rondônia et Mato Grosso do Sul faisait toujours partie de la Capitainerie du Mato Grosso. Ainsi, notre matériel d'analyse est composé de deux forteresses, voire places fortifiées, le Forte de Coimbra (1776) et le Real Forte do Príncipe da Beira (1777). En lien avec les plans, nous utilisons également des coupures de déclarations verbales qui intègrent différents types de textes tels que des procès-verbaux de fondation de forteresses, des articles scientifiques, des thèses, des mémoires et des chapitres de livres. Les recherches en sémantique des événements nous ont permis d'observer comment la science du langage peut observer les significations des noms de forteresses en considérant les aspects sociaux – culturels – historiques installés dans une temporalité qui leur fait signifier ce qu'ils signifient dans le présent de l'énonciation. Ainsi, il a été possible de montrer la dynamique des significations produites dans le présent de l'énonciation, cela signifie que le terme forteresse constitue un passé mémorable, donc, lorsqu'il est énoncé à ce moment, il n'a pas le même sens que lorsqu'il est énoncé à ce moment-là. elle a été énoncée à l'époque coloniale. Aujourd'hui, parler de forteresse signifie qu'il s'agit de la République fédérative du Brésil. Dire forteresse, couper un passé énonciatif du Brésil colonial, signifie produire des significations telles que l'invasion territoriale, les meurtres, la couronne portugaise, la royauté, les expéditions maritimes, le pouvoir, la politique, les frontières, le trafic d'êtres humains et l'extermination des ethnies indigènes. En général, ce sont quelques-unes des significations projetées par l'expression « Fort ». Il convient ainsi de souligner que l'importance de cette recherche est due au fait que ce courant théorique nous permet de regarder le plan architectural des forts, en entrevoyant l'articulation entre les éléments verbaux et non verbaux qui le constituent et le signifient. en tant qu'unité de sens, comme un texte végétal, nous comprenons en outre que la constitution des significations projetées par les énoncés qui en parlent transcende la spatialité territoriale jusqu'à atteindre la constitution de la société brésilienne. Cela signifie que lorsque nous

énonçons le texte de Fort X, nous énonçons un passé dont les termes d'esclavage, de pauvreté, de quilombo, d'inégalité sociale et de racisme se révèlent dans leur genèse. L'origine des significations de ces expressions se constitue dans ce passé qui a donné naissance au territoire brésilien. Ainsi, nous espérons que nos travaux pourront contribuer aux études de sens, afin de renforcer les discussions et réflexions sur le plan textuel basées sur la sémantique énonciative.

Mots-clés : Sémantique des événements. Articulation et réécriture. Éléments verbaux et non verbaux. Forteresses. Texte végétal.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	55
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	82
IHGMS	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta baixa simples.....	43
Figura 2: Planta baixa complexo	44
Figura 3: Planta baixa complexo 2	45
Figura 4 Descrição - flecha e a localização dos flancos, as faces e os baluartes.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. O Forte de Coimbra: Corpus, recortes e localização.....	84
Quadro 2. O Real Forte do Príncipe da Beira: Corpus, recortes e localização.....	85
Quadro 3. Relação de Trabalhadores e oficiais da obra do Real Forte Príncipe da Beira.....	118

LISTA DAS PLANTAS TEXTO

Planta-texto 1. Planta e perspectiva do Presídio Português: A Nova Coimbra (Sem ano)	93
Planta-texto 2. Planta do Novo Forte de Coimbra 1779.....	97
Planta-texto 3 Planta da Estacada de Nova Coimbra: edificada depois do incêndio (sem ano)	109
Planta-texto 4. Forte do Príncipe da Beira de 1778.....	116
Planta-texto 5. Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789	121
Planta-texto 6. Plano do Forte do Príncipe da Beira 1798.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
-----------------	----

CAPÍTULO I

OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

1.1. Linguística no Brasil – iniciando a discussão.....	30
1.2. A Semântica – algumas palavras.....	31
1.3. Semântica do Acontecimento: noções e procedimentos.....	31
1.3.1. O espaço de enunciação – noção e configuração	33
1.3.2. A cena enunciativa, sua configuração e os falantes.....	34
1.4. A Articulação: estabelecendo relações de contiguidade.....	35
1.5. A Reescrituração: Outros modos de redizer.....	37
1.6. O texto: breves considerações pela perspectiva enunciativa.....	39
1.7. A planta baixa como texto: é possível?	40
1.8. A arquitetura militar e a planta-texto – algumas considerações	46

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA DAS FORTALEZAS COLONIAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PASSADO DE MEMÓRIAS QUE CONSTITUEM O BRASIL

2.1. Povos originários do Brasil: Entre índios e indígenas.....	53
2.2. Da invasão a colonização: Desmistificando a chegada dos portugueses	56
2.3. Daniel Munduruku Monteiro Costa.....	57
2.4. Ailton Alves Lacerda Krenak.....	58
2.5. A escravatura no Brasil – marcas da política de invasão.....	59
2.6. O Tratado de Tordesilhas – algumas considerações.....	64
2.7. O Tratado de Madri – Algumas palavras.....	65
2.8. O outro lado da história: A invasão do Brasil por intermédio da expansão marítima.....	66
2.9. A história das fortificações: acontecimentos de construções.....	69
2.10. Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres: Governador da capitania de Mato Grosso.....	71
2.11. O Forte de Coimbra.....	72
2.12. O Real Forte do Príncipe da Beira.....	76

CAPÍTULO III

CONHECENDO O CORPUS

3.1. Os fortes e suas formas: algumas considerações.....	85
--	----

CAPÍTULO IV

A DESIGNAÇÃO NAS PLANTAS BAIXAS DOS FORTES “DE COIMBRA” E “PRÍNCIPE DA BEIRA”

4.1. As plantas texto do Forte de Coimbra.....	92
4.2. A análise da Planta e perspectiva do Presídio Português: A Nova Coimbra.....	92
4.2.1. A constituição da cena enunciativa na planta-texto do Presídio Português a nova Coimbra.....	93
4.2.3. As relações de Articulação na planta-texto do Presídio Português a nova Coimbra.....	94
4.2.4. As relações de Reescrituração na planta-texto do Presídio Português a nova Coimbra.....	95
4.3. A análise da Planta Forte Novo de Coimbra.....	96
4.3.1 A constituição da cena enunciativa na Planta-texto do Novo Forte.....	97
4.3.2 As relações de Articulação na Planta do Novo Forte de Coimbra	98
4.3.4. As relações de Reescrituração presente nas descrições dos perfis que dizem sobre a planta-texto do novo forte de Coimbra.....	102
4.4. A Análise da Planta da Estacada de Nova Coimbra – edificada depois do incêndio	108
4.4.1. A cena enunciativa da Planta-texto da Estacada de Nova Coimbra – edificada depois do incêndio.....	109
4.4.2. As relações de Reescrituração na Planta-texto da estacada de nova Coimbra edificada depois do incêndio.....	112
4.4.3. O funcionamento morfossintático do nome Forte de Coimbra.....	114
4.4.4. Algumas considerações.....	114
4.5. A análise da planta-texto do Real Forte do Príncipe da Beira de 1778.....	115
4.5.1. A Cena Enunciativa da planta-texto do Real Forte do Príncipe da Beira de 1778.....	116
4.5.2. As relações de Reescrituração na planta-texto do Forte do Príncipe da Beira de 1778.....	119
4.5.3. A análise da planta-texto do Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789.....	120
4.6.1. A cena Enunciativa da planta-texto do Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789.....	121
4.6.2. As relações de Reescrituração na planta-texto do Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789.....	122
4.6.3. As relações de Articulação na planta-texto do Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789.....	123
4.7. A análise da Planta do Forte do Príncipe da Beira – 1798.....	128

4.7.1. A Cena Enunciativa da Planta do Forte do Príncipe da Beira – 1798.....	129
4.7.2. As relações de Reescrituração da Planta do Forte do Príncipe da Beira – 1798.....	130
4.7.3. As relações de Articulação da Planta do Forte do Príncipe da Beira – 1798.....	132
4.7.4. O funcionamento morfossintático do nome Real Forte do Príncipe da Beira.....	136
4.7.5. Algumas considerações.....	137
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	139
REFERÊNCIAS.....	146
ANEXOS.....	155

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura observar e, do lugar dos estudos enunciativos, analisar as plantas arquitetônicas de fortalezas construídas em Mato Grosso, no período que corresponde ao final do século XVII e início do XVIII. Algumas pesquisas foram/estão sendo desenvolvidas sob a orientação do semanticista Taisir M. Karim por intermédio do grupo de estudos SIGNIFICAR, nas dissertações e teses.

Desenvolver esse estudo semântico e enunciativo dessas plantas possibilitou, a nós pesquisadores, um novo olhar para a história do Brasil Colônia. Este é um passado enunciativo recortado pelo presente, que enuncia novos sentidos, a partir de um memorável que está inscrito na sua própria história. Ao tratarmos das enunciações que dizem sobre fortificações no período colonial, nos referimos a um lugar muito específico, o lugar da engenharia militar.

A ciência militar em torno dessa engenharia avançou significativamente, e, por isso, possibilitou as mudanças arquitetônicas nas plantas dos fortes, a fim de melhorar o sistema defensivo e ostensivo. Os engenheiros militares foram importantíssimos nesse processo transitório. Seus conhecimentos não se limitaram a arquitetura, ao contrário, dominavam outras áreas do conhecimento como astronomia, arte, e, principalmente, a matemática.

Portanto, deve-se reconhecer “os princípios da arquitetura militar, e como esse conhecimento está articulado à lógica da conquista, à posse e ao domínio do espaço” (Oliveira, 2014, p. 17), conhecimentos substanciais, que os engenheiros com formação em arquitetura militar usavam para perceber e reconhecer, *in locu*, o melhor terreno para instalação e demarcação das fortificações ao longo do território brasileiro.

Com isso, a geografia cartográfica ganha um estudioso de riquíssima colaboração narrativa para a história do nosso país. Temos a colaboração do General Raul Silveira de Mello ao contribuir de forma significativa junto à história militar do Brasil, em particular, na Região Centro-Oeste. Suas narrativas

[...] constituem peças básicas para o estudo daquelas extensas áreas onde a defesa da nacionalidade, especialmente após a assinatura dos tratados de limites do século XVIII, obrigou o Estado português a uma radical mudança de atitude com relação a um melhor conhecimento do interior do Brasil. A demarcação das fronteiras, a fortificação de tão extensas lindes, o levantamento topográfico e

cartográfico, o interesse pelas pesquisas em torno da geografia e da história natural de tais regiões, constituem pontos altos da preocupação luso-brasileira na segunda metade do século XVIII (Matos, p. 300, 1968).

Essa preocupação possibilitou ao Brasil expandir a demarcação de suas terras, resultando, assim, em 350 fortificações, cujas construções se fizeram ao longo de cinco décadas (Paula, 2017). Para nós, nos interessa os fortes construídos em Mato Grosso no final do século XVII e início do XVIII.

Após várias pesquisas em materiais disponíveis on-line e impresso, encontramos o Forte Nossa Senhora da Conceição (1759), anos depois foi renomeado e passou a se chamar Forte de Bragança (1774). Além desses, foram construídos o Forte Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi (1765), Forte de Coimbra (1776) e Real Forte do Príncipe da Beira (1777). Dentre estes, elegemos duas fortalezas para serem estudadas: o Forte de Coimbra e o Real Forte do Príncipe da Beira. Aqui, temos os opostos com relação aos enunciados que dizem sobre a sua construção, nomeação e existência de cada fortificação.

De um lado, uma construção, aparentemente frágil e simplória, mas importantíssima e com marcas na história do seu nome em função da sua participação na Guerra do Paraguai, o Forte de Coimbra; de outro, uma construção exuberante e robusta, dispendiosa, planejada detalhadamente, porém, na atualidade, abandonada e em ruínas, o Real Forte do Príncipe da Beira.

Assim como em tantas pesquisas documentais, a nossa também foi morosa, pois tivemos, no início, dificuldades para encontrar as plantas, principalmente, em bom estado de conservação e legíveis.

Com isso, nosso trabalho buscou a partir da Semântica do Acontecimento³, também chamada de Semântica da Enunciação, ou ainda, Semântica Histórica fundamentar teórica e metodologicamente a planta baixa como um texto. Nossas análises se apoiam nos fundamentos teóricos dos estudos enunciativos, teoria desenvolvida por Eduardo Guimarães (2002, 2009, 2011, 2018) e demais semanticistas que dialogam com sua teoria como Karim (2012), Oliveira (2013) e Dias (2018).

³ Ao longo do texto utilizaremos esses termos para evitarmos repetições.

Nosso objetivo geral foi fundamentar e analisar as plantas arquitetônicas como um texto a partir da articulação entre elementos verbais e não verbais que a constituem e possibilitam significá-las enquanto texto. É importante dizer que este estudo considera o não verbal como um elemento que funciona no acontecimento de linguagem como algo que significa o real, porém, não o tomamos isoladamente, mas sim, articulado ao verbal. Estabelecendo entre esses dois elementos uma relação de contiguidade, indissociabilidade. O não verbal precisa ancorar-se ao verbal para se sustentar enunciativamente.

Ademais, especificamente, buscamos identificar os modos de articulação e reescrituração dentro dessa planta e em outros textos referentes aos fortes; assim como buscamos mostrar o funcionamento morfossintático dos nomes que nomeiam as fortalezas.

Nesse movimento, corroboramos com o que diz Karim (p. 26, 2012), “[...] os sentidos dos nomes são constituídos a partir da história da sua própria existência nos acontecimentos enunciativos”, ele não é algo solto no mundo. Assim, para que o sentido de um nome possa ser construído é preciso que ele tenha uma inscrição na sua história da enunciação. O que queremos dizer é que um nome para significar é preciso considerar a história enunciativa de como esse nome se dá como nome. Para sustentar nossa discussão, nos ancoramos nos dizeres de Dias (2017, p. 120):

Um nome resume uma história enunciativa da percepção das entidades expressas nos enunciados descritivos. Essa percepção das entidades e situações advém da constituição do seu sentido na história. A descrição dessa entidade já é efeito de um gesto de percepção de uma entidade ou situação, tendo passado por sua estabilização na história.

Isso significa que um nome, planta ou texto, por exemplo, precisa ter sua estabilização na história. Dessa forma, as pessoas ao enunciarem sobre esse nome, assim o farão em função dos referenciais, e assim, passam a ter pertinência enunciativa. Esses referenciais nos permitem pela pertinência constituída elaborar nossa concepção de planta-texto. Para mobilizar tais sentidos, adiante, explicaremos o que é planta arquitetônica, o que é texto, e depois, dizer o que significa para nós uma planta-texto.

Nesse estudo, os termos planta, desenho arquitetônico, desenho ou projeto foram alguns termos utilizados nos materiais analisados para se referirem a planta baixa.

Notamos, por assim dizer, uma rede semântica funcionando por contiguidade de sentido. Esses termos em sua materialidade possuem características próprias envolvendo elementos visuais, verbais e não verbais, que os fazem significar enquanto tal.

Esses elementos não estão apenas nas plantas, mas no nosso dia a dia, a todo instante estamos em contato com as variadas formas de linguagem⁴ e sua classificação se torna necessária quando estamos em ambiente escolarizado, pois, é lá, na escola, que as crianças e adolescentes terão seu primeiro contato com a linguagem visual durante as aulas na disciplina de Arte. Essa linguagem vinculada à Arte se ocupa dos “elementos gráficos como pontos, linhas, cores, formas, espaços, contrastes entre luz e sombra, texturas, entre outros, são aspectos importantes na linguagem visual” (Godoy, 2013, p. 31) presentes na arquitetura, portanto, na elaboração das plantas.

Além dessa temos a “**linguagem verbal**: também chamada de linguagem verbalizada, é expressa por meio de palavras escritas ou faladas. **Linguagem não verbal**: utiliza signos visuais, como, por exemplo, os gestos, postura, ilustrações, placas, músicas⁵”.

Neste sentido, o que se dá como um desenho para um lugar específico de conhecimento, para nós, este se configura como uma unidade de significação, uma projeção de sentidos. E essa projeção será tomada, aqui, enquanto um acontecimento de linguagem, ou seja, enquanto a enunciação de um texto, mas não enquanto apenas um desenho.

Desse modo, o terreno não significa projeção. Ele significa um espaço físico. Espaço existente. Um lugar específico. A planta baixa é um elemento importante para visualizarmos uma construção, recortada, dividida pelo dizer e nos permitirá observar, na relação entre verbal e não verbal, as divisões de uma projeção específica e os seus modos de identificação.

⁴ Linguagem visual, linguagem verbal e linguagem não verbal.

⁵ Informações retiradas do site: https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/ensino_fundamental/textos-verbais-e-nao-verbais/

A planta é um desenho arquitetônico com objetivos definidos e estabilizados social e historicamente. Ao deslocarmos o sentido dicionarizado passamos a construir outros sentidos, pois na dimensão visual, a linguagem da planta, conforme Bueno (2011), é visual. Logo, os elementos que constituem essa dimensão precisam ser considerados: a figura, a linha, a reta, as cores, as medidas e o espaço.

Porém, as dúvidas com relação à planta baixa ser considerada um texto foi uma de nossas dúvidas. Como esses objetos poderiam funcionar/significar enquanto texto? Mais ainda, como significariam fronteiras, limites?

Diante das inquietações expostas acima, afirmamos que a importância dessa pesquisa se dá pelo fato da nossa corrente teórica nos possibilitar olhar para a planta arquitetônica dos fortes vislumbrando a articulação entre os elementos verbais e não verbais que a constituem e a significam enquanto unidade de sentido.

Assim, ao propormos a análise dos enunciados que constituem a planta arquitetônica de fortalezas do Brasil Colônia, nos inscrevemos também em outras áreas do conhecimento como a Engenharia Militar. É sabido que a engenharia, ao longo dos séculos, foi se constituindo cientificamente. Isso revela as suas fases: primitiva e moderna. Na primeira, as armas rudimentares utilizadas eram o arco, a flecha e as espadas. Pois, o combate em solo exigia o contato entre os adversários.

Essas mudanças na forma de combater o inimigo exigiu uma nova formação para os engenheiros militares, de certo modo, “completa”. Ou seja, foi necessário dialogar com outras ciências: a astronomia, as letras, o desenho, a aritmética, a geometria e a matemática (Bueno, 2001). A exemplo disso, foram as mudanças na estrutura dos fortes com “[...] as muralhas mais grossas, ligeiramente inclinadas e de pouca altura, esparramavam-se horizontalmente pelo relevo, reduzindo a precisão e o poder de destruição da artilharia adversária” (Vitor Hugo, 2018, p.22) resultante da somatória de conhecimentos advindos dos números.

Para exemplificar o que foi dito, basta lembrarmos dos muros dos castelos. Eram altos e na linha horizontal para evitar assaltos terrestres. Essa fase rudimentar da artilharia de guerra denominou-se neurobalística. A segunda, por sua vez, modernizou a forma de combate, e, em função da descoberta da pólvora, novos métodos de guerra passaram a vigorar. Isso, influenciou não só no armamento, como também, no sistema

defensivo. Essa modernidade ficou conhecida como pirobalística. Assim, os muros, por exemplo, ficaram mais baixos para não serem destruídos por tiros de canhões.

A discussão desse e demais assuntos estão distribuídos ao longo de quatro capítulos. No primeiro Capítulo, intitulado “*OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA*”, destacamos o referencial teórico e metodológico que balizou o trabalho, a Semântica do Acontecimento, teoria construída por Eduardo Guimarães há mais de duas décadas. Tecemos algumas considerações sobre os demais teóricos que discutem sobre a enunciação, assim como, apresentamos comentários sobre o início dos estudos linguísticos no Brasil. Após esse período a Semântica passou a ter visibilidade e novos estudos passaram a ser desenvolvidos. Assim, a Semântica do Acontecimento, a partir das reflexões de Guimarães, começa a ser delineada, dialogando com Benveniste, Ducrot e Eni Orlandi. Ora se aproximando das reflexões desses teóricos, ora se distanciando. Um exemplo desse distanciamento é a construção do falante. Enquanto Ducrot o considera como um ser psíquico, Guimarães o caracteriza como um sujeito da linguagem (Guimarães, 2008).

Nesse caminho teórico evidenciamos os dispositivos de análise da Semântica do Acontecimento, a cena enunciativa, o espaço de enunciação, a articulação e a reescrituração. A partir das reflexões de Guimarães, e outros estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos SignificarMT, trazemos as nossas considerações sobre a planta-texto, ou seja, como uma planta pode ser considerada um texto pela ótica da Semântica da Enunciação. Mostramos como a Semântica ao dialogar com a Engenharia Militar passa a produzir sentidos, permitindo a articulação dos elementos não verbais e verbais. O que a torna uma unidade de significação integrada por enunciados que a constituem enquanto tal.

No Segundo Capítulo, nomeado “*A HISTÓRIA DAS FORTALEZAS COLONIAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PASSADO DE MEMÓRIAS QUE CONSTITUEM O BRASIL*”, trazemos a contextualização histórica em que as fortalezas foram construídas. A partir de um novo lugar social, do colonizado, tecemos nossas considerações a respeito da invasão desse chão, cujos enunciados que ecoam na história tem trazido apenas a voz do colonizador, deixando para os estudiosos, defensores e demais leitores a procura pela verdadeira história e seus sentidos. Nesse cenário, evidenciamos a existência de pessoas no Brasil quando as naus portuguesas

aportaram aqui. Esses são os povos originários. Povos assaltados e escravizados ao longo da sua história. Assim como, elucidamos a escravidão e o comércio de escravos ao longo dos 300⁶ (trezentos) anos de nossa história. Apresentamos um breve relato sobre o tratado de Tordesilhas e o Tratado de Madri, por serem enunciados que dizem sobre a invasão dessas terras, parte de uma política territorial, cingida por inverdades, sangue e dor, a expansão marítima. A qual resultou nas construções de fortes, fortins, fortalezas e estacadas ao longo do território brasileiro.

Assim, construídas no final do século XVII e início do XVIII, particularizamos as histórias do Forte de Coimbra e do Real Forte do Príncipe da Beira. Duas fortalezas, duas histórias, cada uma com a sua função estratégica a de proteger a porta de entrada do país, ou seja, proteger as margens dos rios dos ataques de países vizinhos como Paraguai e Bolívia.

No Terceiro Capítulo, denominado “*CONHECENDO O CORPUS*”, trazemos uma breve metodologia sobre como e onde encontramos os textos e as plantas que integram os enunciados que foram recortados para compor nossas análises. Destacamos o livro “O Engenheiro Portuguez”, manuscrito riquíssimo que trata da construção das fortalezas portuguesas, por trazer definições usadas para conceituar os diferentes tipos de fortificação e suas características principais.

Ainda sobre características das fortalezas, durante as pesquisas realizadas sobre a história do Forte de Coimbra, o que nos chamou atenção foi o fato desse lugar ter ficado mais de duas décadas sem os devidos cuidados. Em Mello (2014) encontramos a resposta. As causas desse abandono têm relação com outra construção, o Real Forte Príncipe da Beira. Essa foi uma das construções que movimentaram uma história de enunciações que significam investimentos dispendiosos para sua execução. Localizada na margem oeste do rio Guaporé, o Príncipe foi planejado minunciosamente por engenheiros militares, cuja função era bloquear ataques espanhóis vindos da Bolívia. Tal preocupação, imaginada pelos portugueses, foi provocada porque o rio Guaporé servia de rota comercial para Vila Bela (Idem, 2014), porém, na realidade, nunca aconteceu.

⁶ Recentemente, temos acompanhado nos jornais televisivos e on-line o “RECONHECIMENTO, a CULPA de Portugal nos mais de 300 anos de ESCRAVIDÃO NO BRASIL”. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/24/portugal-tem-que-pagar-custos-de-escravidao-no-brasil-diz-presidente-do-pais.ghtml>

No Quarto Capítulo, intitulado “*A DESIGNAÇÃO NAS PLANTAS BAIXAS DOS FORTES “DE COIMBRA” E “PRÍNCIPE DA BEIRA*”, nos dedicamos a analisar a articulação dos enunciados verbais e não verbais que integram a planta arquitetônica do Forte de Coimbra e o Real Forte do Príncipe da Beira. Assim, analisamos a cena enunciativa onde as línguas se encontram e passam a funcionar de modo desigual, revelando e significando as posições sociais dos alocutores-x e alocutários-x, que ao serem agenciados no acontecimento de linguagem têm permissão para dizer o que dizem. Elucidamos o processo de nomeação e designação referentes aos nomes das fortalezas citadas.

Este estudo significa uma ressignificação e o desvelamento de um passado enunciativo de memórias, que dizem sobre a colonização do Brasil. Aqui, traçamos reflexões a partir das inquietações suscitadas no dia da qualificação desta tese, e, que, sem dúvidas, teria que trazer a história não contada nos livros didáticos. Trazemos o passado de enunciações que dizem sobre o colonizado, pelos enunciados dos colonizados e seus defensores/admirados/estudiosos. Nesse novo cenário enunciativo ao qual convidamos nossos leitores, o alocutor-x que diz é o alocutor-doutor indígena, o alocutor-escritor indígena, o alocutor-abolucionista, entre tantos outros alocutores-x que não teriam voz, seriam impedidos de falar se fosse em outra cena enunciativa, a cena escravocrata.

A seguir trazemos o capítulo 1 dedicado as reflexões teóricas e metodológicas do nosso estudo.

CAPÍTULO I

OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

*A escuridão e ambiguidade dos termos he
hum dos maiores obstáculos para poder
chegar ao perfeito conhecimento das
Sciencias (Fortes, 1727, p. 12).*

Iniciaremos nosso capítulo teórico-metodológico com a epígrafe de Fortes, autor da obra “O Engenheiro Português”, pois suas palavras são fundamentais para entendermos que o método e todo seu rigor científico precisam ser claros o suficiente para possibilitar a compreensão dos nossos leitores, independente, do papel social que ocupam. Sendo leitores da Semântica do Acontecimento, ou não, importa-nos dizer que “há certas condições de interpretação que devem ser respeitadas, e estas condições são teóricas, são formadas por dispositivos teóricos e analíticos que permitem a interpretação em seus limites específicos” (Alvares, 2022, p. 61) e nosso dever enquanto cientistas da linguagem é, também, contribuir para a difusão da teoria e dos nossos escritos, de modo claro, objetivo e fidedigno com os rigores científicos.

Assim, tomamos como suporte teórico e metodológico a Semântica do Acontecimento, teoria desenvolvida por Guimarães (2003, 2010, 2014, 2017, 2018), e colaboradores como Karim (2012, 2016, 2018), Dias (2010, 2018) e demais linguistas que dialogam com a teoria. Mas antes de explorar a base teórica ressaltaremos algumas considerações sobre a semântica.

1.9. Linguística no Brasil – iniciando a discussão

O autor Mattoso Camara Junior⁷, importantíssimo pesquisador e teórico para os estudos da linguagem no Brasil, foi um dos responsáveis pelas discussões iniciais da Linguística no Brasil. As suas ideias se convergem com os estudos de Saussure.

⁷ Citado pelo Prof. Dr. Marlon durante a qualificação.

1.2. A Semântica – algumas palavras

A semântica é uma ciência que se ocupa de pesquisas voltadas para o significado das línguas maternas (Cançado, 2008), (Guimarães, 2018), (Pinto; Coelho; Ribeiro, 2016). No Brasil, os estudos linguísticos envolvendo o sujeito do discurso tornaram-se intensos a partir da década de 70. Nesse mesmo período foram desenvolvidos estudos sobre a significação e a gramática.

A ciência da linguagem é um campo que permite experimentar uma língua natural sob inúmeras faces: morfológica, filológica, semântica, sintática e fonética. E a partir dos estudos de Saussure a Linguística volta-se para a língua e a fala. Porém, as nossas discussões se inserem na área da Semântica, especificamente, nos estudos da significação, inserido na Semântica Histórica, também denominada Semântica da Enunciação ou Semântica do Acontecimento.

1.2.1. A Semântica do Acontecimento: noções e procedimentos

Diferentemente de outros semanticistas, que consideram o eu e tu numa relação dialógica com a língua, cuja enunciação é realizada por esse eu que marca a pessoa do discurso, Guimarães, por sua vez, considera que a enunciação é própria do acontecimento da linguagem. Esse acontecimento está, de certo modo, ligado aos Locutores, aqui entendidos como lugares sociais. Ao enunciar, o fazem no espaço de enunciação, num determinado tempo, presente do enunciado, que projetará uma latência de futuro possibilitando novos enunciados e novos sentidos.

O primeiro passo para considerarmos a produção dos sentidos na linguagem é observar que há uma relação que se dá entre a língua, a história (o tempo) e o sujeito que enuncia. A língua, ao funcionar na e pela enunciação enquanto acontecimento, recorta a história não enquanto um fato no tempo ou como um fato novo no tempo, nem mesmo enquanto lembranças pessoais de quem enuncia.

A esse respeito Dias (p. 221, 2013) afirma que: “[...] na semântica da enunciação, a significação é concebida a partir da relação entre uma memória e uma atualidade”. O autor se vale, aqui, de um diálogo entre a semântica do acontecimento e a análise de discurso, do modo como é praticada no Brasil por Orlandi (1999), por entender que a memória se constitui enquanto uma memória de enunciados que são

reconstruídos ao longo dos tempos pelo interdiscurso, uma vez que, “[...] o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (Orlandi, p. 32, 2002).

A temporalidade, no presente, é representada pela pertinência enunciativa em função dos outros dizeres que estamos em contato no dia a dia e que nos afetam. No funcionamento da linguagem “a produção de sentido pelo acontecimento da enunciação envolve um aspecto fundamental: o agenciamento do falante, pelo funcionamento da enunciação, em *aquela que diz*” (Guimarães, p. 43, 2018).

No tempo presente as referências históricas, de alguma forma, interferem nas pertinências enunciativas, e, isso, possibilita a enunciação tornar-se um acontecimento social. “A pertinência se constitui a partir do conceito de pertencimento, ou pertença” (Dias, p. 102, 2018) e, esse sentimento mobilizado pelo memorável da enunciação possibilita a constituição do referencial, que se constitui “[...] portanto em um dos dois fundamentos daquilo que designamos por domínio de mobilização do sentido. Trata-se dos domínios em que os enunciados se ancoram para emergir de acordo com o funcionamento histórico-social” (*Idem*, p. 100-101, 2018).

Com a finalidade de nos aprofundarmos de modo mais pertinente ao modo como Guimarães desenvolve as análises em sua teoria, tomaremos a sua obra intitulada “Semântica enunciação e sentido” (2018), especificamente, no lugar onde mobiliza os dispositivos teóricos e analítico que compõem a teoria como **procedimentos de análise**. Aqui, temos explicações com exemplificações de análises enunciativas a partir do funcionamento da língua. Antes de falar sobre os procedimentos mobilizados pelo autor, é importante dizer que, analisar sob a ótica da semântica do acontecimento é um processo que exige do semanticista um olhar muito atento e preciso, para vasculhar no texto e em outros textos enunciados que se relacionam pelo sentido.

Desse modo, a sondagem e o recorte são procedimentos de investigação enunciativa que permitiram observar com cuidado e retirar enunciados que integram as análises. O ato de sondar significa olhar, captar, observar. Dito isso, Guimarães dialoga com a Análise de Discurso teorizada por Eni Orlandi e, defini o recorte como “fragmento do acontecimento da enunciação” (Guimarães, 2018, p. 76). Assim, enquanto a sondagem capta, o recorte retira.

Nesses recortes, por exemplo, o eu diz de um lugar social e o faz no espaço de enunciação, seguindo as configurações dispostas para tal conforme abaixo.

1.3. O espaço de enunciação – noção e configuração

O espaço de enunciação é um elemento substancial que compõe a semântica da enunciação.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político [...] (Guimarães, 2002, p. 18-19).

Conforme Guimarães, o espaço de enunciação é um lugar cujo confronto se estabelece pela distribuição desigual do dizer, aquele que pode dizer, e aquele que é silenciado, proibido de dizer, aquele que não tem permissão para dizer. Essa é uma característica própria desse espaço, e seu funcionamento é legitimado pelo litúgio.

Desse modo, “o espaço de Enunciação é, assim, significado historicamente pelo funcionamento das línguas que estão em uma relação política constante de conflito” (Alvares, 2022, p. 45), cujo silenciamento torna-se uma de suas características.

Aqui, o político se manifesta através da contradição que se instala no acontecimento da linguagem. Dessa maneira, o silêncio passa a ser uma de suas marcas, porque um discurso torna-se superior ao outro, portanto, um acaba por silenciar o outro (Guimarães, 2014).

No Brasil esse espaço está dividido em quatro períodos:

O primeiro se caracterizaria pela relação, na colônia portuguesa, do português com as línguas indígenas, com as línguas gerais e com o holandês. Nessa configuração do espaço de enunciação, as línguas gerais eram línguas francas, e o português, língua oficial do Estado português (o final do período seria marcado pela saída dos holandeses, e assim da língua holandesa, em 1654). O segundo período, com a saída do holandês, se caracterizaria pela relação entre o português (língua oficial), as línguas indígenas, as línguas gerais e as línguas africanas dos escravos. O português, que já era língua oficial, passa a ser a língua mais falada (tal período termina em 1808 com a chegada da família real ao Brasil). O terceiro período se caracterizaria pela predominância da língua oficial que se instala como “língua de todos” e assim regula a distribuição das línguas no espaço de enunciação. É desse momento a criação da imprensa oficial no Brasil (então sede do império) e da Biblioteca Nacional (vai até 1826). O quarto período se inicia com um movimento claro de consideração do português como língua nacional do Brasil, então independente (Guimarães, 2014, p. 52)

Neste recorte, Guimarães mostra a existência de uma grande variedade de línguas funcionando no espaço de enunciação, assim como, a relação dessas com a divisão política do Brasil. Nesse terreno político de disputa e silêncio as mais variadas línguas estiveram presentes na constituição do país, assim, “se consideramos o espaço de enunciação brasileiro é preciso esclarecer que nele são faladas muitas línguas, mas que a língua oficial é o Português, sendo esta língua o elemento que identifica os cidadãos brasileiros” (Oliveira, 2013, p. 49).

A língua portuguesa, idioma nacional, é a língua dos falantes brasileiros, portanto, ela silenciara as demais línguas em funcionamento nesses espaços de enunciação. Esses espaços são compostos por cenas enunciativas que se organizam, a partir de “especificações locais”, os diferentes modos de acesso à palavra de acordo com os lugares constituídos na e pela enunciação (Idem, 2013, p. 51)

A cena enunciativa é um elemento que pertence ao espaço de enunciação conforme veremos a seguir.

1.3.1 A cena enunciativa, sua configuração e os falantes

De início consideraremos aquele que diz no acontecimento como falante. Este falante é um “ser de linguagem” (Guimarães, 2002). Ele não é sujeito enquanto a “pessoa” que fala, mas enquanto uma figura enunciativa tomada/agenciada por uma língua constituindo-se numa categoria de linguagem. Ao enunciar, o falante se constitui em um Locutor⁸ (L) que se caracteriza como a fonte daquilo que se diz na enunciação. Em uma relação de alocação o Locutor é um “eu” que diz para um correlato direto seu, um “tu” que se dá como um Locutário (LT).

A significação é possível, porque alguém diz alguma coisa. Ao dizer, o falante é tomado pela língua que enuncia, aqui, entendido como acontecimento do dizer. A língua funcionará, portanto, no espaço de enunciação, marcado pelo litígio, pela disputa que é própria da língua.

Neste momento, os elementos que a integram passam a se organizar a partir do funcionamento da língua. Os alocutores, alocutários e enunciadorees começam a ocupar

⁸ Vale destacar que, ainda em 2009, Eduardo Guimarães utilizava o termo Locutor, mas adiante ele usará Alocutor.

seus lugares, como em um jogo de xadrez⁹. No jogo de xadrez cada peça se movimenta com o comando do jogador, enquanto as demais peças ficam paradas em seus lugares. Assim, também, ocorre na cena enunciativa. Os alocutores e alocutários ocupam seus lugares sociais e a língua ao funcionar passa a comandar os movimentos de fala, ou seja, passa a dar permissão a quem irá dizer.

A distribuição do direito a fala é desigual, em particular, porque os lugares sociais são distribuídos de forma desigual. Essa desigualdade silencia os demais dizeres e impede outras línguas de funcionarem nessa mesma cena enunciativa, porque um elemento marca esse lugar do dizer, o litígio instalado nessa relação entre falantes e línguas, e, que, possui uma função bem definida que é a disputa.

Aqui, gostaríamos de refletir um pouco sobre as línguas e os falantes, e como isso reflete diretamente nas relações humanas, mas, de um modo muito específico, poderíamos dizer que o litígio sempre opera nessas relações sociais. É interessante observar a função do litígio, não só na cena enunciativa, mas também nas relações sociais, em particular, nas relações de submissão, de trabalho, de abuso, de constrangimento, de poder, de classe trabalhadora, das minorias, das pessoas com deficiência, dos negros, dos indígenas, dos quilombolas, das LGBTQIA+¹⁰, enfim, na constituição das relações humanas, a disputa e o silenciamento sempre estarão operando de forma desigual.

Se considerarmos as relações opressor x oprimido¹¹, de certa forma, nos ajudaria a entender como o litígio e político operam nessas relações, além disso, entenderíamos que o funcionamento da língua teria uma relação direta com essas diferenças sociais e culturais, e sem dúvidas, com as relações de poder.

Para melhor explicar as desigualdades voltadas para a língua, particularmente, para as variações linguísticas, tomamos a fala de Oliveira (2013, p. 50) ao dizer que “esta divisão estabelece uma hierarquia de identidades. Ou seja, essas relações afetam o direito ao dizer que é distribuído de forma desigual para os falantes de cada uma dessas

⁹ Essa analogia foi pensada considerando todos os elementos que compõe esse jogo, assim como, as regras estabelecidas que permitem ou não mexer as peças no tabuleiro.

¹⁰ O Manual de Comunicação LGBTI+, elaborado pela Aliança Nacional LGBTI+ denomina as identificações na sigla da seguinte forma: LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNERO, QUEER, INTERSEXO, ASSEXUAL, + (server para incluir outras identidades de gênero e orientação sexual). Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-significa-a-sigla-lgbtqia-e-a-importancia-do-termo-na-inclusao-social/>

¹¹ Ver Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire.

regiões”. A hierarquia passa a ser um elemento decisivo na cena, se pensarmos que o falante não é o eu que fala, mas um lugar social que é agenciado pela Língua e recebe o direito a fala.

Isso nos leva a pensar que as variações linguísticas, os modos de falar serão sempre afetados na cena enunciativa, portanto, sempre serão silenciadas, ainda que sejam da mesma língua oficial, Língua Brasileira. Historicamente, existe a supervalorização da Língua Oficial dicionarizada, também chamada de padrão e de culta, em detrimento da variação, também conhecida como informal.

Esse assunto é objeto de outras discussões acadêmicas, portanto, não será desenvolvida nesse trabalho. Nossa intenção é provocar reflexões em torno da distribuição desigual da língua e que de alguma forma também tem relação com a desigualdade social.

Dentro da cena enunciativa veremos dois procedimentos de análises: articulação e reescrituração. A seguir traremos algumas considerações sobre os modos de articulação.

1.4. A Articulação: estabelecendo relações de contiguidade

A “articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade” (Guimarães, 2009, p. 51), ou seja, a proximidade entre esses elementos significa enquanto relações específicas de contiguidade do enunciado.

Nas análises, poderemos verificar “um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto (Guimarães, 2009, p. 51)”, quer dizer que os elementos precisam estar lado a lado, ou próximos.

A esse respeito, Guimarães (2009, 2018) considerou três tipos de articulação: coordenação, incidência e dependência. A articulação por coordenação ocorre quando uma expressão linguística

é aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes. (...) a articulação por coordenação se apresenta por um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade. (Guimarães, 2009, p. 51).

A articulação por incidência se caracteriza pela “relação que se dá entre um elemento de uma natureza e outro de outra natureza, de modo a formar um novo elemento do tipo do segundo” (Guimarães, 2009, p. 51).

Outro modo de articulação é por dependência e, ocorre “quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto um só elemento” (Guimarães, 2009, p. 51).

Além da articulação usaremos o procedimento de reescrituração conforme definição abaixo.

1.5. A Reescrituração: Outros modos de redizer

Na Semântica do acontecimento o ato de reescrever significará sempre uma nova forma de dizer o que está enunciado, o redito sempre será outro, nunca será o mesmo dizer e é assim “construída sob o efeito de redizer o dito funciona na perspectiva de sempre construir um novo dizer a partir daquilo que já foi dito, isto é, reescrever é redizer o já dito” (Karim, 2012, p. 81).

Portanto, há diversas formas de reescrever, assim como, há várias possibilidades para se produzir sentidos a partir dos elementos reescritos (Guimarães, 2002). Em nosso dia a dia estamos em contato com a reescrituração e não percebemos. Isso acontece, quando estamos contando uma história, uma anedota, compartilhando nosso dia, ou ainda, definindo uma palavra. Tudo isso são formas de reescrever e acontece quando

[...] uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). E nessa medida a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento enunciativo. Uma de suas características fundamentais é que ela não é necessariamente uma operação entre elementos contíguos. O que a caracteriza é que ela é uma relação entre elementos à distância, que podem eventualmente estar contíguos (ou seja, a contiguidade não é o elemento que a caracteriza) (Guimarães, 2009, p. 53).

Conforme Guimarães (2009), uma peculiaridade da reescrituração é o distanciamento entre os termos, as palavras podem se referir a elementos que estão no mesmo texto, ou em textos diferentes. E nesse movimento de distanciamento, talvez com um pouco de audácia da nossa parte, observamos que a reescrituração poderia operar por intermédio da intertextualidade, do interdiscurso, das paródias, das releituras de modo geral, enfim, há diversas formas de perceber o funcionamento do redizer.

Esses modos de redizer são específicos e acontecem por:

- ✓ *Repetição*: Esse modo de reescrever significa repetir a palavra tal como se apresenta no enunciado.
- ✓ *Substituição*: Esse procedimento ocorre quando uma expressão retoma a anterior. Esse procedimento pode ser operado de modos distintos, por relações anafóricas (figura de linguagem) ou sinonímicas, por exemplo.
- ✓ *Elipse*: Nesse modo, o termo, embora esteja suprimido, ele ainda está lá invisível. Nessa reescrituração a expressão linguística é apagada do enunciado, ou ainda, suprimida por um parêntese. Mesmo não representada pela escrita, sabe-se que ela está significada no enunciado, portanto, deve ser considerada.
- ✓ *Expansão*: É uma forma de reescrever alargando, quer dizer desenvolvendo o sentido da expressão anterior.
- ✓ *Condensação*: A reescrituração por condensação permite que uma palavra condense todo enunciado, ou seja, reduz o que está sendo reescrito, um conceito, uma lista ou uma enumeração.

E o funcionamento desses modos que significam o procedimento podem produzir sentidos na direção de:

- a) *Sinonímia*: A relação sinonímica não significa sinônimos, mas sim uma relação de sentidos por contiguidade, ou seja, proximidade.
- b) *Especificação*: Essa é uma forma de expandir uma expressão e, de modo particular, especificando-a.
- c) *Definição*: O sentido é definir, conceituar o termo ou expressão.
- d) *Desenvolvimento*: O sentido predicado por desenvolvimento funciona pela reescrituração por expansão.

- e) Generalização ou Totalização: O sentido atribuído pela globalização/totalidade funciona pelo processo de reescrituração por condensação.
- f) Enumeração: A enumeração funciona como o próprio nome diz, enumerar. Isso significa “listar” ou “agrupar” coisas, características ou elementos, por exemplo.

Esses são os possíveis sentidos produzidos pelos modos de reescrituração. A seguir traremos algumas considerações sobre texto.

1.6. O texto: breves considerações pela perspectiva enunciativa

Começaremos esta parte por uma pergunta simples, o que é um texto? Conforme Guimarães (2012, p. 12) “o texto é uma unidade de significação”. Para o autor, o texto é uma unidade de sentido que, no entanto, não se apresenta por estabelecer uma “unicidade de sentido”, ou seja, o texto não é “uno”, ou melhor, não é absoluto em si mesmo. O texto é uma unidade de significação que se caracteriza por produzir sentidos (Idem, 2017).

Para melhor exemplificar essa questão da integração de enunciados tomaremos aqui uma passagem que Guimarães (2017) apresenta em seu livro¹² tomando o mapa como lugar de consideração:

Ele se caracteriza por apresentar um conjunto de indicações de localização de ruas e por trazer os nomes destas ruas, por alguma notação qualquer. Este mapa não é simplesmente um desenho, um conjunto de linhas, traços. Ele traz estas linhas, traços e ao mesmo tempo nomes. E estes nomes se organizam nele por contiguidade. Cada nome está próximo de outro e todos estão vinculados a uma representação do espaço da cidade. Não há, no mapa considerado, nenhuma articulação como as que conhecemos como predicação, determinação, subordinação, etc. E todos os nomes significam, no mapa, os nomes das ruas, avenidas e praças, exatamente por integrarem o mapa, por estarem nesta unidade superior que os reúne de um modo particular (que não é a do todo e suas partes). E no mapa os nomes não são referências às ruas, mas a indicação de que uma certa rua, localizada num certo ponto da cidade, tem um nome, foi nomeada de um certo modo. E é nesta medida que estes nomes podem referir as ruas, avenidas e praças (Ibidem, 2017, p. 26).

Esta longa citação serve aqui para que possamos, de início, sustentar o que buscamos apresentar como nosso material de análises, nosso corte específico. Serve

¹² Ver em “Análise de Texto: procedimentos, análises, ensino” (2017).

ainda para que possibilite a consideração de um texto fora dos “padrões” que estamos habituados a tomá-lo, ou seja, um conjunto composto por um enorme número de palavras que “querem dizer alguma coisa”, mas, como um elemento que significa, que produz sentidos ao ser integrado por enunciados, ou seja, por integrar enunciados em seu funcionamento. Portanto: “[...] o mapa enquanto texto não é formado pelos nomes, o mapa os integra e os faz significar enquanto nomes de espaços da cidade que o mapa representa e significa” (Guimarães, 2017, P. 27).

Se temos então que o texto integra enunciados, ou seja, que um texto é integrado por enunciados e não “composto” por estes, os enunciados têm em si um caráter próprio de independência relativa, ou seja, um enunciado é um enunciado integrando um texto ou fora dele, e tem conjuntamente a isso uma consistência interna, relações de contiguidade que nos permitem observar o enunciado enquanto tal.

Dito isso, traremos abaixo a discussão central do nosso trabalho a planta como texto, a qual chamaremos de planta-texto¹³.

1.7. A planta baixa como texto: é possível?

As plantas e os mapas são instrumentos de trabalho diferentes. Ainda que estes termos possam ser tomados por uma relação sinonímica, cada um possui sua função e características próprias. As dúvidas que giraram em torno da definição se é um mapa ou se é uma planta baixa, foram também as nossas durante as pesquisas. Por isso, buscamos iniciar nossa caminhada para tal definição, *a priori*, a partir de definições que se encontram estabilizadas na produção lexicográfica do português brasileiro, para depois tomarmos outra direção, não tão distante, para responder à pergunta: é possível tomar uma planta-baixa como um texto?

Como vimos acima, Guimarães (2017) mostrou a possibilidade de se tomar um mapa de uma cidade como um texto que integra enunciados em sua construção.

De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa o:

Mapa. S.m. 1. CART. Representação gráfica, em escala reduzida, da superfície total ou parcial da Terra, de uma região, da esfera celeste etc.; carta (m. do Brasil) (m. astronômico) (o m. de uma propriedade). 2. p. Ext.

¹³ Ver tese Solange Veloso (2023) sobre o estudo da planta arquitetônica da Igreja Catedral São Luiz de Cáceres.

Diagrama, gráfico, quadro (m. estatístico) (m. de despesas) (o m. da fome) (2009, p. 1239).

Pela definição posta pelo dicionário, sem dúvidas, nosso objeto não pertence à categoria dos mapas. Assim, buscamos o significado de planta. Segundo o mesmo dicionário, a

planta. S.f. 1. BIO BOT design. Comum aos organismos do reino Planta e, a maioria autotrófica, fixa a um substrato e caracterizada pela presença de clorofila e de celulose em suas células; vegetal (em numerosas classificações antigas, os fungos e as bactérias são considerados plantas.) 2. ARQ desenho que representa a projeção horizontal de um objeto qualquer. 3. B N.E. terreno plantado; plantação; plantio. P. Baixa ARQ representação gráfica da posição de uma área, incluindo parte da região que está localizada (2009, p. 1506).

De acordo com o verbete, na arquitetura, especificamente, planta baixa se trata de uma representação gráfica, um desenho de uma projeção de um objeto, ao qual, se inclui partes da região em que está instalada.

E isso é importante para nós ao passo que os sentidos de planta na arquitetura estão contidos na temporalidade que se instala em relação a planta baixa também no mesmo lugar de conhecimento, adiante no mesmo verbete lexicográfico. Ou seja, a definição de planta baixa contém em seu presente enunciativo aquilo que planta significa na e para a arquitetura. Planta baixa é um sintagma que retoma planta no seu presente e traz a definição anterior em seu funcionamento.

Assim, se observa que planta baixa traz em seu enunciado definidor uma relação sinonímica que se instala pelo funcionamento de uma reescrituração por substituição na qual esta é retomada por “representação gráfica”. O sentido de definição que se constitui na retomada pela qual planta baixa é uma representação gráfica se articula, na contiguidade, por coordenação com “da posição de uma área”, fazendo com que estes dois elementos formem um só do mesmo tipo, o que nos permite a seguinte reformulação: “A planta baixa é uma representação gráfica [que representa a projeção horizontal de um objeto] da posição de uma área, incluindo parte da região que está localizada”.

Tanto um mapa, quanto uma planta baixa são também uma representação gráfica que, no entanto, pelas relações de articulação e reescrituração, se apresentam por sentidos distintos e funcionalidades distintas quando da “leitura” destes dois

“instrumentos”. Os dois se instituem por um tipo de localização, um mais amplo e diverso, e outro mais restrito e particular.

Fizemos uma busca rápida na internet para encontrar algum material que se fizesse didático para o que buscamos definir e apresentar aqui. De tal maneira encontramos em um site¹⁴ que diz sobre arquitetura para estudantes uma definição até certo ponto interessante e suficiente para nós.

A “Planta Baixa, assunto de domínio obrigatório para todo aluno da área da construção civil, seja ele estudante de Arquitetura, Engenharia Civil, Designer de Interiores e afins”. Ou seja, seja um estudante ou uma estudante de arquitetura, engenharia civil ou quem visa se tornar um/uma *designer* de interiores, o domínio do que é uma planta baixa é matéria obrigatória, pois, para estes estudantes “[...] é essencial possuir conhecimentos básicos em leitura, interpretação e desenvolvimento de uma planta baixa!”.

É possível observar algo de nosso interesse na citação acima extraída do site em questão (ver na nota de rodapé), que se institui no lugar da “leitura” e da “interpretação” de uma planta baixa. Mesmo que neste ponto leitura e interpretação se deem via o lugar das ciências da construção civil, e no nosso caso militar, não há como negar que há a possibilidade de se ler e interpretar uma planta baixa.

Contudo, a questão que se coloca é como ler uma planta baixa a partir do nosso lugar teórico. Adiante, no mesmo site/blog sobre arquitetura, encontramos a seguinte informação sobre planta baixa:

Planta Baixa? O que é e como desenvolver!

Entender o significado dos símbolos é o primeiro passo para dar início a criação de uma planta baixa.

Existem vários níveis de desenvolvimento de planta baixa, ela pode ser uma planta baixa simples de arquitetura contendo traços que representam espessuras das alvenarias, aberturas das portas e janelas.

Assim como cotas internas e externas, pontos básicos de hidráulica (cozinhas, banheiros, área de serviço) e projeções de cobertura, por exemplo.

Até níveis mais complexos de plantas, como os projetos executivos!

No mundo da planta baixa muitos outros elementos são especificados [...] ¹⁵.

¹⁴ Ver em <https://www.aarquiteta.com.br/blog/planta-baixa-o-que-e/>

¹⁵ Todas estas citações são retiradas exclusivamente do blog sobre arquitetura hospedado no site <https://www.aarquiteta.com.br/blog/planta-baixa-o-que-e/>

Interessante é que com a leitura e a interpretação se pode “Entender o significado dos símbolos [...]” que se integram a uma planta baixa para que se possa proceder com a sua criação e seu desenvolvimento. E adiante no mesmo lugar encontramos o seguinte:

Mas afinal, o que é uma planta baixa?

Planta Baixa é o nome que se atribui ao desenho técnico esquemático de uma futura construção que se dá a partir de um corte horizontal imaginário à altura de 1,50 m do piso.

É uma espécie de diagrama, contendo os espaços especificados por uso (salas, dormitórios, banheiros e etc.) e seus acessos e circulação (portas, janelas e corredores), como se estivéssemos olhando de cima, obviamente sem a cobertura (laje ou telhado).

Tem-se, portanto, que a planta baixa é um nome que designa um “desenho técnico esquemático” em relação a uma construção futura. É também, a planta baixa, determinada por ser uma “espécie de diagrama” e neste diagrama são definidos, recortados os espaços, por especificação em relação ao seu uso, ou sua funcionalidade, além de seus acessos como portas, janelas e corredores. Vejamos, como forma de ilustrar tal definição, a imagem de uma planta baixa simples¹⁶:

Figura 1: Planta baixa simples



Fonte: <https://blog.instacasa.com.br/wp-content/uploads/2022/07/08.png>

¹⁶ <https://blog.instacasa.com.br/wp-content/uploads/2022/07/08.png>

O que se verifica é que se apresenta um desenho “como se” estivéssemos olhando por cima com os recortes dos espaços os quais cada um tem um “nome”, ou seja, onde cada espaço é designado por sua função ou seu “uso” na/da construção. Vejamos agora uma imagem¹⁷ com um projeto mais completo e complexo:

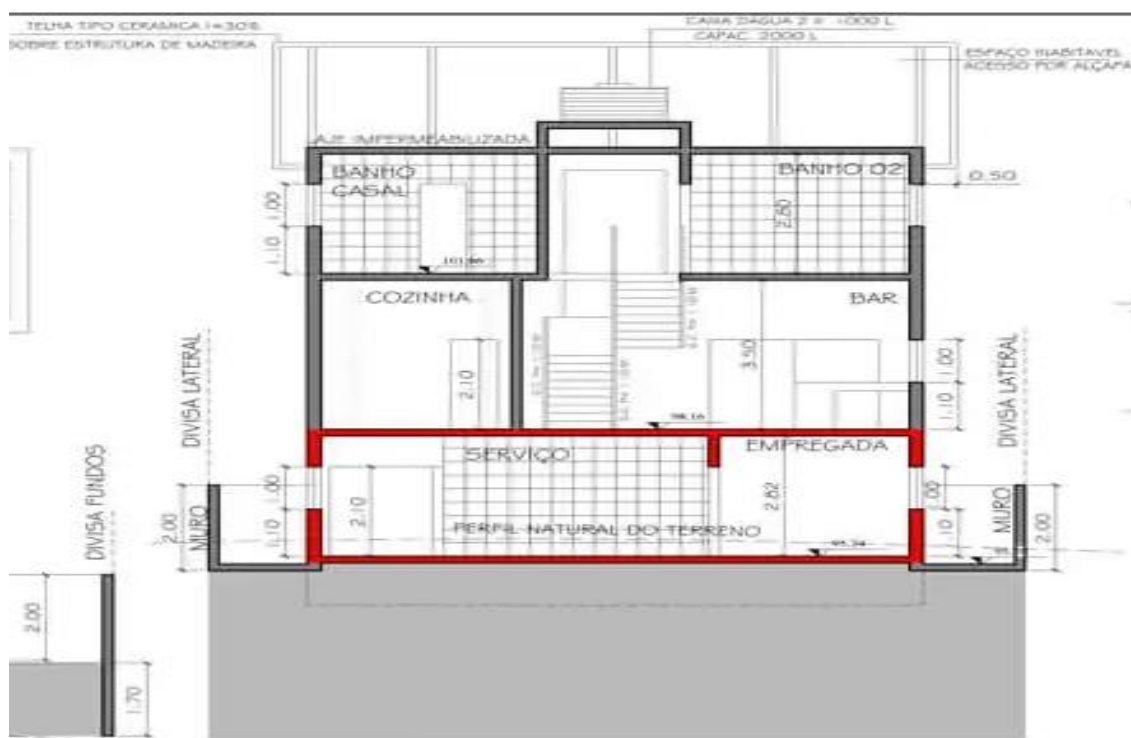
Figura 2: Planta baixa complexo



Fonte: <https://blog.instacasa.com.br/wp-content/uploads/2022/07/08.png>

¹⁷ <https://www.aarquitectura.com.br/blog/wp-content/webp-express/webp-images/doc-root/blog/wp-content/uploads/2017/02/projeto-planta-baixa.jpeg.webp>

Figura 3: Planta baixa complexo 2



Fonte: <https://blog.instacasa.com.br/wp-content/uploads/2022/07/08.png>

Observa-se que se instala uma relação pela qual o verbal se articula ao que é não verbal, ou seja, a língua funciona na imagem identificando-a como tal e significando as divisões por funções ou uso no que se projeta enquanto construção de uma casa. Uma imagem representa (projeta) a “casa” por um corte vertical e a outra por um corte horizontal. Por outro lado, além do que se “vê” nas imagens como os números, os traços e os elementos lexicais como “serviço”, “cozinha”, “hall”, “muro” etc., há, na imagem acima, um quadro onde é possível verificar uma “legenda” das cores que funcionam na representação.

Esta articulação entre o verbal e o não verbal é importante para que se possa estabelecer um método de interpretação da imagem desenhada da futura construção. Sem o verbal funcionando ao recortar o não verbal, as linhas, os traçados e as divisões não projetam significação do modo como buscamos verificar neste trabalho. Uma linha, um traçado e/ou um número significa de modo específico num sistema de saber constituído de modo particular (o lugar da construção civil, por exemplo, que inclui áreas de conhecimento como arquitetura e engenharia civil), mas não para a linguagem, não enquanto um texto por uma perspectiva enunciativa.

Ampliando as discussões em torno da construção das casas considerando sua funcionalidade, localidade e o contexto social-histórico-econômico, verificamos sentidos que dizem sobre a luta de classes no Brasil, sobre a falta de moradia e, ainda, a sua precariedade. Isso quer dizer que uma casa na região central, ou bairros “nobres” da capital cuiabana, por exemplo, possui um desenho específico que a faz significar poder aquisitivo, salários compatíveis com o padrão de vida das pessoas que moram naquela residência. E, que, certamente, um “arquiteto” teria planejado minuciosamente todos os seus detalhes.

Por outro lado, na região “periférica” da mesma capital, o que encontramos são “casas” precárias, muitas vezes feitas com lonas improvisadas, “puxadinhos”, “meia água”. Geralmente são construções incompletas, pensadas e construídas pelo próprio morador. Esse é um trabalhador, mão de obra barata no mercado e, por essa razão, não consegue contratar os mesmos serviços de um “arquiteto” para planejar os detalhes da sua residência.

Ainda encontramos as pessoas em situação de vulnerabilidade, “moradoras de rua” ou de “albergues”. Uma das causas aparentes para essas situações pode ser atribuída a má distribuição de renda instalada em nosso país por séculos. Nos últimos anos tem se agravado ainda mais após o início da pandemia¹⁸. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, o estado do Maranhão concentra a maior porção de pessoas pobres do país. Esse é o retrato da má distribuição de renda no Brasil.

Voltando ao nosso trabalho, veremos a seguir algumas considerações sobre um diálogo com a engenharia militar, ou ciência da fortificação. A seguir, tomaremos esta ciência que trata especificamente das fortificações numa relação mais estreita com a noção de texto de Guimarães (2017).

1.8. A arquitetura militar e a planta-texto – algumas considerações

A planta baixa, como vimos, é um instrumento utilizado para mostrar o projeto/a projeção de uma casa, por exemplo. Mas, antes de falarmos sobre a planta baixa dos

¹⁸ <https://portal.fgv.br/noticias/retrospectiva-2023-mapa-riqueza-dados-ineditos-mostram-brasilia-tem-maior-renda-pais>

fortes como um texto, é preciso falar sobre a representação esquemática que projeta um desenho e os saberes do arquiteto, especificamente, dentro da arquitetura militar.

Durante nossas pesquisas verificamos que as plantas baixas dos fortes apresentavam características estéticas muito singulares, diferentemente de uma planta baixa de uma casa, como visto na seção acima. Com isso, se entende que não se trata apenas de uma planta, mas sim, de uma planta produzida de um modo específico e para uma finalidade específica.

Aqui, nos interessa saber: o que é arquitetura militar? Para responder essa pergunta, nos ancoramos nas palavras de Martins (2018, p. 35) ao dizer que “[...] a Arquitetura Militar é uma variante do ramo da arquitetura destinada à edificação de estruturas defensivas”, considerando todo o rigor estrutural da engenharia ofensiva e defensiva, como também, todos os requintes da arte. Logo, a arquitetura militar é uma ciência e uma arte. Essa questão foi discutida por vários autores. Seria ela então uma ciência? Ou seria uma arte nas formas das obras de arte? E a resposta já está dada. A arquitetura militar se insere tanto no campo das ciências, quanto das artes.

Ao observar a feitura das plantas é possível verificarmos que o engenheiro tem os conhecimentos necessários no ramo da edificação, além da técnica do desenho (Bueno, 2001). As plantas possuem a criatividade estética de um artista, portanto, são sim, uma obra de arte. A relação indissociável entre esses dois elementos revela a função do binômio arte e ciência. Com isso, “[...] a arte é associada ao desenho, à pintura das plantas de fortificação, e a ciência ao ensino das regras para a elaboração das plantas, que é a função do engenheiro” (Oliveira, 2014, p. 65). Com isso, o engenheiro, além das habilidades necessárias à sua função, também poderia ser considerado um artista.

A esse respeito, a obra intitulada *O Engenheiro Português* é considerada um documento de suma relevância para a ciência da fortificação. Ela representa o método dos portugueses utilizado para se conseguir defender uma fortificação. Essa obra representa a arquitetura militar moderna de sua época, em idioma da Língua Portuguesa de Portugal, com uma linguagem clara e objetiva. O autor explica os motivos que o levaram a escrever. A princípio, seria um documento para ele próprio, mas a pedido do Rei o manuscrito tornou-se um verdadeiro manual descritivo sobre o Método Luzitano de aplicabilidade da engenharia militar.

É importante mencionarmos a pesquisa de Bueno (2001) pois nela, a autora apresenta um estudo grandioso sobre o “desenho” e “a arquitetura militar”. Uma das grandes modificações no estudo das plantas se instala a partir do século XV, período em que a Geometria e a Matemática começaram a fazer parte da ciência militar. Isso pode ser visto nos “desenhos, nas medidas” e nas “estruturas” dos fortes. Desse modo, conforme aponta Bueno (2001, p. 107)

esta Geometria, puramente prática, tinha por objetivo assegurar a concordância entre a execução e a concepção da obra, mediante desenhos que representavam figuras simples, facilmente reproduzíveis em todas as dimensões, tais como quadrados, ângulos retos, círculos, triângulos equiláteros, permitindo inclusive a partir de um mesmo módulo, construir diferentes figuras.

As formas geométricas elencadas acima facilitavam o trabalho dos encarregados pela construção, visto que, muitos deles, naquela época, eram tidos como analfabetos. Isso, sem dúvidas, facilitava a construção, pois precisariam seguir os traçados dispostos nas plantas.

Na construção de uma fortificação por mais que “huma deffinição por mais clara que seja se faz sempre mais preceptivel por algum exemplo, ou figura, ajuntaremos exemplos, ou figuras às deffinições a que forem necessarios” (Fortes, Tomo II, 1727, p. 7). Os dizeres do autor se articulam aos dizeres de Bueno e, assim, fazem significar o uso das formas nos documentos escritos pelo autor, essa é uma das características, segundo ele, para deixar a ciência com mais clareza, a fim de se evitar dúvidas e ambiguidades. A autora, por sua vez, complementa a tese sobre os aspectos visuais, pois compreendemos que o processo de alfabetização verbal possui metodologias próprias para sua aquisição. Certamente, distintas da alfabetização visual.

Não é nosso objetivo, nem dos autores utilizados nessa discussão, tratar sobre alfabetização verbal ou visual, mas sim, elucidar que “o desenho arquitetônico apresenta uma linguagem específica e predominantemente visual” (Bueno, 2001, p. 83).

Concordamos com os autores, o desenho arquitetônico das plantas dos fortes utiliza-se da linguagem visual. Os elementos integrantes dessa linguagem precisam ser considerados como parte integrante de seu significado. Assim, os arquitetos, ou desenhistas utilizavam técnicas e

[...] em busca da precisão, cada linha geométrica, figuração, grafismo, cor, luz e sombra passaram a assumir um papel na arquitetura visual do conjunto. Materializando graficamente, na bidimensionalidade da folha de papel, o “côseito” mental do Arquiteto (Idem, 2001, p. 83).

Por outro lado, tomaremos isso que diz a autora como uma “linguagem predominantemente visual” pelo aspecto do não verbal que significará a partir da relação com o verbal, ou seja, não tomamos aqui o visual como linguagem, mas como um elemento do lugar do não verbal que só significa quanto recortado pelo funcionamento do verbal, da linguagem, e projeta sentidos.

Os elementos desse lugar do não verbal são assim considerados como parte de seu significado nesta relação com o verbal e nas relações de integração dos enunciados ao texto. E estes elementos se constituem como centrais para a consideração via nossa perspectiva para observarmos a materialidade dos fortes. E este modo de considerar se dá como um tipo de elemento que significa o real ao representá-lo, ao identificá-lo.

O verbal e o não verbal são elementos presentes nas plantas arquitetônicas. A função do engenheiro militar era retratar/representar por intermédio da sua obra a planta dos fortes e fortins, assim como os povoados. Essas representações eram enviadas ao Rei de Portugal. Essa era a forma encontrada para que ele tivesse conhecimento sobre as construções no novo mundo. Por isso, era habitual que a escrita se articulasse à imagem.

Mas a partir do século XVII mudanças na elaboração das plantas começaram a acontecer. A escrita, por exemplo, era usada indiscriminadamente em relatórios anexos, ou em qualquer lugar do papel onde estava o desenho da planta. Acreditamos que essa prática descritiva estava associada ao distanciamento entre Brasil e Portugal. Isso quer dizer que

[...] o título converteu-se em definitivo, no nível de informação adicional que preparava a compreensão do documento, explicitando sua natureza. Já a legenda invadiu o desenho como o “lugar da explicação”. (...) Ela trazia um conjunto de informações que excediam o conteúdo do título. A legenda dizia o que não era representável ou o que exigia, de uma maneira ou de outra, uma tradução verbal; era o lugar onde terminava a utopia de uma linguagem visual, de simbologia gráfica imediatamente intelegível e legível por todos sem que fosse necessário recorrer à tradução verbal (Bueno, 2001, p. 87).

A autora é enfática ao apresentar-nos as características da planta, e algumas mudanças no decorrer dos séculos. É possível, ainda, depreendermos que tais mudanças estariam associadas às transformações ocorridas no sistema defensivo a partir do século XV. Nesse momento, como vimos no Capítulo I, a engenharia militar passou a se apropriar dos conhecimentos de outras áreas na elaboração de seus projetos de fortificação, em função do descobrimento da pólvora. Porque

[...] as plantas de fortificação respondiam ao duplo desafio posto à Monarquia Portuguesa na pós-Restauração de manter a soberania do Reino e preservar as conquistas coloniais. Do mesmo modo, procuramos analisar a forma pela qual tais desenhos se constituíram em uma linguagem específica que fez parte do discurso político Setecentista para afirmar a soberania portuguesa (Oliveira, 2014, p. 9).

Nesse sentido, a autora (Idem, 2014, 29-30) nos chama atenção para o significado dessas construções para o Estado, ou seja, “[...] as fortificações e suas plantas são consideradas como fontes históricas, na medida em que há o caráter do significado da fortificação, e não apenas de sua concreta edificação”.

Voltando ao desenho e a planta, Bueno (2001, p. 79) afirma ser “importante resgatar o alcance da “Ciência do Desenho” na formação dos seus ancestrais colegas de profissão, para os quais “desenhar” significava raciocinar”, de fato o engenheiro era também um artista.

Indo além, poderíamos classificar a planta, não só como um texto, mas também, como parte integrante do infográfico. Essa possibilidade é sinalizada por Carvalho e Aragão (2012, p. 166) ao dizer que o “infográfico é um artefato produzido no intuito de comunicar uma mensagem que compõe uma interpretação de dados quantitativos, espaciais, narrativos e/ou cronológicos, contextualizados visualmente através da integração de texto, imagens e/ou formas”.

Mas essa é uma discussão que não traçaremos, pois não é objetivo desse estudo a categoria dos gêneros textuais, mas sim, entender como a planta pode ser um texto, e como tal projetar sentidos.

Assim, a partir das leituras, das discussões teóricas da Semântica do Acontecimento e do diálogo com engenharia militar compreendemos que a planta é um texto. Logo, a planta-texto é um texto com uma linguagem própria, onde os enunciados

são compostos por elementos verbais articulados aos não verbais. E ao se articularem projetam sentidos que passam a significar dentro da sua história de construção.

A seguir, no Capítulo II, traremos a história da colonização e das fortalezas pelo olhar do colonizado. Desse modo, nessa nova configuração teórica, invertendo a cena enunciativa, o alocutário-colonizador é agenciado pela língua e passa a enunciar como alocutor-colonizador. Essa nova configuração de todos os elementos presentes na cena permitirão a resignificação da história da colonização em nosso país.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA DAS FORTALEZAS COLONIAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PASSADO DE MEMÓRIAS QUE CONSTITUEM O BRASIL

O Brasil representado nos mapas setecentistas é o Brasil de além de Tordesilhas, com uma rede de caminhos, capelas, freguesias, vilas, cidades e fortificações – elementos que funcionaram como chaves de um território, cuja produção foi resultado de enorme investimento estratégico, minuciosamente projetado pela Coroa portuguesa (Bueno, 2004, p.231).

A República Federativa do Brasil está localizada na América do Sul, e tratar do Brasil hoje, significa conhecer a sua história, cingida, de um modo específico, pela disputa entre duas coroas, Portugal e Espanha. As terras a serem descobertas foram objetos de cobiça para os exploradores do além-mar. Desse modo, invadir, conquistar, ocupar e explorar foram ações praticadas por Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra.

Antes de prosseguir nessa história fizemos uma ressignificação¹⁹ do nosso trabalho. Essa inquietação partiu após uma fala da profa. Dra. Rosimar a respeito da “colonização”. Assim, nossa nova perspectiva visa contribuir junto a desmistificação da formação nominal “achamento do Brasil”, expressão comumente utilizada nos livros didáticos do ensino médio, na disciplina de Língua Portuguesa, ou ainda, da Literatura.

Assim, sempre foi natural vermos nos livros de ensino médio um capítulo com o título “Literatura de Informação, ou Quinhentismo”, dedicado a mostrar a chegada dos portugueses em terras brasileiras e como essa terra foi “achada” por eles.

¹⁹ Após apontamentos da banca na qualificação, percebemos que nosso trabalho não poderia “corrigir” erros sobre terminologias, uma vez que a inquietação também tomou conta dos nossos pensamentos.

No livro, na seção dedicada a Literatura, há a carta de “achamento do Brasil” escrita por Pero Vaz de Caminha descrevendo as belezas e riquezas das novas terras e, ainda, dos seus habitantes que estavam na praia. Na carta, diz Caminha, “homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas²⁰”

A descrição acima revela a visão eurocêntrica do patriarcado. Assim, para desvelar o discurso do colonizador optamos pela ressignificação da história. Com isso, mudamos a forma de escrever sobre o “achamento”, que na verdade se tratou de uma invasão seguida de um processo de escravidão, massacre e extermínio dos povos originários, assim como, das pessoas negras escravizadas contrabandeadas de suas terras natais.

O extermínio de indígenas é visto no relato de Junior.

A ação “bandeirante” percorreu o sertão na busca de riquezas variadas e terras, expandindo assim o território de domínio português. Algumas empresas buscavam as chamadas “drogas do sertão”, outras buscavam pedras preciosas e ouro. Em todos os casos, observa-se a mesma prática: extermínio dos indígenas, utilização da força de trabalho escrava e saque dos recursos naturais (Junior, 2011, p. 86).

Dessa forma, iniciamos dizendo que antes dos portugueses aportarem suas caravelas, aqui, os seus verdadeiros habitantes já estavam instalados e vivendo em sociedade. Esses homens e mulheres são chamados de povos originários do Brasil.

2.1. Povos originários do Brasil: Entre índios e indígenas

As escolas possuem um calendário com datas comemorativas para celebrar os principais feriados ao longo do ano letivo. Não seria diferente com o dia do “índio”. Certamente, os professores da educação infantil e ensino fundamental preparavam as atividades de acolhimento com poemas, danças, pinturas e recortes voltadas para tal comemoração. Mas é preciso dizer que essa data mudou e tal mudança envolve uma ressignificação do termo “índio” e, em seguida, o reconhecendo de uma cultura pluri com línguas, etnias e costumes variados.

²⁰ Trecho retirado da carta disponível em: https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf

No site do Senado encontramos uma matéria relacionada a esse tema, o dia do índio, cujo enunciado diz:

Ainda vivendo às margens dos direitos que lhes são outorgados pela Constituição, os povos indígenas clamam neste 19 de abril por um olhar atento. Muito mais do que uma questão de bem-estar, ter a terra homologada, a oferta singularizada de serviços de saúde e educação, assim como o respeito às suas tradições são condições mínimas para sua sobrevivência. Apesar do cenário desolador de violência que os circunda — aliciamento, assassinato, suicídio, abuso sexual de mulheres e menores —, e muitas vezes enfrentando situações degradantes, sob fome e moléstias, a partir da invasão de suas terras e da contaminação dos rios, os indígenas se mostram capazes de resistir, aumentando sua visibilidade e valorização (Pimenta, 2023)²¹.

Esse desvelamento sobre as condições desumanas que os povos enfrentam desde a invasão de suas terras deve ser feita em todos os espaços, escolarizados e não escolarizados. A terminologia correta utilizada para se referir aos indígenas, contrariando o livro didático, é povos “originários ou indígenas”. Segundo Daniel Mundukuru²², a palavra “índio” possui uma conotação negativa, é apenas “um apelido” depreciativo que desqualifica, e não identifica e nem revela quem as pessoas são de fato. E de fato, o termo sempre foi e, ainda, é utilizado tanto em livros didáticos, quanto pela sociedade.

Não havíamos pensado nos sentidos das palavras índios e indígenas, tampouco, que seriam diferentes. A explicação dada por Daniel é importante e marca o lugar da fala, e, agora, estamos falando da legitimidade do uso da palavra. Isso significa que o termo “índio” ao ser enunciado por uma pessoa civil produz sentidos depreciativos, por outro lado, ao ser dito por indígenas o significado é de luta, de coragem e de resistência.

Essas diferenças desconhecidas por nós, também deve ser a de muitas pessoas. Sabemos pouco sobre os povos indígenas e suas culturas, a riqueza da ancestralidade presente nas artes, nos costumes, nas línguas e em sua literatura. Hoje, há mais de 30 escritores indígenas no Brasil, com um acervo considerável para tão pouco tempo de “visibilidade”.

Adiante falaremos sobre dois indígenas e ativistas das causas que envolvem a visibilidade e os direitos dos povos originários. Um pertence ao povo Munduruku. Essa etnia está concentrada em três estados brasileiros: Amazonas, Pará e Mato Grosso,

²¹ Fonte: o Senado Federal: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/04/19-de-abril-povos-indigenas-lutam-por-mais-visibilidade-e-valorizacao>. Acesso em setembro de 2023.

²² Além de doutor e escritor, é também ator.

totalizando em torno de 15 mil habitantes. O outro é da etnia do povo²³ Krenak, cuja concentração está na região do Rio Doce em Minas Gerais.

Para sabermos sobre a quantidade de povos originários existente no Brasil buscamos dados no site do IBGE. Segundo a fonte há uma forma de quantificar a população para qual:

[...] os resultados obtidos decorrem de inovações operacionais e metodológicas que ensejaram o aprimoramento da captura do pertencimento étnico indígena e estão disponibilizados em diferentes níveis geográficos e recortes territoriais: Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios, Amazônia Legal e Terras Indígenas. As informações sobre esse grupo étnico, que totaliza 1 693 535 indígenas, ou 0,83% da população²⁴ [...] (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

De acordo com os dados obtidos em 2022, a população indígena no Brasil representa menos de 1% dos habitantes. Enquanto isso “o Brasil chegou a 203.062.512 habitantes residentes no país”²⁵.

Certamente, os acontecimentos elencados na matéria do site o Senado Federal são os responsáveis pela degradação dessa população ocasionando sua mortandade. Dentre todas as etnias brasileiras, destacamos alguns acontecimentos envolvendo o povo Yanomami. Recentemente²⁶, o mundo acompanhou, um pouco, o sofrimento, onde muitos morreram em função de desnutrição gerada pelo garimpo ilegal, pois a contaminação da água e do solo fez com que a fonte de alimento também fosse extinta.

Neste mesmo período veio a público, no jornal televisionado da rede Globo, o total abandono por parte do Governo Federal, da Funai e governantes locais por negligenciarem pedidos de ajuda a esses povos. A fragilidade das políticas e o descaso dos governantes são fatores que impactam na vida e morte dos povos.

Apesar das fragilidades, muitos tentaram lutar com as armas que tinham para combater a perseguição e defender suas terras. Uma das ações de resistência à

²³ Os Krenak são os últimos Botocudos do Leste, vítimas de constantes massacres decretados como "guerras justas" pelo governo colonial. Hoje, vivem numa área reduzida reconquistada com grandes dificuldades. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>. Acesso em setembro de 2023.

²⁴ Censo Demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo / IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102018>. Acesso em setembro de 2023.

²⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-populacao-do-brasil-cresce-645percent-e-chega-a-203-milhoes-veja-numeros.ghtml>. Acesso em setembro de 2023.

²⁶ Em 2023, o Jornal Nacional mostrou a situação de abandono dos povos indígenas. Reflexos da política genocida do Governo Bolsonaro.

implantação da cultura branca praticadas na época da invasão da colonização era “não aprender a ler e escrever”. Essa forma de resistir foi sinalizada por Ailton Krenak²⁷, durante uma entrevista, pois a tecnologia escrita também era uma forma de escravizar e acabar com a cultura. A seguir traremos uma síntese desmistificando a chegada dos portugueses no Brasil.

2.2. Da invasão a colonização: Desmistificando a chegada dos portugueses

No período colonial, os povos indígenas buscaram defender seu povo e sua terra contra as invasões sofridas por parte de Portugal, Espanha e demais países. Ao contrário do que enuncia a História, nessa terra onde canta o sabiá, os indígenas já desfrutavam e viviam das riquezas naturais que a floresta preservada proporcionava a toda população.

Mas não é assim que a História tem contado os acontecimentos em torno da “colonização”. Conforme nos diz Daniel Munduruku, “o pensamento colonizado²⁸” povoa a vida do brasileiro, e isso, notamos no dia a dia nas nossas aulas de história no ensino fundamental quando nos é apresentado o “índio colonizado”, cujas casas são ocas e suas principais atividades são a caça e a pesca. Esse pensamento do colonizador só será desfeito quando os professores puderem mostrar, de fato, o que o livro didático não traz. Esse é o papel do professor²⁹ formador de opinião, possibilitar ao estudante conhecer o outro lado da história.

Isso vai ao encontro do discurso proferido pela Ministra Sônia Guajajara em sua posse:

Nós não somos o que, infelizmente, muitos livros de História ainda costumam retratar. Se, por um lado, é verdade que muitos de nós resguardam modos de vida que estão no imaginário da maioria da população brasileira, por outro, é importante saberem que nós existimos de muitas e diferentes formas. Estamos nas cidades, nas aldeias, nas florestas, exercendo os mais diversos ofícios que vocês puderem imaginar — disse a ministra Sônia Guajajara em seu discurso de posse no Ministério dos Povos Indígenas, em janeiro deste ano³⁰ (Pimenta, 2023).

²⁷ Ailton Krenak – Culturas indígenas (2016). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LEw7n-v6gZA>

²⁸ Fala de Daniel Munduruku durante a entrevista.

²⁹ Agradeço a professora Rosimar, que durante a minha qualificação demonstrou inquietação com meu pensamento colonizado e indicou leituras sobre os povos indígenas. A partir desse momento, conheci Daniel Munduruku (atua como o personagem Pajé na Novela Terra e Paixão), e depois, Ailton Krenak, lideranças indígenas.

³⁰ Fonte: Agência do Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/04/19-de-abril-povos-indigenas-lutam-por-mais-visibilidade-e-valorizacao>. Acesso em setembro de 2023.

Nesses diálogos, os dizer da ministra encontram convergências na fala de Daniel, onde “[...] *os povos indígenas sempre foram deixados à margem e nunca tiveram condições de contar a própria história, ou contar a sua versão da história*”, pois, de alguma forma sempre estiveram silenciados.

Para saber um pouco sobre as vozes silenciadas que têm muito a dizer, buscamos dois líderes indígenas, Daniel Munduruku e Ailton Krenak, de etnias diferentes para conhecer um pouco da sua biografia e das histórias dos seus povos.

2.3. Daniel Munduruku Monteiro Costa

A luta nem sempre vai acontecer de forma armada, na verdade, muitas vezes essa luta é armada de conhecimento, sabedoria e ancestralidade. O conhecimento elaborado proporcionou a Daniel Munduruku Monteiro Costa se formar em:

[...] em Filosofia pela Universidade Salesiana de Lorena (1989). É doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Indígena. É pós-doutor em Linguística com ênfase na Literatura Indígena, na Universidade Federal de São Carlos. É autor de 52 livros voltados para o público infantil, juvenil e educadores. É Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2006. Em 2013 recebeu a mesma condecoração na Ordem Grã-Cruz. É Diretor-Presidente do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais. Recebeu diversos prêmios literários no Brasil e no exterior. É membro da Academia de Letras de Lorena. Em 2018 foi condecorado pela Fundação Bunge na categoria Vida e Obra³¹.

Doutor em educação, interpretou em 2023 o papel de Pajé, na novela Terra e Paixão, mostrando a sabedoria dos mais velhos, a constituição dos valores familiares e culturais. Ainda que seja uma participação breve, ela é importante e serve para dar visibilidade aos indígenas.

Vale ressaltar que a negligência, invisibilidade e esquecimento dos povos indígenas podem ser entendidos como reflexos de uma política de invasão territorial do século XVII e corrigir essa danosa ação dos colonos se faz urgente e necessária. De acordo com Munduruku (2012), apenas na década de 70 discussões políticas foram realizadas por motivação da união dos povos originários em reação à ditadura militar, período que marca nossa história com dor, sangue e morte.

³¹ Texto retirado da plataforma Lattes: disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

Além disso, o movimento indígena percebia que a “política estava a serviço dos interesses nacionais de desenvolvimento e integração nacional, que também escondia a intenção de explorar as riquezas presentes no solo e subsolo das terras tradicionalmente ocupadas por seus povos” (Munduruku, 2012, p. 209) e mesmo passando décadas a manutenção da exploração continua ocorrendo em seus territórios.

Essa é uma ação que devasta tanto a população, quanto as florestas. A seguir uma breve síntese sobre Krenak.

2.4. Ailton Alves Lacerda Krenak

Recentemente, fomos agraciados com a bela e assertiva notícia sobre a eleição do escritor Ailton Krenak para a cadeira 5 da Academia Brasileira de Letras (ABL). Quem é Krenak?

Ailton Krenak é um pensador, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena crenaque. É também professor Honoris Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pela Universidade de Brasília (UnB). Nascido em 1953 no município de Itabirinha, no estado de Minas Gerais, na região do Médio Rio Doce, aos dezessete anos de idade Ailton mudou-se com sua família para o estado do Paraná, onde se alfabetizou e se tornou produtor gráfico e jornalista. Na década de 1980, passou a dedicar-se exclusivamente ao movimento indígena. Em 1985, fundou a organização não governamental Núcleo de Cultura Indígena, que visa promover a cultura indígena. À época da Assembleia Nacional Constituinte, uma emenda popular assegurou a participação do grupo no processo de elaboração da nova Carta Magna, momento em que Ailton assumiu ativo papel na defesa dos direitos de seu povo³².

Em sua entrevista³³ para o canal do youtube UnBTV trouxe muitos assuntos adormecidos e esquecidos como a saúde, a educação, as políticas públicas, enfim a imersão na colonialidade continua latente e precisa ser rompida.

Novamente, mais uma parte triste da história que não encontramos nos livros didáticos referentes ao período da ditadura militar no Brasil. Ainda, há pessoas “alienadas politicamente” desconhecedoras desse período, e, uma possível explicação seja por viverem em cidades do interior, afastadas dos grandes centros onde se concentraram ações desumanas da ditadura.

³² Biografia disponível: <https://academiamineiradeletras.org.br/academicos/ailtonkrenak/>

³³ Diálogos: Desafios da decolonialidade: https://www.youtube.com/watch?v=qFZki_sr6ws

Em nossas pesquisas, descobrimos que nessa época foi a criação de presídios para indígenas. Desconhecíamos esse fato histórico pertencente à etnia do povo Krenak. A língua, os rituais, ou voltar após o horário estipulado pela polícia foram motivos para encarceramentos e todo ato de crueldade dessa fase tenebrosa da nossa história.

Esses sentidos, como vimos anteriormente, pelo passado de enunciação projetam significados estabilizados, assim como novos, e isso, nos foi sinalizado também durante a qualificação em relação à escravidão no Brasil. Assim como os indígenas são apresentados de forma velada, os negros escravizados também são vistos como pessoas pacificadas³⁴ nas histórias contadas nos livros didáticos.

2.5. A escravatura no Brasil – marcas da política de invasão

O início da “escravidão”³⁵ no Brasil, ainda, é impreciso. Durante nossas pesquisas encontramos referência a 1500, mas também a 1530 e 1539, mas a duração desse período nos surpreende pela extensiva duração, mais de três séculos as vidas de pessoas negras, em nosso país, foram esfaceladas.

Apesar das divergências quanto à precisão do início da escravização, sabemos que a principal responsável pela sua origem foi a política territorial de “invasão” promovida por Portugal, cujos reflexos negativos estão latentes em nossa sociedade até os tempos contemporâneos, porém, ressignificados, como se fosse uma nova forma de escravizar. Esses novos sentidos podem ser identificados como a desigualdade social, o preconceito e o racismo. Essas são formas ressignificadas da escravidão.

Não vamos discutir o assunto com densidade, o faremos como nos manuscritos sobre os indígenas, uma breve consideração, pois as relações com a colonização são estreitas e “[...] a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil traz na frente” (Nabuco, 2000, p. 1) e em cada fortaleza erguida nessas terras há o trabalho exaustivo de pessoas escravizadas e indígenas.

³⁴ Na banca de qualificação, o professor dr. Marlon nos deixou inquietos sobre esse tema. E lançou uma indagação: Será que os escravos estavam aqui a passeio? Não, definitivamente, não!

³⁵ Termo muito usado em livros e artigos. Aqui, nesse estudo, vamos mudar a terminologia. Usaremos “escravização, escravatura, escravagismo, escravizado”, por entendermos que esse processo transgrediu as regras dos direitos humanos.

Assim como Nabuco, essa mancha pode ser vista também pelas palavras do advogado e ativista Carlos Santos proferida no documentário³⁶ disponível no youtube. A sua fala vai ao encontro do pensamento do Prof Dr. Marlon³⁷, ao revelar que no imaginário das pessoas a imagem da “escravidão” está associada a passividade, isso também nos inquietou, mesmo não tendo conhecimentos e leituras sobre o período escravagista. Embora seja muito comum encontrarmos nos livros de história essa docilidade no traslado, pois os termos “trazidos” e “vieram” transmitem sentidos que passam a significar um estado de querer dessas pessoas, ou seja, estavam aqui por vontade própria. Isso é revelador de uma história falsa e escandalosa.

Tais termos deveriam ser “roubados”, “traficados” ou “arrancados” de suas terras natais. Isso revela a descaracterização da escravidão nos livros da educação básica. Ao sairmos dessa categoria educacional, encontramos em artigos e documentários sobre a escravidão no Brasil relatos em forma de cartas, poemas e textos de viajantes, cuja gênese da escravidão está na África.

Os primeiros relatos são que os prisioneiros de guerra se tornaram pessoas escravizadas. Isso, começou a ser vantajoso financeiramente, logo, homens, mulheres e crianças eram tirados a força de seus reinos para serem traficados.

A África é um continente que abarca 30 milhões de quilômetros quadrados distribuídos em 54 países e nove territórios, com mais de um bilhão de pessoas falando cerca de mil línguas diferentes. O continente tem riquezas incalculáveis em diamantes, petróleo e diversos minérios cuja exploração contribui para os maiores contrastes econômicos e sociais do mundo³⁸.

Este continente possui uma riqueza cultural³⁹ que vai contrastando com a pobreza e a miséria. A sua cultura, a língua e a religião têm influência direta na cultura brasileira. Essa herança cultural dos povos africanos cruzou o transatlântico por

³⁶ Documentário: Escravidão no Brasil – Parte I. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MTfBJkmbSzY>. Acesso em setembro de 2023.

³⁷ Membro da banca desta tese.

³⁸ África, memória e patrimônio: Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/etnologia/kumbukumbu.html>. Acesso em setembro de 2023.

³⁹ Os africanos contribuíram para a cultura brasileira em uma enormidade de aspectos: dança, música, religião, culinária e idioma. Essa influência se faz notar em grande parte do país; em certos estados como Bahia, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul a cultura afro-brasileira é particularmente destacada em virtude da migração dos escravos. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasileira/2_I.php. Acesso em setembro de 2023.

intermédio dos navios negreiros por um longo período, tendo início “[...] a partir do final do XVII, o crescimento do comércio atlântico de escravos levou à maior migração forçada da história moderna⁴⁰” conferindo ao Brasil os traços pluriculturais na constituição da sociedade.

A dinâmica dessa travessia era traficar, embarcar e desembarcar e “[...] uma vez desembarcados, os esqueletos vivos eram conduzidos para o eito das fazendas, para o meio dos cafezais. O tráfico tinha completado a sua obra, começava a da escravidão” (Nabuco, 2000, p. 39).

O período da escravidão no Brasil passou por vários momentos políticos marcantes e que merecem ser lembrados, pois contemplam várias leis criadas com a finalidade de acabar gradativamente com a escravidão. Mas antes de mencionarmos tais leis, comentaremos sobre algumas obras, literárias e não literárias, produzidas durante esses séculos de crueldade.

Na obra “O abolicionista”, de Joaquim Nabuco (2000), temos relatos sobre a constituição do partido e da abolição, assim como, das políticas que suscitavam a extinção do comércio “de carne humana”. São termos usados na obra e nos chocam pela vivacidade provocada no presente da enunciação e nos faz refletir sobre a barbaridade por trás da expansão ultramarina.

Muitos são os enunciados que dizem sobre a “travessia de escravizados”, ao longo deste trabalho recortaremos memoráveis para mostrar aos nossos leitores que é preciso mudar o discurso sobre a escravatura, e reconhecer as atrocidades nesses mares. A exemplo disso, encontramos um diário escrito por Hércules Florence sobre sua viagem pelo interior do Brasil, nos anos entre 1825 e 1829. Assim, inicia sua narrativa:

Numa sumaca chamada Aurora, que fazia viagens de cabotagem, partimos da cidade do Rio de Janeiro no dia 3 de setembro de 1825. O tempo mostrava-se favorável para depressa alcançarmos Sanos, 40 léguas a S. O.; não estávamos, contudo, a cômodo nesse acanhado barco, tanto mais quanto, além das cargas e da bagagem nossa que levava, transportava 65 escravos, negros e negras, recentemente introduzidos d’África e todos cobertos duma sarna, adquirida na viagem, que, exalando grande fétido, poderia nos ter sido nociva, caso durasse mais o contato a que ficamos obrigados e fora a atmosfera calma e parada (Florence, 2007, p. 46).

⁴⁰ África, memória e patrimônio: Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/etnologia/kumbukumbu.html>. Acesso em setembro de 2023.

Os dizeres de Florence significam, neste acontecimento de linguagem, mais que dados históricos, revelam a crueldade, descaso e a forma desumana como os escravizados eram tratados. Os sentidos nesse passado repleto de memórias cruéis revelam a efervescência do tráfico e da escravidão.

Nascido em 1830, auge da escravatura, citamos Luiz Gama⁴¹ como um ativista que lutava por uma sociedade livre e justa, encontrando no direito um meio eficaz para garantir a liberdade aos escravizados. Em uma de suas cartas Luiz afirma ter liberto mais de 500 pessoas, porém, de acordo com outros registros que tratam sobre o autor esse número seria bem maior.

Além dele, outras personalidades usavam as armas que tinham para combater as injustiças sociais. Na literatura, destacamos a obra “O Mulato”⁴² de Aluísio de Azevedo por retratar a sociedade escravocrata de sua época conferindo-lhe o título de escritor de um novo movimento literário, o Realismo. Escrita em 1881, período em que a escravidão ainda imperava em solo brasileiro, a obra⁴³ teve afetos e desafetos por parte de seus leitores, certamente, o segundo grupo pertencia a categoria dos senhores, assim como, dos racistas hipócritas da época.

Nesse cenário, convivem duas categorias antônimas, a escravocrata e a abolicionista. A primeira conseguiu retardar e arrastar por décadas a extinção da escravidão, ao passo que a segunda tentou várias vezes garantir aos escravizados a sua gloriosa liberdade.

Generosos Cidadãos do Brasil, que amais a vossa Pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura Africana, e sem a emancipação sucessiva dos actuaes cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional e segurar a sua liberal, Constituição (Bonifácio, 1884, p. 36).

⁴¹ **Luís Gonzaga Pinto da Gama**, mais conhecido como **Luiz Gama**, é considerado o patrono da abolição no Brasil. Nascido em 21 de junho de 1830, em Salvador (BA), ele é filho da ex-escravizada Luíza Mahin e um fidalgo português branco, do qual nunca foi revelado o nome. Aos 10 anos, Luiz foi vendido como escravo pelo próprio pai, sendo assim o único **abolicionista** que passou pela experiência da escravidão. Por conta da venda, ele veio para São Paulo, cidade na qual viveria até a sua morte. Autodidata, ele conquistou judicialmente a própria liberdade aos 17 anos e posteriormente se tornaria advogado.

⁴² O Mulato obra original. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018282&bbm/4812#page/16/mode/2up>. Acesso em setembro de 2023

⁴³ Resumo comentado, bem interessante. Sem dúvidas que o ler irá se interessar pela obra original. Disponível em: <https://muraldoslivros.com/resumo-do-livro-o-mulato/>. Acesso em setembro de 2023.

O término do infame tráfico será o marco inicial de um longo caminho rumo a tão sonhada liberdade. Esse caminho sinuoso foi marcado por várias tentativas de libertar os cativos, porém, muitas foram frustradas pela falta de interesse político e do senhoril em fazer desses homens iguais e livres.

No exterior muitos diálogos e pressões foram realizadas a fim de que os tempos do cárcere se findassem, porém sem sucesso. A Inglaterra tentou impedir o avanço da escravidão no Brasil, para isso, começou a atacar navios negreiros.

Além desse movimento pela liberdade, lembremo-nos dos acontecimentos marcantes e que muito contribuíram para a extinção dessa prática. Como vimos, apesar de todos os esforços para a queda da escravidão, ela continuou sem pressa de acabar, pois os interesses de poucos, prevaleciam sobre o querer de muitos. Assim, por longos séculos o tráfico ficou latente em nosso território e, apenas, em 1810⁴⁴ um tratado estabelecido com a Inglaterra pôs fim ao transporte ilegal de negros.

Após quarenta anos, em 1850, o comércio de escravos foi abolido com a criação da Lei Eusébio do Queirós. Depois de vinte e um anos, em 1871, a Lei do Ventre Livre foi criada. Passaram nove anos, em 1880, o partido Abolicionista surge no Rio de Janeiro. Transcorrido cinco anos, em 1885, cria-se a lei do Sexagenário, cuja finalidade era dar “liberdade” aos escravizados com idade igual a sessenta anos. Finalmente, após três anos a Lei Áurea⁴⁵ é assinada pela princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888

LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888.

Declara extinta a escravidão no Brasil

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

⁴⁴ Cronograma detalhado com todas as datas importantes de todos acontecimento em torno da extinção da escravidão pode ser encontrado no site: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/276-lei-aurea>. Acesso em setembro de 2023.

⁴⁵ Lei Áurea. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em setembro de 2023.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princeza Imperial Regente.

Longos séculos de dominação, violência e sangue marcaram a constituição da nossa nação, até que, em 1888 a “erradicação” da escravidão “garantiu” aos homens, mulheres e crianças negras o direito de serem cidadãos livres.

O escravagismo se entrelaçou à expansão marítima, bem como, a colonização portuguesa. A mão de obra escravizada foi utilizada em todos os cantos do Brasil, para todos os tipos de serviços, inclusive, na construção das fortificações. Essa prática brutal usada contra as pessoas negras foi uma forma que Portugal encontrou para dominar e expandir seu poder.

Falar em expansão requer que façamos uma breve consideração histórica dos Tratados, Tordesilhas e Madri, sendo o segundo o mais importante acordo realizado pelas duas coroas, portuguesa e espanhola. Observaremos, brevemente, uma síntese dos tratados, pois os consideramos importantes no processo de construção das fortificações no Brasil. Iniciaremos pelo Tratado de Tordesilhas.

2.6. O Tratado de Tordesilhas – algumas considerações

O Tratado de Tordesilhas assinado em 1494 por Portugal e Espanha não teve sucesso em função do descumprimento do acordo estabelecido para o processo de demarcação territorial. Os equívocos formados pela linha abstrata, segundo estudiosos, são de ordem métrica, uma vez que representava uma linha imaginária (fonte de todas as imprecisões) que demarcava terras espanholas e portuguesas (Cintra, 2012).

Como a forma utilizada para essa divisão era questionável, sua substituição era inevitável. Essa inconstância gerava interpretações distintas e conflitantes acerca da posse dos novos espaços descobertos. “Com essa indefinição da linha divisória, o Tratado foi pouco eficaz do ponto de vista demarcatório e prevaleceu mesmo a ocupação efetiva do território” (Idem, p. 426, 2012).

Após constatarem as irregularidades e descumprimento dos acordos em Tordesilhas, as coroas resolveram decidir⁴⁶ os rumos da expansão marítima de forma pacífica. Essa discussão diplomática entre as coroas possibilitou a origem de uma nova convenção, o Tratado de Madri.

2.7. O Tratado de Madri – Algumas palavras

Neste novo cenário, a Cartografia passa a integrar o modo como os territórios imaginários passariam a compor a paisagem real, ou seja, estes territórios passaram a ser identificados (significados) na partilha do real, dentro do Mapa das Cortes. “Ao longo das negociações que conduziram em 1750 à assinatura do Tratado de Madrid, os mapas adquiriram uma enorme importância enquanto instrumentos visuais de trabalho” (Ferreira, p. 52, 2007).

O Tratado de Madri assinado em 1750 foi um dos mais importantes documentos no que tange às demarcações territoriais. Esse valor, se deve ao seu caráter inovador, cuja soberania instalar-se-ia pelo princípio do *uti possidetis*⁴⁷ (Neto; Cavassini, 2017). Esse novo princípio passou a reger o delineamento das fronteiras, por intermédio de um acordo diplomático entre as coroas ibéricas.

Alexandre de Gusmão⁴⁸, brasileiro, representante de Portugal teve participação ativa e fundamental nas negociações do novo tratado. Em sua atuação, considerou o *uti possidetis* como demarcador dos novos espaços, e assim, de novas significações para estes mesmos espaços.

Dessa forma o Tratado serviu como um instrumento pacificador, objetivando “[...] em linhas gerais, em reconhecer oficialmente os territórios já ocupados por ambas

14. Antes dessa decisão, a igreja teve participação nas discussões, lançando as bulas papais, porém, sem sucesso.

⁴⁷ Jur. Princípio do direito internacional que reconhece a legalidade e a legitimidade do Estado que ocupa e que tem o controle político e militar de uma região em disputa. Disponível em:< HYPERLINK "http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=uti+possidetis"

⁴⁸ Em 1743, foi nomeado conselheiro do Conselho Ultramarino, onde teve uma atuação destacada. Teve também uma ativa participação em quase todos os atos importantes do governo luso em relação ao Brasil entre 1731 e 1750. Além da mencionada questão da tributação da região mineradora, destaca-se a sua preocupação com a defesa das ocupações portuguesas na América. MENEZES, Sezinando L. Alexandre De Gusmão (1695-1753) e a tributação das minas do Brasil. Disponível em:< HYPERLINK "http://www.scielo.br/pdf/his/v25n2/08.pdf" <http://www.scielo.br/pdf/his/v25n2/08.pdf>> acesso em abril de 2018.

as partes. O tratado tinha por finalidade oficializar as margens fluviais, marítimas e terrestres, definindo os limites dos poderes das Coroas” (Correa; Godoy, p. 3, 2013).

Essa “ocupação” se tornou “legítima” via a política do *Uti Possidetis*, uma expressão de origem latina e parte do sistema jurídico romano que estabelecia que toda a ocupação territorial seria daquele que povoou e desenvolveu atividades econômicas e políticas naquele local. Com o tempo, o Tratado de Madri foi substituído pelo Tratado de Ildelfonso e, mais tarde, por Badajós. Ainda que sua duração tenha sido de curto prazo, historiadores acreditam que a implementação do Tratado de Madri foi uma das mais importantes para a nação. Principalmente por retomar o princípio da posse e das fronteiras naturais.

As consequências provenientes da “colonização” existem até hoje, e cada povo originário tem os seus próprios desafios. Dito de outro modo, a política expansionista trouxe uma onda de destruição desde o princípio da invasão em 1500, quando Cabral aportou na praia, hoje, denominado

O Parque⁴⁹ Nacional e Histórico do Monte Pascoal, localizado no município de Porto Seguro/BA, abrange a primeira porção de terra do Brasil avistada pelos navegadores portugueses, o que faz dele um marco para a História Nacional. Por ter sido a região ocupada nas primeiras décadas da colonização portuguesa, e testemunho dos povos indígenas que se faziam ali presentes e permanecem até os dias de hoje, é o primeiro e único Parque Nacional e Histórico brasileiro (Ministério do Meio Ambiente, s.a.).

De acordo com os dados do artigo disponível no site do governo, “os povos indígenas se faziam presentes”, logo, a terra foi invadida durante as expedições marítimas. A seguir mostraremos o lado da história contada pelo colonizador e que está presente nos livros de histórias.

2.8. O outro lado da história: A invasão do Brasil por intermédio da expansão marítima

Ao longo da nossa história estudantil os livros de história contam que Portugal e Espanha estiveram à frente de outros países na busca por novas terras, e isso os permitiu organizar suas expedições marítimas e desbravar os mares. Porém, ainda que

⁴⁹ <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-e-historico-do-monte-pascoal/informacoes-sobre-visitacao-parna-e-historico-do-monte-pascoal>.

tardiamente, por volta do séc. XVI, França, Inglaterra e Holanda também iniciaram uma política expansionista. O motivo dessa política se deve a um período de crise econômica que atingiu a Europa.

Nessa época, esses países lutavam entre si com a finalidade de ocupar os espaços, inclusive a prática da pirataria iniciada pela Holanda contra navios portugueses se consolidava como parte desses episódios de guerra.

Ao invadirem o Brasil, o Estado português deu início a uma “política de proteção” das terras, assim, iniciaram as construções de fortins e fortalezas ao longo de toda a extensão territorial brasileira. Como parte desse projeto expansionista, os colonos buscaram edificar suas construções em diferentes pontos do país como ao longo do litoral, em praias, ou adentrando as terras. O importante era prever em qual ponto estava propício a ser invadido, e ali, construir uma barreira. Além disso, contavam com os bloqueios naturais, ou seja, às margens dos rios e encostas das montanhas foram utilizadas para construir fortificações. A exemplo disso, temos o Real Forte do Príncipe da Beira e o Forte de Coimbra.

Dito isso, voltaremos à Idade Média, período que corresponde desde o século IV até o XV, para verificarmos como os reis buscavam proteger seus territórios/reinos. Naquela época, os meios utilizados para inibir a ação do inimigo foram os muros e os castelos. Com o passar do tempo essas instalações deram origem a outras, as fortalezas. Assim:

[...] a função de uma fortificação é ser poderosa, capaz de opor resistência a um assalto inimigo. Secundariamente, tinha que ter a capacidade de impressionar os próprios moradores que são defendidos por elas ou intimidar um possível atacante. Essas são características compartilhadas por todas as fortificações, e daí se entende a associação genérica que se faz entre a palavra forte e obra fortificada, sendo praticamente todas as obras defensivas modernas chamadas como tal ou, por seu superlativo, fortaleza (Castro, 2016, p. 1).

Neste fragmento, Castro (2016), possibilita pensar sobre o acontecimento de enunciação e os sentidos da relação entre língua e história. Assim, compreendemos que a função de uma obra fortificada além de proteger e impressionar seus moradores, precisam também protegê-los contra ataques dos invasores.

A proteção das terras assegurada por estes muros e castelos ficou conhecida pela designação de cortina vertical. A cortina⁵⁰ vertical era parte de um tipo de sistema defensivo, e “[...] quanto maior a altura dos muros (cortinas) mais seguros e inacessíveis eram os edifícios militares” (Vitor Hugo, 2018, p. 19).

Nesta fase, a artilharia de guerra possuía um poder de fogo pouco destrutivo. Essa era uma característica dos combates em solo, pois exigia contato corporal maior em campo. Os soldados utilizavam armas primitivas como arco e flecha, e a besta. Esse momento da ciência militar foi conhecido como neurobalística⁵¹.

Com a evolução dessa ciência, o século XV ficou marcado por uma nova forma de combate. A pirobalística, um novo modo de defesa, passou a utilizar a cortina horizontal no novo cenário belígero. A pólvora entrou em vigor e se tornou um elemento defensivo e ostensivo presente neste novo sistema composto por armas de fogo, cujos canhões eram capazes de destruir fortalezas elevadas e a longa distância.

Assim, o período medieval corresponde a acontecimentos que passam pela queda do Império Romano e a tomada de Constantinopla, pelo fortalecimento da Igreja Católica e a propagação da fé. Antes de falarmos sobre a influência da Igreja, traremos, de forma breve, alguns dos principais acontecimentos que marcaram esse período da história. A Idade Média se encontra dividida na historiografia por dois momentos distintos, porém relacionados: Alta Idade Média e Baixa Idade Média.

Essas divisões se dão como momentos nos quais foram protagonizados diversos acontecimentos no percurso histórico e que surtiram grandes e importantes impactos para a humanidade. Na primeira, a Alta Idade Média, destacamos a formação dos Reinos Germânicos; O Reino Cristão; A constituição do Feudalismo; Os Árabes e o Islamismo. Na segunda, Baixa Idade Média, se observa o declínio do sistema Feudal; A expansão tanto marítima, quanto das sociedades cristãs. A esse respeito, destacamos que a Igreja Católica, desde os tempos remotos, sempre esteve ligada a assuntos de outros setores como a política. Ela foi uma das responsáveis pelo incentivo às expedições marítimas, por intermédio dos seus Reis católicos.

Salientamos que a Alta Idade Média foi um período marcado pelo constante estado de guerra e invasões. Os turcos, por exemplo, haviam tomado as rotas para as Índias, “[...] no bojo dos acontecimentos que a partir da decadência do feudalismo

⁵⁰ Termo muito utilizado em textos que tratam das plantas, objetos do nosso estudo.

⁵¹ Período em que as armas de guerra usavam movimentos de impulsão a corda.

geraram a nova ordem política, os empreendimentos marítimos portugueses representavam um fato novo, de alcance ainda ignorado” (Nunes, p. 31, 1985).

Estamos diante do nascimento das expedições marítimas. Elas possuem uma relação de proximidade com a história dos fortes construídos no período colonial. Essa relação de contiguidade, entre expedições e fortes, deve-se a história dos tratados de limites, entre as coroas Ibéricas durante o processo da “corrida” territorial.

Esta expansão ultramarina possibilitou aos portugueses colocarem a prova seus conhecimentos construtivos, bem como, promoveu a busca de novas soluções arquitetônicas, adequadas às novas realidades climáticas, topográficas, de matéria prima e relativas às hostilidades encontradas nos diferentes continentes.

Grosso modo, poderíamos definir a arquitetura militar portuguesa do período de expansão ultramarina como de Transição, um meio caminho entre os castelos medievais peninsulares e as primeiras fortalezas moderna (Cruxen, 2011, p. 213-214).

A expansão marítima no período colonial e a anexação e definição de territórios e fronteiras durante este momento são acontecimentos constitutivos do que podemos chamar hoje de território brasileiro, espaço de fronteira. E parte destes acontecimentos se faz com a construção destes fortes que significam mais do que simples instrumentos de garantia da soberania nacional (imperial), pois, produzem sentidos que podem ser observados por pontos de vista, perspectivas distintas daquelas que estão “postas”, ou que “já conhecemos”, uma vez que os sentidos são polissêmicos e dinâmicos.

A seguir algumas considerações sobre história das fortificações no Brasil.

2.9. A história das fortificações: acontecimentos de construções

De acordo com Fortes (1727), os motivos que impulsionaram o homem a criar uma fortificação é imprecisa. Mas, segundo ele, é possível deduzir que as razões sejam para se manterem longes de animais ferozes e dos ataques de outros homens.

No Brasil, essa história esta ligada ao processo de colonização, onde as coroas Ibéricas para garantir a posse de um território invadiam e ocupavam aquele espaço. E para fortificar era preciso se considerar a Máxima de número I. Intitulada

Das máximas geraes da Fortificação

MAXIMA I

Que em todo o recinto de huma fortificação não haja parte alguma, que não seja vista, e defendida pela frente, e pelos lados, ou ao menos por hum lado, que he o fim principal, que se propõe quem fortifica (Idem, 1727, p. 30).

Assim, para erguer uma fortaleza era preciso lembrar e seguir a Máxima I, pois as mudanças na artilharia de guerra impulsionaram a mudança estrutural das praças. Conforme o nível de destruição causada pelas armas iam aumentando, o grau de defesa das construções também se modificava.

Para garantir o sucesso nessas novas instalações “o cargo de capitão e governador foi instituído para a administração das capitanias hereditárias a partir do processo de divisão e distribuição de extensas faixas de terra da colônia portuguesa na América⁵²”. Dentre suas funções, uma delas foi a construção de fortins e fortalezas e, foi isso, que possibilitou a Portugal meios para assegurar que o inimigo fosse combatido, e as terras protegidas. Essa estratégia aconteceu:

[...] durante o período em que esteve à frente como ministro da coroa portuguesa, Pombal intensificou a construção de fortes e fortalezas na capitania de Mato Grosso, como o forte de Coimbra e Real Forte Príncipe da Beira, dentro do espaço que limitava a fronteira com a Espanha (Barroso, p. 50, 2015).

A província de Mato Grosso foi responsável por proteger as fronteiras aquáticas. É interessante lembrar aqui, que o primeiro forte construído no Brasil foi o Forte de São Tiago (Bertioga/SP), em 1532, e “[...] começou com uma paliçada de madeira, tal como os castelos europeus da Alta Idade Média. Muros e paredes e alvenaria vieram depois” (Custódio, p. 183, 2011).

Conforme Augusto Fausto de Souza (1881, p. 10), desde 1500, época do “descobrimento” do Brasil, o processo de fortificação havia se instalado nas terras recém encontradas, porém, “[...] a sciencia da fortificação das praças achava muito atrasada, consistindo apenas em construção de muralhas de madeira, taipas, adobe ou pedra”. No final do séc. XVII a engenharia militar começa a se aperfeiçoar, era o progresso da arte das fortificações.

Preocupados com a defesa das novas terras, os portugueses construíram uma série de fortificações ao longo da costa atlântica e também no interior, em pontos estratégicos, como o rio Amazonas e a fronteira com a Bolívia. Era o poder imperial ostentando seu poder diante dos outros conquistadores de terras europeias (Idem, p. 193, 2011).

⁵² Texto: Capitães e Governadores de Capitanias. Retirado do site: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/415-capitao-e-> 10 jan.2024.

Para que essa série de fortificações fossem realizadas entra em cena um personagem histórico de valor imensurável, o Governador da Capitania. Abaixo trataremos algumas considerações sobre o Governador da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, responsável pela construção do Forte de Coimbra e Real Forte do Príncipe da Beira.

2.10. Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres: Governador da capitania de Mato Grosso

Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres nasceu em S. Salvador da Vila do Ladário, em Portugal, no dia 21 de Outubro de 1739. Desde seus dezenove anos de idade começou a destacar-se por sua inteligência e integridade, tanto na esfera militar, quanto na política.

Essas qualidades chamaram a atenção do Marques de Pombal, e em 1771 recebe o convite para ser, no Brasil, Governador e Capitão General do Estado de Cuiabá e Mato Grosso. De acordo com Bertelli (1998), o Marques de Pombal foi muito importante para Portugal durante a corrida pela conquista das fronteiras.

Assim, com a missão de redefinir aspectos sociais, econômicos e culturais da capitania, o Governador chega em solo brasileiro no ano de 1772. Logo, começam a aparecer os frutos de todo seu empenho, cidades, praças e comércio passam a ocupar os espaços durante seu comando.

A respeito da demarcação de fronteira e da construção de praças, para este cargo, espera-se que

o Governador de huma praça, quando não seja engenheiro de profição, deve ao menos saber perfeitamente tudo o que pertence ao ataque, e defença das Praças, com huma boa ideia de fortificação, e da disposição, e grandeza das suas partes flanqueantes, e flanqueadas; e se o seu Principe lhe confiou o governo, suppoz: e assim para exercitar este posto com honra, e credito, não deve ignorar nada daquillo, que deve saber hum Engenheiro; não só na Sciencia deve ser Engenheiro, mas tambem no valor e constancia: deve ser prudente, e de grande authoridade, vigilante, e desconfiado, sem o dar a conhecer: deve ser muy cortez, e civil para todos, e quando for necessario irremissivel no castigo (Fortes, 1727, Tomo II, p. 384-385).

Essas qualidades citadas pelo autor foram reconhecidas em Luís de Albuquerque, pelo Marquês de Pombal. Dentre as suas funções de Governador estava a construção de

fortalezas. E, em 1776 ordena ao Comandante Matias que se desloque até as margens do Rio Paraguai para vistoriar a área escolhida para a construção do Forte de Coimbra.

Com isso, para impedir o assalto espanhol manda edificar às margens do rio Paraguai uma fortificação que viria a ser central na Guerra do Paraguai. O Forte de Coimbra é um dos acontecimentos, a nosso ver, mais interessante, e, que, sem dúvidas, significa por uma historicidade de sentidos na constituição da República Federativa do Brasil, como veremos adiante.

2.11. O Forte de Coimbra

O Forte de Coimbra está localizado no extremo Oeste do Pantanal Sul mato-grossense. Atualmente, segundo o Exército⁵³ é possível adentrar ao forte somente pelo ar, ou pela água, navegando rio Paraguai, palco de tentativas de invasões e lutas entre lusitanos e paraguaios.

O objetivo em se construir uma fortaleza no extremo sul da capitania de Mato Grosso, surgiu para assegurar

[...] a navegação do Paraguai e as suas comunicações com a capitania de S. Paulo; sustando o avanço espanhol em direção ao norte; e criando obstáculos às investidas facínoras e constantes depredações dos índios Paiaguás e Guaicurus, que tantos danos causavam aos moradores de Cuiabá e arredores (Nunes, 1985, p. 231)

Criado em 1776 por ordenação de Cáceres teve como encarregado por verificar o terreno e dar início às construções o comandante Matias. Vale lembrar que esta fortificação passou por muitos comandos. O interessante disso, está vinculado ao modo como cada um deles percebera a necessidade de mudanças na planta original. Com isso, desde a sua criação, Coimbra passou por grandiosas reformas estruturais. Isso pode ser constatado pela

planta anexa procede do antigo Arquivo Militar e a encontrei na Divisão do Patrimônio do Ministério de Guerra. Este desenho é inédito, pois não figura em nenhuma publicação conhecida. Não posso afirmar que seja rigorosamente a representação da obra realizada por Matias, visto que a planta declara: “Estacada edificada depois do incêndio”. Deve-se supor que, no entanto, que, pelo menos o traçado, ou configuração perimétrica, fosse idêntico, pois o incêndio que se verificou meses depois, como veremos, somente teria destruído a rancharia interna. Camponês, o novo comandante, mais experimentado que Matias, considerando o que estivera construído e o

⁵³ Informação recebida durante uma ligação realizada ao Comandante do Forte em 2020.

mais que convinha fazer, teria introduzido alguns melhoramentos no traçado (Melo, 2014, p. 64).

A data de construção da estacada é o dia 13 de setembro de 1775. Nessa época, a preocupação era ocupar a costa brasileira, além das divisas entre outros países, onde as construções seriam em morros, ou rios. Na primeira fase, o material utilizado foi madeira. Essa estratégia significava rapidez na construção. Após 22 (vinte e dois) anos de existência, o Forte ganha uma nova estrutura.

Durante nossas pesquisas bibliográficas, encontramos uma nova planta do Forte de Coimbra. A qual consideramos como um novo acontecimento de enunciação e construção. Esta é uma planta inédita que compõe a obra de Mello (2014), Vol. II.. O autor atribui a planta ao comandante Matias, o mesmo encarregado pela construção do Presídio de Coimbra.

Antes de prosseguirmos, pensamos ser interessante e necessário, destacar alguns pontos desse Volume II, como uma das obras, mais ricas e surpreendentes sobre a história do Forte de Coimbra. Nela, os leitores encontrarão toda a história sobre o planejamento e construção do forte, além de informações sobre ofícios que dizem sobre todos os comandos que passaram pela fortaleza.

De acordo com Rego (1906), não se tem relatos sobre a intenção de Cáceres, em instalar essa construção na divisa com Paraguai, apenas se sabe, que essa ação foi provocada pela invasão da colônia de Sacramento. Mas, antes de se tornar um forte, este lugar era um presídio. Mais tarde, em alguns documentos, descobrimos que presídio também se enquadraria na categoria dos fortes. Sem dúvidas à distância entre o local da fortificação e a capital da capitania foi um dos fatores que contribuíram para a criação do presídio, uma vez que, os rebelados, os índios, ou mesmo soldados, que praticassem algum delito eram mantidos como prisioneiros neste local.

Esse forte, em particular, possui um histórico de construção diferenciado dos demais fortes. Todas as mudanças feitas ao longo de vinte anos, desde a sua criação, possuem uma articulação entre o forte e seus comandantes da época. Mesmo sob o comando de Cáceres, três substituições de comandos puderam ser observadas durante essas duas décadas.

Nossas pesquisas evidenciaram a relevância da ciência militar no processo de fortificação, pois a formação do comandante era substancial para o entendimento da arquitetura militar, e sem dúvidas, interferiria no modo como ele projetaria as instalações fortificadas (Melo, 2014).

O engenheiro militar, assim como, qualquer profissional deve ser uma pessoa que conhece bem o seu ofício, tanto na teoria, quanto na prática. Estabelecendo uma relação entre a teoria e a prática, na área da educação, isso se chama práxis pedagógica, um termo construído através das reflexões de Paulo Freire⁵⁴, cujo objetivo é possibilitar aos educadores momentos para repensar o fazer pedagógico, a partir desse binômio indissociável, teoria e prática.

Em outras palavras, funcionaria da seguinte forma: o professor precisaria ler (contato com a teoria) e, buscar a compreensão que as práticas pedagógicas são ações planejadas a luz das teorias (escolha individual, dentro das áreas de atuação), que o levam a refletir sobre o seu fazer docente em sala de aula. Esse movimento é cíclico. Teoria-prática-reflexão, ou como diria Freire ação-reflexão-ação. A base do fazer é teórica. Assim vemos a função do engenheiro, a base do seu fazer também era teórica, não apenas experiências de fazeres.

Por isso, entender a ciência da fortificação era um dos requisitos para os engenheiros da época. Pois

Esta Sciencia ensina a fortificar qualquer citio, a deffendelo fortificado; e a espugnalo defendido: De sorte que fortificar, defender, e expugnar são as funções principaes, para as quaes hum Engenheiro deve ser bem instruído, e são entre si tão unidas, que não póde obrar com acerto em qualquer dellas sem as saber todas (Fortes, 1727, p. 1-2).

O autor nos faz entender que o conhecimento erudito é um requisito substancial para que o trabalho, ou a função do engenheiro tenha êxito. Inferimos através deste e todos os documentos em que o nome de Ricardo Franco de Almeida é mencionado que ele foi um notável e esplêndido engenheiro militar. Isso, com certeza, refletiu no seu olhar para Coimbra.

Após duas décadas de existência desse forte, o coronel engenheiro Ricardo Franco percebeu que a estacada não teria capacidade defensiva suficiente para deter qualquer ataque vindo pelo rio. Dá-se então, a reconstrução do Novo Forte de Coimbra.

⁵⁴ Ver <https://www.paulofreire.org/>.

A história enunciativa que conta sobre a figura de Ricardo Franco neste passado rememora o forte, o faz significar como uma das personagens centrais na sua história.

Essa personagem tem sua importância em ser lembrada e destacada, em função do seu papel na Guerra da Tríplice aliança. Ao ter seus feitos enunciados, estes se constituem na temporalidade enquanto recortados pelo presente da enunciação, ou seja, enquanto rememoramos por um passado marcado por lutas, baixas e bravura. As qualidades inigualáveis do coronel, cuja audácia e sagacidade são narradas pela historiografia estiveram presentes durante toda a sua vida militar. Aos seus feitos sob o comando de Coimbra, Visconde de Taunay escreve com muita maestria as honras ao engenheiro, construtor da fortaleza que “tão gloriosamente o defendera, o ilustre Ricardo Francisco de Almeida Serra, coronel do Real Corpo de Engenheiros, o Leverger dos tempos coloniais” (Rego, 1906, p. 189)”.

Por essas razões,

[...] dentre todas as construções de defesa no domínio colonial, talvez seja Coimbra a que tem história mais romanesca, feitos mais bizarros com episódios curiosos que, sobre despertarem o orgulho nacional, provocam o interesse dos que gostam de conhecer as cousas de nosso passado (Idem, 1906, p.171).

Dentre as fortalezas construídas em Mato Grosso no fim do século XVII e início do século XVIII, essa em particular, conforme Rego constitui em sua história uma verdadeira epopeia. Essa peculiaridade, se deve aos dois grandes ataques ao longo de sua história. O primeiro, em 1801 pela esquadra espanhola; o segundo, em 1864 pelo Paraguai. Acreditamos que essa fortaleza se tornou, ou deveria se tornar um símbolo de resistência brasileira durante a guerra do Paraguai, que unira Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai.

Não nos aprofundaremos na Guerra do Paraguai. Contudo, é sabido que as causas dessa guerra foram por muito tempo atribuídas ao imperialismo britânico, mas essa visão foi superada no meio acadêmico, conforme aquilo que sustenta Francisco Doratiotto durante sua entrevista⁵⁵ em 2014. De acordo com o pesquisador, nesse novo olhar, o processo regional passa a ser o motivador da guerra, com toda sua complexidade e contradições, personagens e interesses.

⁵⁵ Vídeo: História: As causas da Guerra do Paraguai. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=Q5Yxrh9MX8Q>

Podemos inferir, a partir da fala de Doratiotto, em consonância com nossas leituras sobre o processo de colonização e fortificação, o processo regional, pode sim, ter sido o grande motivador belígero.

Nosso próximo forte é o Real Forte Príncipe da Beira, ao contrário do Coimbra, foi um forte planejado minuciosamente para evitar ataques fluviais na região do Guaporé, e, apesar disso, nunca foi ameaçado por invasores.

2.12. O Real Forte do Príncipe da Beira

O Real Forte do Príncipe da Beira é uma das maiores fortalezas construídas no Brasil no séc XVIII, no ano de 1776. A exuberante e dispendiosa construção está localizada

[...] na margem direita do rio Guaporé, próximo à cidade de Costa Marques, cuja construção está vinculada ao processo de penetração portuguesa na Amazônia e à necessidade de proteção das terras distantes contra as invasões espanholas. (Adamy, 2010, p. 170)

O autor traz informações sobre a atual localidade de instalação da fortificação. Porém, no período colonial, toda a região do Guaporé pertencia à Capitania de Mato Grosso. Após, esse período, com a divisão territorial dos estados, essa região passou a pertencer ao estado de Rondônia.

Para penetrar e proteger as terras distantes, conforme Adamy, foi necessário investimento da Coroa portuguesa, pois esses espaços inóspitos possibilitavam poucos meios de sobrevivência, considerando a distância e as doenças tropicais. O dinheiro, segundo enuncia Cáceres, é de suma relevância, assim como, outros instrumentos indispensáveis para a continuidade das obras as margens do Guaporé. Os relatos de Cáceres foram encontrados na carta, em Villa Bella, na data de 05 de junho de 1779, encontrada na revista trimestral (Tomo XXVIII, Parte I) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, evidenciam seu esforço em prosseguir as obras em meio à escassez de meios,

[...] aonde além do **dinheiro**, que é o **mais indispensável** instrumento com que se **aplainam as dificuldades**, e adiantam semelhantes trabalhos, **faltam ainda verdadeiramente vários outros recursos necessários**: como são os **competentes artífices e operários** que se deveriam empregar: de maneira que sobre alguns remetidos do Pará depois das mais **excessivas delongas e despesas** fui obrigado por ultimo a mandar vir um mais **considerável**

numero d’elles, que hão de ser **escravos** do Rio de Janeiro, aonde a referida **encommenda**, sobre conta da real fazenda, se fez ha perto de um anno; mas antes dos fins do corrente de 1779 não poderá chegar a esta capital (1779, p. 121. **grifos nossos**).

A mão de obra escravizada foi trazida do Rio de Janeiro. No trecho da carta, percebemos que o valor conferido a eles, é de coisa, portanto, tratados como encomendas. Essa categoria de objeto, portanto, retira-lhes sua essência de ser humano, dessa forma, assemelham-se às ferramentas, às peças, que seriam utilizadas para dar continuidade ao processo de fortificação.

Desde essa época a população negra, particularmente, em nosso país continua sofrendo direta e/ou indiretamente com as consequências desse período, manifestado sob uma nova óptica de violência, o racismo, a discriminação, o preconceito e a desigualdade instaladas pela escravidão.

A fala do cineasta Luis Henrique Leal⁵⁶ sinaliza para a perversidade após a colonização, ainda que, “a condição da escravidão, do colonialismo no Brasil, mudou de forma, mas a condição em que as populações negras vivem no Brasil ainda é muito perversa”.

A perversidade é observada desde 1810⁵⁷ quando o governo inglês passou a pressionar o Brasil para extinguir a escravidão e o tráfico de escravizados. Sem dúvidas, assim como Luis Henrique, também sentimos vergonha pela forma como o Brasil tentou, por anos, adiar o fim da servidão. Passaram-se mais de 70 (setenta) anos, desde que a Inglaterra iniciou seus pedidos ao nosso país, até a assinatura da Lei Aurea⁵⁸ em 1888.

As relações entre tráfico de escravizados e a colonização do Brasil são indissociáveis. Esse é um referencial histórico estabilizado na história brasileira. A mão de obra da pessoa escravizada foi empregada na construção das fortalezas. Esse investimento nas construções em regiões fronteiriças, a exemplo do Príncipe da Beira, tinha como “propósito de evitar o contrabando do ouro, assegurar a vigilância dos rios que davam passagens para a Capitania de Mato Grosso, assim como, de intimidar as invasões por espanhóis naquela fronteira” (Barroso, p. 24, 2015).

⁵⁶ <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2020/10/03/voce-nao-pode-ter-uma-populacao-quase-50percent-negra-e-no-ensino-superior-ter-um-gargalo-absurdo-diz-cineasta-brasileiro-em-paris.ghtml>

⁵⁷ http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf

⁵⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm

Diante das novas redes auríferas, a região do Guaporé torna-se ponto estratégico de defesa. A coroa portuguesa, na tentativa de proteger suas terras, consequentemente suas riquezas, ordena a criação de uma fortaleza nesse espaço de fronteira, o Guaporé. É preciso dizer que, essa é a maior fortaleza construída em solo brasileiro e o responsável pela construção

[...] foi o quarto governador da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772 – 1789), quem efetivamente iniciou a política de ocupação de toda a fronteira oeste brasileira; foi ele quem mandou executar um levantamento das principais vias de navegação e com isso implantar guarnições militares e centros urbanos, para garantir a ocupação (Corrêa, p. 13, 2017).

A defesa daquela região representava não só a demarcação de um território, mas também, a preservação da riqueza, pois o ouro, metal de cobiça, havia sido descoberto pelos bandeirantes da Capitania de Mato Grosso. Assim, o

Forte de Príncipe da Beira - Costa Marques (RO)⁵⁹ – Considerada a maior edificação militar portuguesa construída fora da Europa, no Brasil Colonial, fruto da política pombalina de limites com a Coroa Espanhola na América do Sul, definida pelos tratados firmados entre as duas coroas, entre 1750 e 1777.

Construída no período pombalino, a “maior edificação militar”, a nova fortaleza foi solicitada após confirmação da impossibilidade de restauração do forte de Bragança, devido a inúmeros fatores, como natural e material. Por isso, a escolha de um novo local exigiu uma avaliação criteriosa de engenheiros militares e o parecer final considerou a avaliação/vistoria de Sambuceti, o ajudante.

Os trabalhos iniciaram-se a 19 de abril de 1775. As primeiras operações consistiram na limpeza do terreno através de “rosas” destinadas a eliminar árvores e outra vegetação mais densa, concluídas por “queimas”. Após esta acção, Sambuceti passou a uma segunda fase destinada às medições do terreno, enquanto paralelamente se dava início à construção dos edifícios de apoio, “em primeiro lugar armazéns e depois as mais acomodações”, entre as quais os “quarteis”.

O engenheiro genovês via-se confrontando com as habituais carências de mão-de-obra, escrava e especializada, utensilagem e matérias-primas para a construção. As solicitações para suprir estas faltas multiplicam-se nas suas cartas para Luís de Albuquerque, que desde Vila Bela superintendia a iniciativa (Faria, 1996, p.62).

⁵⁹ Retirado do artigo: Fortes Incluídos na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1611/>. Acesso em janeiro de 2022.

A nova Fortaleza foi planejada estrategicamente em região fronteira e a sua localização foi escolhida em virtude dos benefícios do terreno, conforme nos é apresentado no acontecimento do seu Auto de Fundação. Faz-se saber que no

[...] anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus-Christo de **1776** annos, aos **20 dias do corrente mez de Junho**, vindo o Illmo e Exm. **Sr. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres a este logar**, situado a margem oriental ou direita do Rio Guaporé, desta Capitania, em distancia de mil braças pouco mais ou menos da antiga Fortaleza Conceição, o qual logar tinha sido escolhido e aprovado pelo mesmo Sr. Depois de circunspectamente o reconhecer ouvindo a vários engenheiros com particularidade ao ajudante de infantaria com dito exercício Domingos Samboceti, a quem pela sua intelligencia foi cometida a direcção principal das obras para nelle se **fundar outra nova Fortaleza, que Sua Magestade ordenou** assim porque está livre das maiores escressencias do dito rio, como porque o terreno é naturalmente o mais solido e o mais acomodado em todos os sentidos que podia desejar-se, ahi por S. Ex. foi pessoalmente lançada a primeira pedra nos alicerces (...). (Auto de Fundação, 1776, **grifos nossos**).

Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres lança a pedra fundamental e, ainda, “determinou o dito Sr. que a mesma nova Fortaleza de hoje em diante se denominasse Real Forte do Príncipe da Beira” (Auto de Fundação, 1776). Lembrando que, a escolha do terreno aconteceu em 1775, mas as obras iniciaram em 1776 e a conclusão em 1783.

Podemos dizer que, o Príncipe da Beira destaca-se entre os demais baluartes, tanto pela extensão, quanto pela engenharia. Essa singularidade está interligada às questões estratégicas de defesa, assim como, sua localização “em região inóspita e de difícil acesso ainda hoje, cuja edificação constituiu uma verdadeira epopeia” (Paula, 2017. p. 82).

Sobre a localização, Souza (p. 138, 1881) relata que “a sua posição é excelente, pois della se póde interceptar toda a comunicação fluvial para a província de Moxos no Estado Vizinho”. Ainda que, “o governo português desaconselhara o cometimento. Em minudente relatório, apontava a inconveniência do local, acanhado e inundável, alto custo de investimento e o minguido proveito estratégico” (Nunes, 1985, p. 279).

Essa fortificação representou a soberania da coroa portuguesa durante as demarcações de limites, sua obra “destinada a receber 56 canhões só ficou concluída em 1783, custando quantia muito avultada e sendo necessário vencer dificuldades enormes” (Souza, p. 137, 1881) naturais e econômicas.

Ao longo da sua história pode-se dizer que a fortificação cumpriu sua missão, quer dizer, ela foi construída numa barreira natural, margem de rio, mas, de fato, nunca foi palco de ataques. Após um longo período sem recursos financeiros, as tropas o abandonam. Encontrado durante a expedição Rondon, o Real Forte Príncipe da Beira, em meio ao processo de deterioração, atualmente, tombado como patrimônio pelo Iphan, recebe turistas e visitantes.

O Brasil e suas fortalezas têm um passado que merece ser contado e recontado. Os nossos antepassados, a nossa geração e a próxima, certamente, precisam saber e conhecer a grandiosa expedição, a epopeia brasileira para se constituir enquanto estado democrático de direito. No próximo capítulo, apresentaremos os materiais usados na pesquisa bibliográfica; o corpus; os recortes para análise.

CAPÍTULO III

CONHECENDO O CORPUS

O corpus deve se constituir, assim, por textos nos quais tenhamos a condição de encontrar enunciados relevantes para os objetivos da análise. Por isso considero, como procedimento de análise, o que chamo de procedimento de sondagem, que estabelece seu corpus por uma escolha segundo a relevância referida logo acima. E neste corpus é preciso encontrar os enunciados pertinentes aos objetivos propostos para analisá-los, de modo a poder relacionar as análises feitas no conjunto dos textos (Guimarães, 2023, p. 119)

A epígrafe de Guimarães é decisiva para apresentação do nosso capítulo dedicado ao corpus. A partir disso, dizemos que o corpus é formado por uma coletânea de textos, independente da sua categoria ou gênero, semelhantes ou distintos, nos quais devemos encontrar enunciados relevantes para serem analisados de acordo com os objetivos propostos pelo trabalho a ser feito.

Assim, este capítulo será dedicado a apresentação do nosso corpus. Aqui, descreveremos os caminhos metodológicos utilizados durante a sondagem dos recortes.

Com isso,

na relação teoria e “método” consideramos que os acontecimentos de enunciação são produzidos pelas relações políticas dos espaços de enunciação e da cena enunciativa. No plano metodológico consideramos que a unidade de análise é o enunciado, tal como o definimos: unidade com consistência interna e independência

relativamente ao texto em que se integra (Guimarães, p. 116-134, 2023).

Desse modo, e como o autor disse, o enunciado será a unidade de análise da Semântica do Acontecimento, e ele se constitui com consistência interna e uma independência relativa e, é isso que nos permite analisar os enunciados estabelecendo relações de contiguidade entre elementos presentes no mesmo texto e, ainda, em textos diferentes.

Ou seja, significa dizer que a consistência e a independência possuem uma relação direta com os procedimentos de análise geral, a articulação e reescrituração.

Dito isso, iniciamos as buscas em materiais disponíveis em sites. Realizamos diversas pesquisas durante muito tempo, em sites diversos, sites de Universidades Nacionais e Internacionais. Dentre eles destacamos o <https://fortalezas.org/>, <https://ihgb.org.br/> e o <https://ihgms.org.br/> por terem materiais históricos importantíssimos para a nossa tese.

Além deles, utilizamos o facebook como ferramenta de busca a autores com produções referentes ao forte Príncipe da Beira. Encontramos e entramos em contato com Edgley Pereira de Paula, que nos enviou artigos.

O Coronel Cláudio Moreira Bento, cuja comunicação foi via e-mail, nos indicou o site <http://www.ahimtb.org.br/>, contendo suas publicações, histórias sobre as fortalezas e o exército; Ao Senhor Adler Homero Fonseca de Castro, pelas indicações bibliográficas referentes aos fortes; Ao Senhor Elcio Rogerio Secomandi, pelas indicações de leitura sobre as fortalezas e, ainda, por possibilitar o nosso diálogo, via e-mail, com o autor Castro.

Dito isso, e pensando nas possíveis pesquisas que podem partir da leitura do nosso trabalho, faremos uma descrição detalhada do nosso corpus e dos recortes sondados para a análise. Pensando nessa organização, dividiremos as descrições em diagrama e quadros. A primeira referente ao forte de Coimbra e a segunda ao Real Forte do Príncipe da Beira.

O diagrama abaixo mostra os materiais onde realizamos nossas pesquisas bibliográficas tanto em material impresso, quanto em on-line.

Diagrama 1. Consulta bibliográfica: Construção do corpus



Fonte: Os autores

Acima, o diagrama apresenta de forma objetiva os materiais pesquisados durante a fase pela busca ao corpus.

A escolha pela descrição em forma de quadros, visa facilitar a leitura de nossos interlocutores. Assim, no quadro 1, logo abaixo, traremos o corpus referente ao Forte de Coimbra. Aqui, de forma objetiva colocamos o nome do corpus, o recorte realizado para ser analisado e a localização desse material, ou seja, a nossa fonte.

Quadro 1. O Forte de Coimbra: Corpus, recortes e localização

CORPUS	RECORTES	LOCALIZAÇÃO DO CORPUS
Forte, fortaleza, praça	-Enunciados conceitos;	Obra: O engenheiro Portuguez. Tomo I e Tomo II, escrito por Fortes e publicado em 1728 e 1729.
Estacada, paliçada, fortificação	-Enunciados conceitos;	Diccionario de língua brasileira. Publicada em 1832, p. 473.
Planta-texto 1: Planta e perspectiva do Presídio Português: A Nova Coimbra	- Enunciado título; -Enunciado descritivo dos cômodos; - Desenho do Forte;	Obra: Nunes, publicada em 1985, p. 112.
Planta-texto 2: Planta do Novo Forte de Coimbra 1779	- Enunciados descritivos; - Enunciado título; -Desenho do Forte; -Desenho dos cômodos;	Site: www.fortalezas.org
Artigo: Fortalezas no Brasil	-Enunciado sobre o traçado do Forte;	Artigo escrito por Ferraz em 1929, p. 523. Site. www.ihgb.org.br
Planta-texto 1 Planta da Estacada de Nova Coimbra (sem ano)	- Enunciado título; - Enunciado descritivo dos cômodos; -Desenho do Forte; -Desenho dos cômodos;	Obra: Raul Silveira de Mello, publicada em 2014, Vol. II., p. 65.
Artigo: Fortalezas no Brasil	-Enunciado sobre quem ordena a construção do Forte; -Enunciado sobre a localização da obra;	Artigo escrito por Ferraz, 1929, p.523-524. Site. www.ihgb.org.br
História do Forte de Coimbra.	-Enunciado sobre o formato da obra;	Obra: Raul Silveira de Mello, publicada em 2014, Vol.II, p. 69.

Fonte: Os autores

Da mesma forma, montamos o quadro 2, porém, relativo ao Real Forte do Príncipe da Beira. Conforme será visto abaixo, nele, expusemos de modo geral o corpus, e, especificamente, os recortes desse corpus que foram analisados e de qual material foram retirados.

Quadro 2. O Real Forte do Príncipe da Beira: Corpus, recortes e localização

CORPUS	RECORTES	LOCALIZAÇÃO DO CORPUS
Planta-texto 2. Forte do Príncipe da Beira de 1778	- Enunciado descritivo sobre a obra; - Enunciado título; - Desenho do Forte;	Obra: Nunes, publicada em 1985, p. 293.
Artigo: Os construtores do Real Forte Príncipe da Beira e suas profissões.	- Enunciado sobre escravizado e indígena;	https://www.ecoamazonia.org.br
Planta-texto 3. Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789	- Enunciado descritivo; - Enunciado título; - Desenho do Forte;	Obra: Nunes, publicada em 1985, p. 298.
Artigo: Fortalezas no Brasil.	- Enunciado sobre a descrição do forte;	Artigo escrito por Ferraz e publicado em 1929, p. 509-510. Site. www.ihgb.org.br
Planta-texto 4. Plano do Forte do Príncipe da Beira 1798	- Enunciado descritivo do plano do Forte; - Enunciado descritivo dos cômodos; - Desenho do Forte; - Desenho dos cômodos;	Dissertação. Giovani Barcelos. Defendida em 2018, p. 34.

Fonte: Os autores

Acima, nos quadros 1 e 2, apresentamos de modo geral o corpus e, em particular os recortes feitos e analisados, conforme será mostrado no capítulo IV. Essa forma de organizar os recortes, para nós, é um modo facilitador de leitura para os nossos futuros leitores, sejam eles da área da linguística, ou não.

Abaixo, mostraremos, resumidamente, as formas dos fortes.

3.1. Os fortes e suas formas: algumas considerações

Os fortes, fortins, estacadas, fortalezas e praças pertencem a ciência da fortificação. Esses termos usados, muitas vezes, como sinônimos, de fato, não o são. Essas instalações possuem funcionalidades próprias (Fortes, 1727), (Adler, 2013) e (Oliveira, 2014), cujas relações se estabelecem com sua capacidade de sustentação e temporalidade. Dessa forma, um fortim significa um espaço que não é autossustentável, ao contrário das fortalezas, que são. O que isso quer dizer? Isso significa que uma fortificação autossustentável é composta por vários segmentos, e, dessa forma, consegue

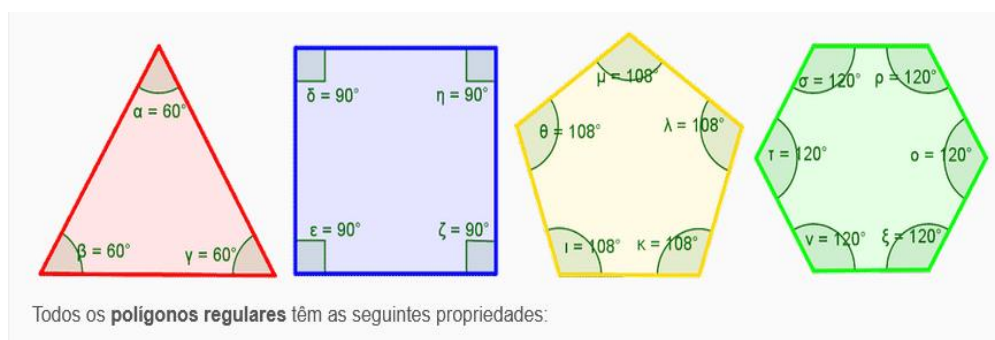
ficar isolada devido a quantidade de acomodações em seu interior, além de possuir água e meios para produção agrícola.

Quanto às formas é possível verificar que: “[...] no final do século XV a solução mais adotada foi uma fortaleza de planta quadrada ou triangular baixa com torres redondas nos cantos (pesadas e de coberturas abobadadas)” (Moreau, 2011, p.33-34).

De acordo com a obra intitulada O engenheiro português, Volume II (ano 1727, p.8), “[...] a fortificação se divide em fortificação regular, e irregular, segundo o polígono que forma a sua figura. Fortificação regular he aquella cujo polígono tem todos os ângulos, e lados iguaes; e a fortificação, que os nao tem iguaes se chama irregular”.

Ao observarmos o enunciado acima, há a possibilidade de se notar conceitos e termos relativos à Geometria. Nos chama atenção, o termo “polígono”, pois entendemos que ele é a base que sustentará toda a edificação fortificada. Temos então, duas definições: Polígono regular e irregular. Como meio de ilustrar o que são estes dois “tipos” trouxemos alguns exemplos:

Figura 1: Polígonos regulares



Fonte: <https://www.matematica.pt/faq/poligono-regular.php>

Notem que os polígonos regulares possuem formas distintas, porém, todos os seus lados são compostos por linhas com as mesmas medidas. Abaixo, trouxemos alguns exemplos de polígonos irregulares.

Figura 2: Polígonos irregulares



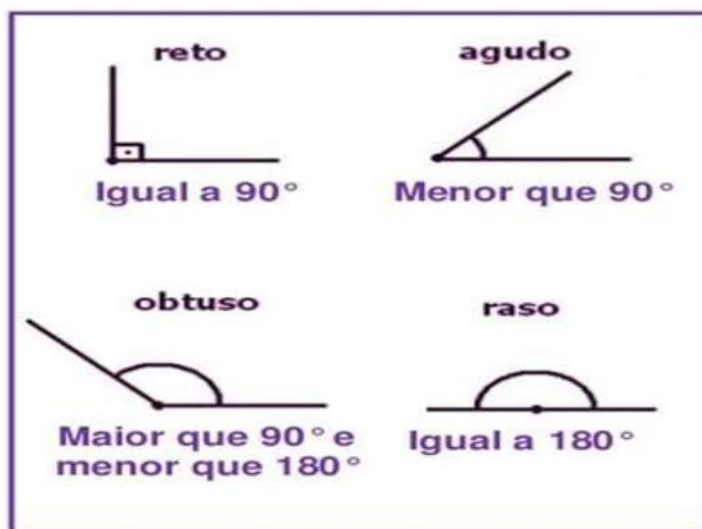
Fonte: <http://sempreamathematicarcommunica.blogspot.com/2016/04/poligonos-angulos-internos-angulos.html>

Conforme a figura acima, os polígonos irregulares possuem medidas diferentes em duas ou mais linhas. Segundo Fortes (1727), a regularidade ou irregularidade estava associada ao local onde a fortaleza seria instalada. Assim, quando as barreiras naturais estão presentes, morros ou rios, certamente, o forte terá a forma irregular, pois o formato da obra deve acompanhar o formato do terreno.

Essa irregularidade é vista no Forte de Coimbra, Tanto em sua planta como na edificação.

Além do formato de uma praça, também trouxemos algumas informações sobre os baluartes do forte. Esse item é considerado um dos elementos mais importantes de uma fortaleza em virtude de sua capacidade de proteção. Os ângulos são parte desse elemento.

Figura 3: Tipos de Ângulos usados nos baluartes



A figura acima mostra os tipos de ângulos utilizados na projeção dos baluartes. A função do engenheiro militar era escolher o melhor ângulo para a fortificação em construção. Essa mudança na estrutura das plantas, em especial, com a implantação dos baluartes fez com as fortalezas ganhassem um elemento fundamental capaz de aumentar a defesa tornando-se assim o elemento mais importante de uma fortificação.

O sistema com baluartes faz parte da arquitetura militar moderna. A ciência das armas marca um período de transição, passamos do período medieval para o período renascentista.

A Arquitetura Renascentista é a arquitetura européia do período entre o início do século XIV e o início do século XVI em diferentes regiões, demonstrando um reavivamento e desenvolvimento consciente de certos elementos do pensamento e da cultura material dos antigos gregos e romanos. Estilisticamente, a arquitetura renascentista sucedeu a arquitetura gótica e foi seguida pela arquitetura barroca. Desenvolvido pela primeira vez em Florença, com Filippo Brunelleschi como um de seus precursores, o estilo renascentista se espalhou rapidamente para outras cidades italianas. O estilo foi levado para a França, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Rússia e outras partes da Europa em datas diferentes e com diferentes graus de impacto⁶⁰.

Sob a influência do Renascimento o aperfeiçoamento da artilharia militar exigiu dos engenheiros conhecimentos para além daqueles implícitos na forma rudimentar de combater e defender.

Desse modo, foi possível observar que as fortificações possuem objetivos definidos para cada contexto de ocupação. Martins (2018, p. 38) destaca que

[...] os objetivos são distintos e tornam-se claros dois tipos de aquartelamentos: os de caráter permanente (definitivos) e os de campanha (temporários). Cumpre referir, que os primeiros são concebidos em tempo de paz, ajustados espacial e socialmente — temos o exemplo e modelo adotado pelo Exército Português no século XX, o quartel CANIFA9 — e os segundos, ainda que com duração limitada, respondem às necessidades de segurança, higiene e funcionalidade, indispensáveis num teatro de operações (TO) — exemplo dos aquartelamentos adotados nas missões militares do estrangeiro.

Os aquartelamentos, ou fortificações, segundo Martins (2018), possuem funções pré-estabelecidas. Ou serão permanentes, ou temporárias. As fortificações construídas

⁶⁰ Retirado do site <https://www.estilosarquitetonicos.com.br/arquitetura-renascentista/>. Acesso em dezembro de 2022.

no Brasil apresentam as duas características. Poderíamos dizer que, o Forte de Coimbra e o Real Forte Príncipe da Beira foram pensadas para serem definitivas, e as demais⁶¹, considerando os materiais utilizados em sua estrutura, podem ser enquadradas como de campanha.

A construção de fortalezas foi uma prática muito utilizada na demarcação de território. Na obra de Fortes (1727), encontramos muitas explicações sobre tais construções, cujo Método Lusitano foi aprimorado para servir como um manual descritivo visando garantir a compreensão e a eficiência na empreitada das obras. Assim, especificamente no TOMO II, ou Tratado II, é apresentado no Capítulo II, intitulado Da Fortificação ou Architettura Militar, Livro I das Fortificações em Geral – A origem da Fortificação.

Os termos relativos aos significados dos fortes serão apresentados no próximo capítulo. Nele traremos as análises tecidas a partir da articulação e da reescrituração, nomeação, que constituem a designação dos Fortes.

⁶¹ Citadas nesse trabalho.

CAPÍTULO IV

A DESIGNAÇÃO NAS PLANTAS BAIXAS DOS FORTES “DE COIMBRA” E “PRÍNCIPE DA BEIRA”

A razão da execução da arquitetura militar ou seu objetivo é a defesa e a segurança do Estado e de seu Príncipe. E seu objeto prático está em construir uma fortificação bem ajustada. Essas categorias são relacionadas ao “bom governo” do monarca como soberano, na medida em que tais definições afirmam e reafirmam seu domínio sobre o Reino e as conquistas (Bueno, 2004, p.70).

A autora da epígrafe, nos mostra os motivos pelos quais a engenharia militar foi uma das responsáveis pela manutenção do Estado Português em terras brasileiras. Dessa maneira, este capítulo é dedicado às análises dos enunciados verbais e não verbais presentes nas plantas baixas, assim como, em outros textos que versam sobre elas.

No capítulo anterior, mostramos o delineamento do corpus, o processo de sondagem dos recortes e os materiais onde cada enunciado está. Para facilitar a leitura e compreensão das análises realizadas, recomendamos aos leitores que voltem no capítulo III, páginas 69 e 70, observem o quadro 1 e quadro 2, e verifiquem as descrições dos enunciados verbais e não verbais que compõem uma série de enunciados analisados neste capítulo IV.

Iniciaremos nossas análises pelos enunciados praça, forte, fortaleza, fortim e paliçada, pois são termos frequentemente utilizados nos materiais que compõem a história da fortificação no Brasil. Assim, encontramos um livro sobre a engenharia militar lusitana e, nos ancoramos nele para trazer todas as informações referentes a ciência da fortificação.

Essa obra sobre a ciência moderna da fortificação foi escrita por Manuel de Azevedo Fortes. Está dividida em dois volumes. No primeiro volume, ou Tomo Primeyro, publicado em 1728 (MDCCXXVIII), com 650 (seiscentas e cinquenta) páginas, o autor traz a “compreensão sobre a geometria prática, o papel e o terreno. Assim como o uso dos instrumentos essenciais para o ofício dos engenheiros. Além, dos modos de desenhar e pintar as plantas militares”. E ainda faz a indicação da obra, ou seja, a quem se destina. De acordo com o manuscrito, este volume primeiro é uma “obra moderna, e de grande utilidade para os Engenheiros, e mais officiaes Militares”.

No segundo volume, ou Tomo Segundo, publicada em 1729 (MDCCXXIX), com 541 (quinhentas e quarenta e uma) páginas, o autor descreve “a compreensão da fortificação regular, e irregular: o ataque, a defesa das Praças; e no Appendice o uso das Armas de guerra”. Além dos conceitos, o autor faz a indicação da obra e os materiais pesquisados para compor o seu manuscrito. Segundo ele, essa é uma “obra moderna, e de grande utilidade para os Engenheiros, e mais Officiaes Militares: tirada dos mais celebres Authores, e dos Diarios das ultimas guerras da Europa”.

Desse modo, iniciamos com o conceito de praça, forte e fortaleza. Para averiguarmos se há semelhanças e diferenças entre essas construções.

De acordo com o autor uma

[...] “Praça he qualquer Cidade, Villa, ou lugar bem flanqueado⁶², ou por natureza, ou por Arte” (Fortes, 1728, p. 8).

Como vimos uma praça pode ser qualquer lugar flanqueado, ou seja, protegido. Para isso, essas barreiras que a protegeriam podem ser naturais, montanhas ou rios, como também construídas.

Assim, uma Praça também pode ser denominada de Fortaleza ou Forte. Uma

Fortaleza se chama huma Praça de moderado recinto, que serve ordinariamente a guardar algum porto de mar, ou citio importante para a segurança de algum rio, cujos baluartes devem ser distantes huns dos outros de 108, até 110 braças.

Forte he huma semelhante Praça de igual, ou pouco menor recinto, e serve para o mesmo, e para ocupar algum padraço, ou quartel, que poderia servir ao inimigo se não fosse do forte defendido (Idem, p. 15-16)

⁶² Segundo o autor, para ser bem flanqueada deve ter todos os seus lados protegidos.

Ao tomarmos os dizeres desse autor, percebemos que as palavras “praça”, “fortaleza” e “forte” são usadas por ele como sinônimos, uma vez que suas definições nesse livro são, praticamente, equivalentes. O que não ocorre com o termo “fortim”, por exemplo. Esse tipo de obra “fortificada” não possui instalações em seu interior. Possui apenas o muro para servir de proteção para a tropa que precisa se abrigar nesse espaço.

Alguns termos são comumente encontrados nos enunciados que dizem sobre os fortes e fortificações. Por isso, recorremos ao Dicionário de Língua Brasileira escrito em 1829, segundo o Prólogo, mas editado em 1832. Nele buscamos as palavras forte, fortificação, fortim, paliçada, estacada, entre outros que para que nos auxiliassem durante as análises.

No Dicionário de Língua Brasileira encontramos o termo estacada. A “Estacada, s. f. Na Fortificação, Paliçada. Estacas fincadas em terreno humido para edificar sobre ellas. Etc. Cerca de estacas (1832, p. 473)”. Além desse nome, encontramos

Forte, s. m. Praça pequena cercada de fosso de baluartes, etc. Obra feita de trincheira para diversos fins.

(...)

Fortificação, s. f. Obra para defender, e fortificar huma praça. Acção de fortificar.

(...)

Fortim, s. m. Obra pequena de fortificação para segurança das linhas de circunvalação⁶³ (1832, p. 531).

Além dessas palavras, também temos a “Praça, s. f, [...] Lugar fortificado de muros, etc” (Idem, p. 848).

Os termos praça, forte e fortificação se relacionam em certa medida por relações de sentido por contiguidade e, por isso, as temos como termos com sentidos sinônimos. Em muitas enunciações que dizem sobre fortalezas no Brasil as trazem como tal. Aqui, usaremos os termos Forte, Praça ou Fortaleza para evitar a repetição da palavra Forte ou Fortificação.

⁶³ A palavra está apagada nas extremidades das letras e isso dificultou a leitura.

A partir desse momento, iniciaremos nossas análises pelo Forte de Coimbra.

4.1. As plantas-texto do Forte de Coimbra

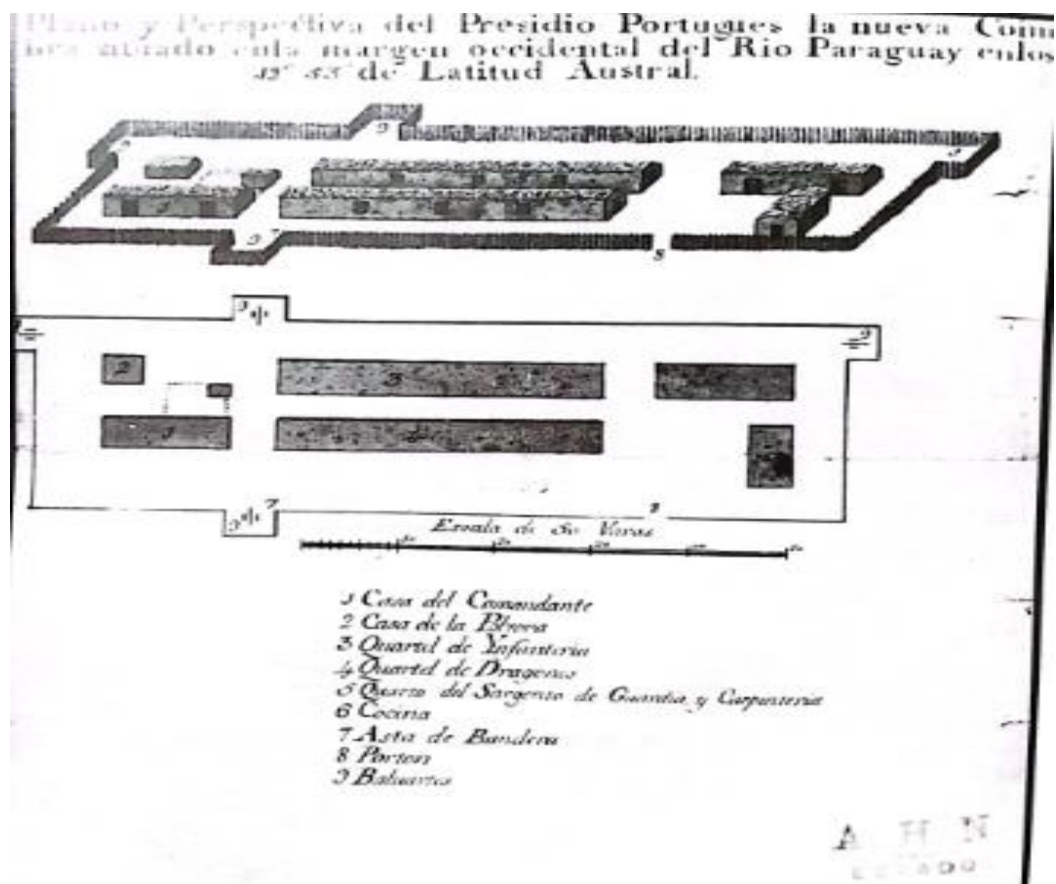
Os enunciados verbais e não verbais analisados pertencem tanto as plantas baixas, quanto a textos referentes ao forte. Esses recortes foram retirados do site fortaleza.org, fortalezas.org; da; e da revista disponível <https://ihgb.org.br/> escrita por Ferraz intitulada Fortificações no Brasil.

A planta-texto 1 apresenta a primeira planta do presídio de Coimbra, intitulada Presídio Português a nova Coimbra.

4.2. A análise da Planta e perspectiva do Presídio Português: A Nova Coimbra

A planta-texto abaixo foi retirada da obra intitulada “Real Forte do Príncipe da Beira”, escrita por Nunes e publicada em 1985. Nosso recorte de análise são os enunciados verbais localizados na parte superior e inferior da planta. Assim como, os desenhos que a representam, ou seja, o não verbal.

Planta-texto 5. Planta e perspectiva do Presídio Português: A Nova Coimbra (Sem ano)



Fonte: Nunes (1985, p. 112). Planta original ms. 32 x 43. Arquivo Histórico Nacional Madrid, Espanha.

Esta planta possui uma particularidade que a faz especial, de certa forma, para nós. Primeiramente, por estar escrita em língua espanhola. Ou seja, num espaço de enunciação onde a língua oficial não é o Português de Portugal, mas sim, o Espanhol.

A seguir mostraremos a constituição da cena enunciativa.

4.2.1. A constituição da cena enunciativa na planta-texto do Presídio Português a nova Coimbra

Nesta cena enunciativa, em que analisamos o acontecimento enunciativo que diz sobre a constituição da planta. Isso quer dizer que observamos a planta em sua totalidade. Assim, é possível dizer que o Alocutor-x poderia ser um engenheiro, ou ainda, um ajudante de engenheiro. Essa dúvida é posta pela ausência da assinatura na planta, assim como, no manuscrito em que a encontramos. Esse alocutor-engenheiro ou alocutor-ajudante de engenheiro é agenciado pela língua espanhola, estabelecendo um sentido oposto, pois o forte pertence a coroa portuguesa, que tem como língua oficial a

portuguesa. É possível considerar que o autor não é português, ou ainda que é um português falante de espanhol. Essa é uma particularidade observada apenas nesse texto.

O enunciado escrito em língua espanhola diz:

Plano y perspectiva del Presidio Portugues la nueva Coimbra situado en la margen occidental del Rio Paraguay em los 12° 53 de Latitud Austral.

1. Casa del Comandante;
2. Casa de la Polvora
3. Quartel de Ynfantaria;
4. Quartel de Dragones;
5. Quarto del Sargento de Guardia y Carpinteria;
6. Cocina;
7. Asta de Bandera;
8. Porton;
9. Baluartes⁶⁴;

A planta-texto 1 se constitui no espaço de enunciação da língua espanhola que diz sobre o Presídio Português. Desse modo, observamos que há um litígio instalado no presente da enunciação pelo qual um Presídio destinado a promover a segurança do território do império português é dito em outra língua, por um falante agenciado pela língua espanhola.

Abaixo mostraremos as relações de articulação presentes na planta-texto.

4.2.3. As relações de Articulação na planta-texto do Presídio Português a nova Coimbra

Notamos que a articulação entre o verbal e o não verbal se faz pelas relações entre os numerais cardinais e os enunciados e, dessa forma, uma relação tal que os enunciados substituem os números na representação significando os espaços especificados pelos enunciados.

É possível assim considerar que ao verificarmos a representação e o lugar onde está o número 1 na planta, este numeral se apresenta por uma relação de articulação por

⁶⁴ (Tradução própria: Plano e perspectiva do Presidio Portugues a nova Coimbra situado na margem ocidental do Rio Paraguai. 1. Casa do Comandante; 2. Casa de Polvora; 3. Quartel de Infantaria; 4. Quartel dos Dragões; 5. Quartel do Sargento de Guarda e Carpintaria; 6. Cozinha; 7. Aste de Bandeira; 8. Portão; 9. Baluartes)

dependência no sentido de que o numeral é reescriturado por substituição por *Casa del Comandante*. E isso ocorre pelo fato de, na descrição logo abaixo da representação gráfica, observamos esta relação de retomada entre o número “1” e o enunciado *Casa del Comandante* fazendo com que institua uma especificação na relação entre determinante-determinado e se instale uma relação entre o verbal e o não verbal pela qual o verbal significa o não verbal ao atravessá-lo nesta relação.

E podemos ainda observar que movimento semelhante ocorre em toda a descrição. Isso faz com que cada enunciado que reescreve cada número específico substitua o numeral que “organiza” a representação gráfica e seus espaços identificando estes espaços no processo de integração dos enunciados à planta-texto.

Abaixo traremos as relações de reescrituração presentes na planta-texto.

4.2.4. As relações de Reescrituração na planta-texto do Presídio Português a nova Coimbra

Por outro lado, observamos que os enunciados elencados de 1 a 9 ao se articularem aos numerais identificando os espaços da representação gráfica da planta-texto, ainda se dão como uma reescrituração por expansão do enunciado título que diz: *Plano y perspectiva del Presidio Portugues la nueva Coimbra situado em la margen occidental del Rio Paraguay em los 12° 53 de Latitud Austral*. Assim, os enunciados elencados numa relação com os numerais significam os espaços da planta-texto também em virtude dessa reescrituração que faz com que cada um dos enunciados signifique como “parte” do *Plano y perspectiva del Presidio Portugues la nueva Coimbra*. Ou seja, o enunciado 1. *Casa del Comandante* é um enunciado que está significado no *plano y perspectiva* do *presídio nueva Coimbra*, assim como os enunciados subsequentes fazem de forma semelhante.

Estes enunciados assim elencados e dispostos por suas relações particulares ao integrarem a planta-texto, produzem sentidos numa direção específica pela historicidade enunciativa que recortam. Ao instalar sua temporalidade própria, o acontecimento recorta como memoráveis enunciações que dizem a partir da engenharia militar e a organização das construções dos fortes/fortificações, ou seja, trazem em seu presente enunciativo as tecnologias das construções militares de defesa territorial. Isso de modo geral, pois por outra perspectiva, traz em seu presente uma rememoração de dizeres a respeito de um certo tipo de construção e os modos de organização (identificação) de

seus espaços na forma de hierarquia militar numa ordem pela qual aquilo que se apresenta como o “primeiro”, o número 1, é a *Casa del Comandante*, em seguida 2. *Casa de la Polvora*; 3. *Quartel de Ynfantaria*; 4. *Quartel de Dragones*; 5. *Quarto del Sargento de Guardia y Carpinteria* etc., o que institui no acontecimento sentidos de graus de importância, do primeiro ao último.

Agora, outro acontecimento de construção sobre o Forte de Coimbra. Diferente da planta-texto anterior, esta traz duas plantas-textos. Ainda que, estejam ocupando o mesmo suporte, papel, cada uma se refere a acontecimentos de linguagem e construção que marcam a história de enunciações dessa fortificação.

Veremos que neste, há um movimento no relevo de sentidos que significa como outro e por outra língua, a portuguesa, língua oficial de Portugal.

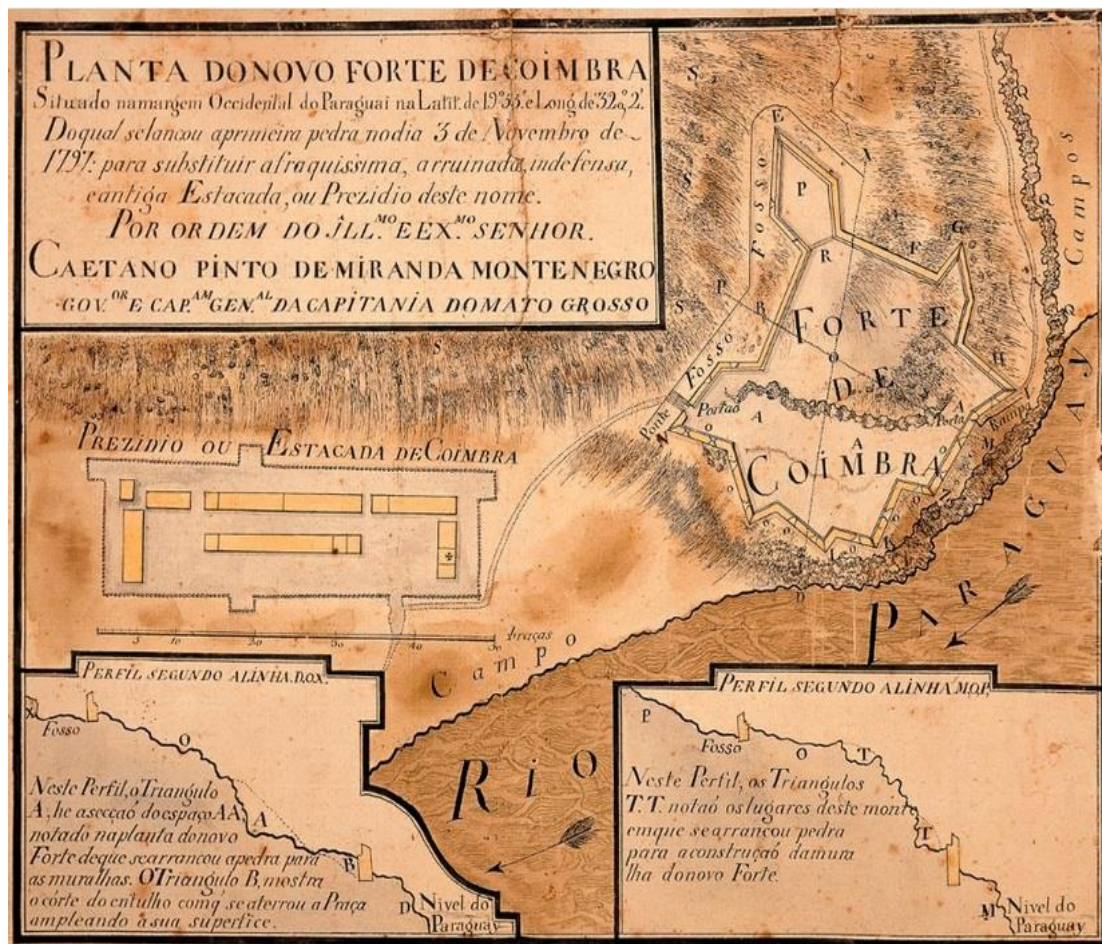
4.3. A análise da Planta Forte Novo de Coimbra

Essa planta-texto foi retirada do site fortalezas.org, um site dedicado a trazer a história das fortificações existente em todos os países.

Nessa planta, em particular, há dois acontecimentos de construção. No lado direito a antiga estacada, e do lado esquerdo o forte na atualidade.

Na primeira imagem vemos um projeto construído para ter o formato retangular. Na segunda imagem, observamos as adaptações realizadas durante a construção, onde o formato do forte passa a seguir o relevo montanhoso do terreno, como veremos a seguir.

Planta-texto 6. Planta do Novo Forte de Coimbra 1779



Fonte: "http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=163&muda_idioma=PT" http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=163&muda_idioma=PT

A seguir mostraremos a constituição da cena enunciativa a partir do enunciado descritivo que integra essa planta acima.

4.3.1 A constituição da cena enunciativa na Planta-texto do Novo Forte

O recorte usado para esta análise está na parte superior da planta, onde há a descrição da fortaleza e o nome do responsável por ela. Nele é possível identificar os elementos que compõem a cena. Às vezes, os elementos estão implícitos na cena e os identificamos a partir da história de enunciação desse lugar.

Assim, vemos que o alocutor-x presente nessa cena ocupa o lugar social de Governador e capitão General da Capitania do Mato Grosso e enuncia em nome da

coroa para dizer sobre a nova construção. Nessa configuração, ele, alocutor-x fala para o alocutário-engenheiro responsável pela obra.

Embora, saibamos que o alocutor-x não é uma pessoa do discurso, queremos aqui, dizer que a capitania de Mato Grosso passou pela gestão de alguns governadores⁶⁵ e, o anterior, era Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772 a 1789), nomeado pelo Marques de Pombal para vir ao Brasil comandar as expedições que resultariam na construção de fortalezas e cidades, e, que garantiria a ocupação das terras.

A seguir traremos as relações de articulação dentro dos elementos que compõem a planta.

4.3.2 As relações de Articulação na Planta do Novo Forte de Coimbra

Para observarmos como as relações de articulação foram construídas dentro desse texto escolhemos como recortes a descrição localizada na parte superior da planta-texto, assim como os enunciados títulos que as nomeiam.

Desse modo, observa-se neste acontecimento um tipo de relação de articulação por incidência. Onde os termos “fraquíssima”, “arruinada”, “indefesa” e “antiga”, incidem sobre “estacada ou presidio” como algo que comenta aquilo que é enunciado na enunciação. Ou seja, são termos que funcionam como uma forma de avaliação externa àquilo que se enuncia no acontecimento. Seria suficiente, por exemplo, que se enunciasse apenas: “para substituir a estacada ou presidio deste nome” e já, saberíamos que o Novo Forte de Coimbra foi construído para substituir esta estacada ou “presidio” que leva o mesmo nome, Coimbra.

A articulação por dependência pode ser observada nesse recorte. vejamos neste recorte como funciona essa relação: “*Planta do Novo Forte de Coimbra situado na margem occidental do Paraguai*”. Temos aqui, os termos determinantes e o

⁶⁵ Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, Tenente Coronel João Pedro da Câmara, Luís Pinto de Souza Coutinho, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Manoel Carlos de Abreu Menezes, João Carlos Augusto D'Oeynhausen de Grevenbourg e Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Disponível em <http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_Mato_Grosso> acesso em dezembro de 2022.

determinado. Observem que “Novo Forte de Coimbra” é o elemento determinado, e todos os demais termos, ou enunciados se relacionam por contiguidade de tal forma que representam um só elemento “Novo Forte de Coimbra”. Isso acontece, nesta relação de dependência, cujos elementos dependem dos outros elementos para significar. Dito de outro modo, “a planta do” e “situado na margem ocidental do Paraguai”, articulam por dependência ao “Novo Forte de Coimbra”, e, assim, se constituem com um único elemento, o Forte.

No entanto, há algo nesta enunciação, e pela articulação, que faz mostrar os sentidos desta substituição, da estacada pelo forte. Tal incidência nos mostra que a “estacada ou presidio” é superlativamente fraca, antiga, arruinada e indefesa, não sendo mais suficiente para as necessidades de defesa e de interesses territoriais do império português à época. E tal acontecimento enunciativo faz mostrar outra questão. Apesar de se dizer que a estacada ou “presidio” têm o mesmo nome que o Forte, Coimbra, não se trata aí de uma reescrituração por substituição e nem mesmo por repetição (pelo menos não se repete em totalidade). Trata-se sim de um novo acontecimento de nomeação, da identificação (significação) de outro elemento no real da história. Dessa forma, observamos que “Planta do Novo Forte de Coimbra” não retoma substituindo “estacada ou presidio de Coimbra”, contudo, ao se dar no presente do acontecimento traz em sua história aquilo que “estacada ou presidio deste nome” significa.

Para observar uma nova articulação escolhemos um recorte presente no artigo de Ferraz, intitulado “as fortificações no Brasil”, escrito em 1929 e, disponível no site do IHGB. Assim, esse trecho traz esse novo acontecimento de construção referente ao novo forte edificado ao lado da “estacada”.

O seu traçado era o de uma **figura irregular** e o forte comportava duas baterias, cruzando fogos sobre o rio; dispunha de dez canhoneiras⁶⁶, dous baluartes e cortinas asseteiradas. As baterias ficavam em **plano horizontal e as muralhas envolviam toda a fortificação, que acompanhava o declive do morro**, ficando seu interior enfiado às vistas e aos tiros do inimigo, sem que se tornasse mesmo necessária a ocupação do Morro Grande, na margem fronteira (Ferraz, 1929, p. 523).

⁶⁶ Canhoneira é um termo utilizado tanto na marinha, quanto na arquitetura. Na marinha referem-se aos tipos de navios, ou seja, navios de guerra, com canhões. Na arquitetura, nas fortalezas estudadas aqui, referem-se aos canhões instalados ao longo das faces e dos flancos.

A articulação entre o termo “figura irregular”, posto no recorte de Ferraz, e o desenho do formato da planta do forte, verbal e não verbal, produzem sentidos que dizem sobre o planejamento e construção da obra. Isso revela adaptações feitas na figura em virtude do terreno estar localizado na encosta do rio Paraguai ser montanhoso. Logo, o alongamento triangular de um lado da figura, um baluarte, seguia o formato irregular do terreno onde localiza-se a fortificação.

Esse traçado indica que a arquitetura seguia os padrões renascentistas de origem italiana. O plano horizontal revela a utilização do novo sistema defensivo da época, a pirobalística, onde a cortina, ou seja, o muro é mais baixo e largo, para não serem destruídos com o uso de canhões inimigos. Essa estratégia de deixar as muralhas mais largas é um dos elementos sugeridos por Fortes em sua obra, como uma forma de deixar essa barreira mais resistente aos ataques por arma de fogo.

Sobre o funcionamento do nome Forte de Coimbra, de acordo com Canam, Alvares e Karim (2021, p. 281), significa e deve ser considerado sob duas ópticas: a primeira

significa a defesa de fronteira ocupada pela coroa portuguesa na região Oeste (...). A outra é produzida pela observação de que o nome Forte de Coimbra passa a significar a contenção a ataques de índios a viajantes e monções durante a navegação em direção a São Paulo. A navegação era, à época, o principal meio de transporte tanto de pessoas quanto de mercadorias e mantimentos, assim a enunciação Forte de Coimbra constrói sentidos que passam a significar segurança para aqueles que navegam nessa região.

Percebe-se que além de ocupar as terras para proteger a fronteira contra o avanço inimigo. Além disso, os autores dizem que o “índios” também são inimigos, pois atacam viajantes naquela região.

A história das fortificações, inegavelmente, se entrelaça as histórias dos indígenas, dos escravizados e da construção do território brasileiro. De um lado, as histórias contadas pelos europeus, colonizadores, que construíram um memorável a partir das suas perspectivas. De outro, os nativos, indígenas, silenciados ao longo da história e, que, recentemente, reconstroem o memorável de suas existências e resistências.

A esse respeito, retomamos o termo “índio” da citação acima, esse nativo oriundo daquela região do Rio Paraguai, Pantanal do Mato Grosso do Sul, denominavam-se a nação dos Guaicurús, “indígenas cavaleiros”. Nesse passado

enunciativo que diz sobre povos originários, os portugueses construíram memoráveis com qualificações negativas, como “selvagens” e “perigosos”. Conhecidos por sua selvageria e profundas incursões “aos monçoeiros e arraiais ao longo do Paraguai” (Capestrini, 2013, p. 43).

Entretanto, as leituras de textos históricos sobre o período colonização, bem como, leituras atualizadas de textos escritos por autores indígenas, nos fizeram reconstruir esse passado de memória enunciativa e ressignificar os sentidos sobre tal nação. Dessa forma, os “guaicurus”, ou “indígenas cavaleiros”, ou “cadiuéu” pertencem a uma etnia de bravos homens e mulheres, que lutaram pelas suas vidas e liberdade. A resistência, ou a luta, como vimos anteriormente, aconteceram de diversas formas. Algumas armadas para evitar a captura, ou ainda, pela não escolarização. Ou seja, não aprendiam a ler e escrever como gesto de resistência a cultura eurocêntrica.

Em 1803, Ricardo de Almeida Franco redige um parecer intitulado “Sobre o aldeamento dos Indios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, establiade e costumes” , endereçado a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Nele há descrição do trabalho realizado pelos indígenas e seu apreço ou não pela religião católica. Assim, a aceitação da fé cristã estaria ligada a docilidade dos nativos. Ou seja, quando mais docéis e amistosos, mais facilidade os jesuítas teriam para “propagar” sua fé.

Tal situação durou anos até que um acordo de paz entre indígenas e lusitanos se instalasse. De acordo com o artigo escrito pelo Coronel Claudio Moreira Bento,

Durante os primeiros 11 anos de Coimbra, perduraram as hostilidades e escaramuças entre a nação Guaicurus e o Presídio de Nova Coimbra.

Por volta de 1789, o Major Engenheiro José Joaquim Ferreira, comandante de Coimbra, conseguiu pacificar a nação Guaicurus e com ela celebrar um tratado de aliança e união perpétuas.

O tratado previu a incorporação da nação Guaicurus, com seu rico território, à coroa de Portugal, à qual passaria a prestar vassalagem.

Em contrapartida, os índios guaicurus seriam considerados súditos e protegidos de Portugal⁶⁷.

A “pacificação” anunciada pelo Coronel vão ao encontro dos dizeres de Weber (2008, p. 2) ao afirmar que “depois da assinatura do Tratado de Paz de 1791⁶⁸, o

⁶⁷ <http://www.ahimtb.org.br/fortecoimbra.htm>.

⁶⁸ O acordo está disponível no artigo de Weber. Ver site: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/318/270/779>.

governo de João de Albuquerque cumpriu seu objetivo: de estabelecer uma aliança com os índios cavaleiros, tornando-os aliados da Coroa portuguesa”, para garantir interesses políticos e econômicos da coroa.

As informações obtidas pelas nossas pesquisas bibliográficas revelam que os Guaicurus foram aos poucos exterminados. Desse grupo étnico sobrou, apenas, os Kadiwéu, considerados como seus descendentes.

A seguir traremos as relações de reescrituração na construção dos perfis que integram a planta.

4.3.4. As relações de Reescrituração presente nas descrições dos perfis que dizem sobre a planta-texto do novo forte de Coimbra

Nesta seção faremos análises sobre os acontecimentos de linguagem que constituem a planta-texto estabelecendo uma relação de reescrituração entre termos escritos e as letras do alfabeto que simbolizam, de alguma forma, partes dessa edificação. Estes enunciados dizem especificamente sobre o processo de construção do fosso.

De modo particular, uma planta-texto retoma a outra e está que consideramos neste lugar integra um outro texto, uma outra planta que, traz em seu presente aquilo que tem em sua história de enunciações. Ou seja, apresenta em seu presente aquelas descrições que vimos acima identificando e significando os espaços em seu interior. E não somente isso, o enunciado em espanhol *Presidio Portugues la nueva Coimbra*, na 1ª planta, é substituído por “Prezidio ou Estacada de Coimbra”, nesta planta.

Observava-se que não se trata de uma tradução, mas de um processo de nomeação distinto pelo qual há uma nomeação (descrição) em língua espanhola e uma outra nomeação (descrição) em língua portuguesa. Contudo, estas nomeações (descrições) estão em relação pela temporalidade do acontecimento em que se dá uma e outra pela reescrituração. O enunciado “Prezidio ou Estacada de Coimbra” recorta como memorável o enunciado *Presidio Portugues la nueva Coimbra* que significa no presente da enunciação atribuindo sentidos ao termo que reescreve. Observa-se assim que na planta-texto 2 é possível considerar que o que se tem é o “Prezidio ou Estacada [Portugues] de [nova] Coimbra”. E isso se dá justamente pelo fato de que a

reescrituração se dá na futuridade da temporalidade de 1 em relação a 2. A planta-texto 2 se dá na projeção de 1, e 2 traz em seu presente aquilo que 1 tem em sua história.

Passemos agora à apresentação da descrição do enunciado que se encontra logo acima na imagem da projeção da planta-texto 2 no qual está descrito na planta conforme apresentada pela imagem acima:

Planta do Novo Forte de Coimbra situado na margem occidental do Paraguai na lat. 19°, 55 e longitude 32:2 do qual se lançou a primeira pedra no dia 3 de novembro de 1797: para substituir a fraquíssima, arruinada, indefesa, e antiga estacada ou presidio, deste nome. Por ordem do Ilmº e Exmº Senhor Caetano Pinto de Miranda Montenegro Gov.or e Cap.am da Capitania de Mato Grosso.

Observemos um primeiro ponto em relação ao que se enuncia na descrição acima. O enunciado “Novo Forte de Coimbra” é reescriturado por anáfora em “do qual se lançou a primeira pedra no dia 3 de novembro de 1797”. É possível observar esta retomada pela seguinte reformulação parafrástica:

(P) no dia 3 de novembro de 1797 foi lançada a primeira pedra do Novo Forte de Coimbra;

(P’) a primeira pedra do Novo forte Coimbra foi lançada no dia 3 de novembro de 1797.

Tais reformulações nos permitem considerar que o enunciado “Novo Forte Coimbra” está significado no enunciado em questão, ou seja, “do qual se lançou a primeira pedra no dia 3 de novembro de 1797”. E nesta relação de reescrituração é possível observar outro tipo de relação, a de articulação por coordenação com “para substituir a fraquíssima, arruinada, indefesa e antiga estacada ou presidio deste nome”.

Assim, o presente do acontecimento de “Planta do Novo forte de Coimbra” recorta como memorável direto “estacada ou presidio de Coimbra”, e o acontecimento contém em sua história aquilo que “estacada ou presidio de Coimbra” recorta como memorável de nomeação. Temos assim que no enunciado “Planta do Novo Forte de Coimbra” o termo “Coimbra” aí reescreve por repetição “Coimbra” no enunciado “estacada ou presidio de Coimbra”. E esta repetição faz significar diferente pelas relações de articulação pelas quais em um Coimbra designa o “Novo Forte” e em outro designa “estacada ou presidio”, e ao designar, significa ao mesmo tempo que são

construções portuguesas e distintas, uma arruinada, fraca, indefesa e antiga, e a outra nova, mais forte que vem para substituir a primeira, uma é uma estacada e um presídio, o outro é um forte, um avanço na tecnologia e engenharia militar.

É possível observar que abaixo, do lado esquerdo da representação da “Estacada ou Presidio de Coimbra”, há um quadro que diz o seguinte: “Perfil Segundo a Linha do X”, e em seguida há um texto que expando retomando este enunciado que diz o seguinte: “Neste Perfil, o Triângulo **A**, he a secção do espaço **AA**, notado na planta do novo Forte de que se arrancou a pedra para as muralhas. **O Triangulo B.** mostra o corte do entulho com que se aterrou a Praça, ampleando a sua superfície”.

Descrição semelhante se encontra no outro quadro, agora à direita e que tem o seguinte enunciado: “Perfil Segundo a Linha do P” e em seguida há um texto que expande este enunciado reescrevendo-o e que diz o seguinte: “Neste Perfil, os Triangulos **T.T** notáo os lugares deste monte em que se arrancou pedra para a construção da muralha do novo Forte”.

Dessa maneira, iremos verificar primeiro estes enunciados numa relação com o não verbal, ou seja, a representação do “desenho/planta” do Forte, e depois observaremos outros enunciados que se articulam a esta representação. Um primeiro aspecto que devemos observar é o fato de que os enunciados “Perfil Segundo a Linha do X” e “Perfil Segundo a Linha do P” são enunciados que estão significados tanto por “X” quanto por “P” numa relação de articulação por dependência pela qual o enunciado “Perfil” se articula com “Segundo a Linha do X/P” e, “X/P” são elementos que também se articulam por dependência com o restante formando um único enunciado. E nesta relação observamos que tanto “X” quanto “P” na representação são reescriturados por substituição pelos enunciados em questão por uma relação determinante-determinado, ou seja, tanto “X” quanto “P” são significados por serem um tipo de perfil que recorta a planta do Forte de um modo específico. Portanto, ao ler a planta-texto do Novo Forte de Coimbra é possível ler “Perfil Segundo a Linha do X” no lugar da letra “X” na representação, e “Perfil Segundo a Linha do P” no lugar da letra “P” na representação.

Dessa maneira observamos que os enunciados “Perfil Segundo a Linha do X” e “Perfil Segundo a Linha do P” são reescriturados por expansão pelo texto que vem a seguir. E isso faz com que estes enunciados, do perfil, ao instalarem uma relação de reescrituração com as linhas “X” e “P” os textos que os expandem significam também

nas linhas que “atravessam” a representação/planta do Forte. Desse modo, aquilo que está significado no texto significa também a linha do “X” e a linha do “P”.

Assim, quando no texto é dito “Neste Perfil”, este enunciado retoma por elipse o enunciado “segundo a linha do X” como se vê: “Neste Perfil [Segundo a Linha do X], o Triângulo A, he a secção do espaço AA, notado na planta do novo Forte de que se arrancou a pedra para as muralhas”. Ainda, há outra relação entre o verbal e o não verbal que se faz quando se diz que “o Triângulo A, he a secção do espaço AA”. Dessa forma a representação na planta de um espaço designado pela letra “A” é significado como um “Triângulo” por uma relação sinonímica de especificação pela qual se diz “o Triângulo neste perfil é o Triângulo A”. Esta relação se dá por uma articulação por coordenação na qual “o Triângulo” se articula na contiguidade com a letra “A” formando um enunciado, “o Triângulo A”.

Por outro lado, há uma reescrituração por substituição pela qual “o Triângulo A” é retomado pelo enunciado “he a secção do espaço AA”, pela qual “secção do espaço AA” especifica “o Triângulo A” numa relação de sinonímia, como se vê: “a secção do espaço AA he o Triângulo A”. E esta seção do espaço “AA” é notada na planta do “novo Forte” pela linha do “X” que mostra (significa) tanto o “Triângulo A” quanto “a secção do espaço AA” na imagem significados como o lugar (espaço) de onde se arrancou a pedra para a construção das muralhas do Forte. Dessa forma, há um “Triângulo A” que se dá como um espaço dividido em “AA” na planta e que deste espaço de “arrancou pedra para as muralhas”. Assim, a linha “X” faz mostrar um “Triângulo A” significado como a “secção do espaço AA” e identifica na representação/planta o lugar de onde a pedra que compõe a muralha do “novo Forte” foi retirada.

Vejamos então outra parte desse mesmo texto. Observa-se que há neste perfil constituído pelo corte da linha do “X”, que se institui um “Triângulo B”. Este triângulo identificado pela letra “B” na planta-texto é significado como um “espaço” da planta que faz mostrar o “corte do entulho com que se aterrou a Praça, ampleando a sua superfície”. Nesta relação de articulação observamos que “O Triângulo B” faz especificar o “corte do entulho” de um modo tal que este entulho com que a Praça foi aterrada é o entulho mostrado pelo corte/lugar significado pelo “Triângulo B” na planta-texto do novo Forte. Dessa maneira, a superfície ampliada da Praça é significada na

representação/planta a partir do corte mostrado pelo “Triângulo B” que se constitui enquanto parte do “Perfil Segundo a Linha do X”.

Nas legendas que pudemos observar, abaixo à esquerda e abaixo à direita, são considerados os “cortes” de perfil de cada uma das linhas, ou seja, o perfil da linha “X” que segue até o ponto “D” e o corte da linha “P” que segue até a linha “M”. Estes traços presentes na representação da planta-texto significam não apenas uma divisão dos espaços de onde saem as pedras para as muralhas ou o entulho para o aterro da praça do Forte. Mas nos mostram como estes espaços são identificados por elementos verbais que se articulam com os não verbais e fazem da planta baixa uma planta-texto por nossa perspectiva.

Assim, não basta observar que existem letras, palavras ou qualquer outro “sinal” linguístico em um corte qualquer de uma representação. É preciso considerar como estes elementos verbais se articulam, se relacionam de um modo tal que possibilitem, observar os movimentos de integração dos enunciados ao texto, no caso na planta-texto, e como estes enunciados são integrados.

E estes “cortes” mostram não apenas os triângulos acima referidos. Fazem mostrar também a integração dos demais enunciados que funcionam na planta-texto. Verificamos assim, que o “fosso” do forte se encontra no lado oposto ao rio Paraguai. São dois fossos, um articulado à linha “X” e outro à linha “P”, um à esquerda e o outro à direita do Forte. Ao lado do fosso esquerdo há uma “Ponte” e um “Portão”. Estes são enunciados que articulados ao não verbal fazem significar ao recortar um memorável de enunciações produzidas do lugar da engenharia militar pelo qual o “fosso” é “artefato” de defesa de uma fortaleza, de um castelo ou de um forte como prevenção de ataques por terra. Ainda que a planta mostre a existência do fosso, Mello (2014) sinaliza para sua não execução, uma vez que o forte se localiza em terreno rochoso impossibilitando a sua escavação.

Por outro lado, há o “Rio Paraguay” e no espaço identificado pela linha “P” a “M”, do lado direito, é possível observar que há uma “Rampa” e em seguida uma “Porta”. Ao lado direito da “Rampa” há o enunciado “Campos” identificando um lugar externo ao Forte e distinto do “Rio”. Nota-se que não há a presença de um “fosso”, prevendo que o próprio rio se encerra em um tipo de instrumento de segurança natural.

Isso nos permite considerar que existem significados na planta-texto do novo Forte de Coimbra, dois tipos de acesso ao forte, um por terra necessitando de uma ponte

para atravessar o fosso e o portão que permite a entrada. De outro lado, o acesso é realizado pelo rio onde há uma rampa que permite acesso à porta. E toda esta representação/planta-texto, significa em virtude de se dar enquanto uma projeção de sentidos numa futuridade pela qual o Novo Forte de Coimbra construído e significado pelo que se enuncia na planta-texto, será suficiente para a defesa do território do império português ao substituir a “fraquíssima”, “arruinada”, “indefesa” e “antiga” “Estacada ou Prezídio de Coimbra”.

A leitura, quer dizer a análise da planta é possível porque, além do não verbal, temos a articulação com outros textos que dizem sobre o Forte de Coimbra. Ao observarmos os enunciados verbais no texto de Ferraz, articulados a planta-texto 1, produzem sentidos ao recortar o memorável de construção.

Desse modo, ler uma planta-texto a partir das reflexões de Guimarães requer que levemos em consideração o homem- história- língua. Para nós, a planta-texto não evidencia um lugar, ou uma projeção. Ao contrário, evidencia a história de um lugar e as intenções durante seu planejamento.

Vejam como funciona a reescrituração nos enunciados títulos da planta-texto 1. Assim, (3) “Forte de Coimbra” reescreve por substituição (2) “Prezídio ou Estacada de Coimbra”, e passa a significar e projetar novos sentidos como arquitetura militar, ciência e arte, resistência, luta, bravura, coragem, guerra, território, demarcação de limites, divisa Brasil – Paraguai.

A fragilidade estrutural do presídio, segundo Mello (2014, p. 68), acentuou-se pois: “Era uma obra ligeira. Continha os elementos essenciais da fortificação semipermanente, mas de forma rudimentar. Seu poder defensivo era tão frágil que seria desmantelado com alguns tiros de canhão disparados do meio do rio”.

Primeiramente, mesmo não pertencendo ao mesmo texto, podemos observar que na citação acima, de Mello (2014), aparecem expressões linguísticas que de certa forma reescrevem elementos da planta-texto. Nela aparece o termo estacada ou presídio (elemento reescriturado), e em Mello (2014) temos “obra ligeira”, “fortificação semipermanente” e “rudimentar”, elementos que reescreveram e especificam estacada.

Ainda em Mello (2014) verificamos a ocorrência do “mas”. Ele funciona como um operador argumentativo com sentido contrário, quer dizer, ainda que fosse uma fortificação semipermanente, o mas desfaz esse sentido fragilizando ainda mais a

construção, através da expressão linguística construída pela expressão “*forma rudimentar*”. Notem também que “*obra*” passa a funcionar como uma reescrituração por condensação com sentido de totalidade, ao reescrever o Forte de Coimbra.

Assim, podemos dizer que “*obra*” condensa e totaliza tudo que está enunciado na planta-texto. Percebemos que “*obra*” também funciona nessa cena enunciativa por uma relação sinonímica. O termo substitui a expressão “*fortificação*”. Ao reescrever por substituição e significar por relação sinonímica, no sentido de equivalência não significam a mesma coisa.

Agora, consideremos o enunciado *Seu poder defensivo era tão frágil que seria desmantelado com alguns tiros de canhão disparados do meio do rio*. Na expressão “*tão frágil*”, o termo “*tão*” incide sobre o termo “*frágil*”. Temos uma relação de articulação por incidência. Percebemos que *tão* é um elemento que se articula a expressão *frágil* e com ele produz a potencialização do sentido de frágil. Dessa forma modifica não só o sentido do enunciado, como também o próprio modo de enunciar.

Abaixo traremos outra planta-texto.

4.4. A Análise da Planta da Estacada de Nova Coimbra – edificada depois do incêndio

A planta-texto a seguir foi retirada do livro escrito por Melo. Consideramos uma obra rara devido ao enunciado título. Apenas nesta obra foi possível “descobrir” essa “nova” planta.

ficarão flanqueados pelo novo forte, o que não faria a antiga estacada”, para usarmos das próprias expressões do seu constructor (33).

(...)

Construiu-se também a S.O. **uma cortina que a protegia de um assalto por terra**, e que unia uma passagem ou garganta existente no alto do morro e formada por uma depressão do terreno (34) (Ferraz, 1929, p.523-524).

Nestes dois recortes, planta-texto edificada depois do incêndio e enunciado retirado do texto “Fortificações no Brasil” escrito por Ferraz, acontecimento de linguagem, temos a seguinte cena enunciativa, o Locutor é agenciado sócio-historicamente em Alocutor-Tenente Coronel Engenheiro e que enuncia em nome da Coroa portuguesa e por ela autorizado a falar e a executar as obras da fortaleza. Assim, “comandou as operações de construção do forte, o intrépido, valoroso e competente Tenente Coronel Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, após sua investidura nos comandos da Fronteira Sul do Mato Grosso e do Presídio de Nova Coimbra⁶⁹”, e ao enunciar em nome da Coroa portuguesa, este alocutor-x apresenta um lugar de dizer de enunciador universal.

Ele, o Alocutor-Tenente General Engenheiro diz para um tu, que neste momento é silenciado pelo litígio, um elemento que sempre estará presente nesse espaço de disputa entre as línguas. O tu, neste caso, embora não esteja evidenciado no enunciado, mas pela própria história de construção do forte sabemos que são três alocutários-x: o alocutário-soldado, alocutário-escravizado e o alocutário-indígena.

Os alocutários-x expostos acima, silenciados nesta cena, estão presentes em outros enunciados, acontecimentos de linguagem que dizem sobre a colonização no Brasil, conseqüentemente sobre a história dos fortes. Isso nos foi revelado pelas pesquisas e leituras realizadas ao longo dessa tese. Na construção das fortalezas foram utilizadas mão de obra escravizada tanto de pessoas negras, quanto de pessoas indígenas.

Apresentamos essa cena relacionada a (re)construção do antigo forte, para mostrar que os alocutores e alocutários mudam ao serem agenciados pela língua. Pela nova configuração da cena, temos outras línguas em disputa, e ao mesmo tempo silenciadas, a língua indígena e a africana.

⁶⁹ BENTO, Cláudio Moreira. Forte de Coimbra dois séculos de história, de fé e de glórias. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/fortecoimbra.htm> . Acesso em 12 de setembro de 2024.

O nosso país foi o último a abolir a escravização. Ao longo da colonização, as práticas escravagistas imperaram nesse solo. Desse modo, o memorável que constitui nossa nação evidencia a presença de escravizados e etnias indígenas nesse passado de enunciações que dizem sobre a mão de obra das fortalezas no Brasil.

Esses enunciados mostram que lusitanos e indígenas ora são “inimigos”, ora “amigos”. Alguns relatos⁷⁰, mostram os dois lados, “amizade e hostilidade” entre indígenas e lusitanos, conforme vimos nos enunciados de Bento. As leituras teóricas e históricas mostram as contradições entre esses termos “amigos” e “inimigos”. Assim, os indígenas “Amigos” são, na realidade, os povos cativos mais fracos, sem tanta resistência aos ataques e se submeteram a servidão. Por outro lado, “inimigos” são etnias guerreiras, e que lutaram por sua liberdade e não se tornaram cativos com facilidade.

Em muitos manuscritos, os tidos como inimigos seriam os indígenas cavaleiros denominados Guaicurus, cuja hostilidade e periculosidade levaram a um massacre na guarnição no Novo Forte de Coimbra (Bento, sem ano), (Campestrini, 2013).

Esses registros estão numa série de cadernos que contam sobre a história de Coimbra. Os enunciados que dizem sobre um passado de memórias pelo o olhar do colonizador. E na contemporaneidade produz novos sentidos como a vontade exacerbada dos povos Guaicurus em enfrentar o inimigo, os portugueses, e tirá-los de suas terras. Com o predicado de selvagens, os sentidos dos não ditos revelam a “valentia e a coragem” por enfrentar os invasores lusitanos.

Nossas pesquisas, na internet, sobre a etnia dos cavaleiros na região de Mato Grosso do Sul mostram que não existe mais sobreviventes. A princípio, as mortes estariam ligadas a uma doença denominada “peste das cadeiras”⁷¹ que dizimou esses povos por volta de 1850. Esse estudo tem possibilitado observar e conhecer as histórias contadas pelo olhar do colonizado. As contradições mostradas pelos enunciados que dizem sobre a colonização na visão do colonizador, ao longo dos anos, são explícitas quando comparamos os dados acima com o diário de Florence escrito entre os anos 1825 e 1829, nos quais revelam a quantidade de indígenas dessa nação.

⁷⁰ Obra Forte de Coimbra: História e Tradição, 2013.

⁷¹ Ver <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=195>.

De todos os selvagens que habitam as margens do Paraguai, são os guaicurus os mais numerosos. Ouvi até dizer que têm 4.000 homens com armas. Tornam-se temidos pela deslealdade com que procedem, rompendo subitamente, no meio da paz e durante a troca de sentimentos que parecem cordiais, relações amigáveis sem outro motivo, que não o amor à pilhagem, o que decerto não executam sem sangue nem muitas vítimas. Estão, com efeito, os anais de mato Grosso cheios das traições desses infiéis (Florence, 2007, p. 128).

Os dizeres do autor são suficientes para projeção de novos sentidos a respeito da peste citada no arquivo disponível no site da Fiocruz. Será que a mortalidade de uma etnia inteira estaria ligada diretamente ao extermínio de mais de 4.000 (quatro mil) homens? Esses são acontecimentos de linguagem que podem ser ressignificados, e novos sentidos podem ser construídos historicamente sobre os Guaicurus. Os dizeres de Florence, não só põe em dúvida esse passado enunciativo, mas também, permite a construção de novos dizeres que passam a significar o extermínio de indígenas as margens do Rio Paraguai estão ligadas diretamente aos portugueses.

Abaixo trazemos as relações de reescrituração na constituição da planta-texto.

4.4.2. As relações de Reescrituração na Planta-texto da estacada de nova Coimbra edificada depois do incêndio

Nesta seção, utilizamos os enunciados títulos, assim como os elementos verbais e não verbais que integram a planta-texto, juntamente com recortes retirados do texto de Ferraz e Melo. Assim, construímos as relações de reescrituração analisadas a seguir.

Observe enunciado título:

(7) “PLANTA da ESTACADA de NOVA COIMBRA edificada depois do incendio”.

No enunciado “Planta da Estacada de Nova Coimbra” as expressões “Estacada de Nova Coimbra” reescreve por substituição “Prezidio ou estacada de Coimbra”. Estes enunciados possuem uma relação de antonímia marcada pela expressão linguística NOVA, ou seja, a NOVA estacada substituirá a VELHA estacada. Embora, o elemento que produz o sentido de contrário, antônimo, não esteja escrito, conseguimos identificá-lo no funcionamento da linguagem pela palavra NOVA, ou mesmo pelo enunciado “edificada depois do incêndio”.

Notem que a planta-texto 3 possui uma nova possibilidade de reescritura. Ao lado da imagem do forte temos dezesseis enunciados verbais intitulado “Explicação dos números”. Esses dezesseis enunciados ao se articularem aos numerais naturais estabelecem uma relação de reescritura por expansão. Assim, ocorre por enumeração descritiva identificada pela sequência dos números naturais dispostos na planta. Por outro lado, notamos que os números, elementos não verbais, também reescrevem por substituição, assim como, podem reescrever por condensação os elementos verbais que nomeiam as instalações disponíveis no forte. A condensação reduz a descrição, aqui, é reduzida a numerais, mas poderia ser reduzida a uma expressão, por exemplo.

O polígono cujo formato do forte se edificou é um quadrilátero. Desse modo, ao considerarmos o desenho como possível de redizer o que já foi dito, teremos uma relação de reescritura por substituição, assim como, por condensação. Podemos dizer que os elementos do não verbal (desenhos dos fortes) possuem entre si uma relação de sinonímia. A respeito das familiaridades nos projetos dos fortes, Mello (2013, Vol. II, p. 69) esclarece que

foi somente pela planta do presídio de após o incêndio de 1777, encontrada no arquivo da Seção do Patrimônio do Ministério da Guerra, que consegui apurar a forma, das dimensões, dos órgãos de flanqueamento, das construções internas, etc., desse velho baluarte. Por este desenho verifica-se que a estacada era um quadrilátero retângulo (não de “figura quadrada” como diz a ata). (...). A estacada foi ulteriormente alongada para a esquerda (leste), consoante se pode ver do desenho que figura ao lado da planta do forte definitivo.

A forma quadrilátera significa que o forte possui 4 (quatro) lados. Nas plantas texto 1, 2, 3 percebemos quatro saliências que correspondem aos baluartes. Apenas na planta-texto 2, identifica-se no formato o alongamento “para a esquerda” em forma de triângulo.

Outra descrição do Forte de Coimbra recorta um passado de enunciação,

na história das fortificações do Brasil, não teremos que possa existir uma outra de passado tão brilhante como o forte de Coimbra; através do tempo, no período de colônia, como nos dias do Império, ele foi sempre uma brilhante afirmativa do que valemos como nacionalidade (Ferraz, 1929, p.536).

Conforme os dizeres de Ferraz, o passado de memória de Coimbra produz sentidos diversos. Um deles refere-se à “nacionalidade”. Se considerarmos os enunciados

que dizem sobre a era colonial, esse termo “nacionalidade” significaria a nacionalidade “portuguesa”, pois éramos uma extensão de Portugal, quer dizer pertencíamos a eles. Porém, ao considerarmos os enunciados que tratam dessa “nacionalidade” na atualidade, logo, os sentidos passam a ser de nacionalidade “brasileira”.

A seguir mostraremos o funcionamento morfossintático do nome “Forte de Coimbra”.

4.4.3. O funcionamento morfossintático do nome Forte de Coimbra

O funcionamento morfossintático do nome Forte de Coimbra temos um sintagma preposicionado “de Coimbra”. Temos então Nome+Prep.+Nome. Este sintagma preposicionado é formado por um nome comum (forte), mais preposição (de) e um nome próprio (Coimbra). Ao atribuir ao nome comum o especificador de Coimbra, tal nomeação funciona como sendo posse da coroa Portuguesa, ao mesmo tempo passa a determinar o nome forte.

A seguir traremos algumas considerações sobre o Forte de Coimbra.

4.4.4. Algumas considerações

O Forte de Coimbra compõe um conjunto de fortalezas construídas no Brasil no período colonial. Os enunciados que dizem sobre esse forte projetam sentidos diversos como proteção, demarcação de limites e estado de guerra, por exemplo. Poderíamos pensar nos enunciados produzidos no presente da enunciação e dividi-los ao longo da história do nosso país e, certamente, os sentidos projetados pela latência de futuro seriam outros.

Quando dizemos “Brasil Colônia” os sentidos seriam de disputa territorial entre Portugal e Espanha, mão de obra negra e indígena, proteção de terras, guerra do Paraguai, bravura e coragem, mortes e violência. Por outro lado, no Brasil República os sentidos passam a ser outros como invasão territorial, extermínio de indígenas, escravização e constituição do Brasil.

Na cena temos um alocutor-engenheiro que fala para alocutários-soldados, alocutários-indígenas e alocutários-escravizados. Os enunciados que dizem sobre esse acontecimento de construção evidenciam o papel do Alocutor-engenheiro responsável

pela inspeção do local e da elaboração da planta da fortaleza. Ele, alocutor-engenheiro representa o estado português, ou ainda, o rei e/ou rainha e sua função é escolher os elementos capazes de garantir a proteção da futura “praça”, bem como, do Estado. Isso inclui, de forma particular, os baluartes, elementos tidos como os mais importantes da arquitetura militar moderna.

Na análise das plantas texto 1, 2 e 3 percebemos como os elementos verbais e não verbais ao se articularem produzem sentidos. Aqui, neste estudo da significação, afirmamos que os elementos verbais são indispensáveis para a constituição de sentidos. Desse modo, o sentido é sustentado pela presença do verbal.

Ao observarmos os enunciados que integram as plantas utilizamos os procedimentos de análise de reescrituração e a articulação. Nesta medida observamos o funcionamento da linguagem onde os enunciados escritos reescrivem por expansão os números, por exemplo, e passam a significar os cômodos dos fortes. A articulação é percebida nas análises dos enunciados em diferentes textos. Dizendo de outro modo, temos o enunciado da planta-texto e o enunciado do manual de construção dos fortes. Ao articularmos um enunciado com o outro passamos a entender as diferenças entre a estrutura projetada na planta e a estrutura do forte. Ou seja, o desenho da planta tem um formato, mas na prática ele seguiu outro formato para se adequar às condições do terreno. Com isso, entendemos a importância dos enunciados verbais no processo de articulação com não verbal.

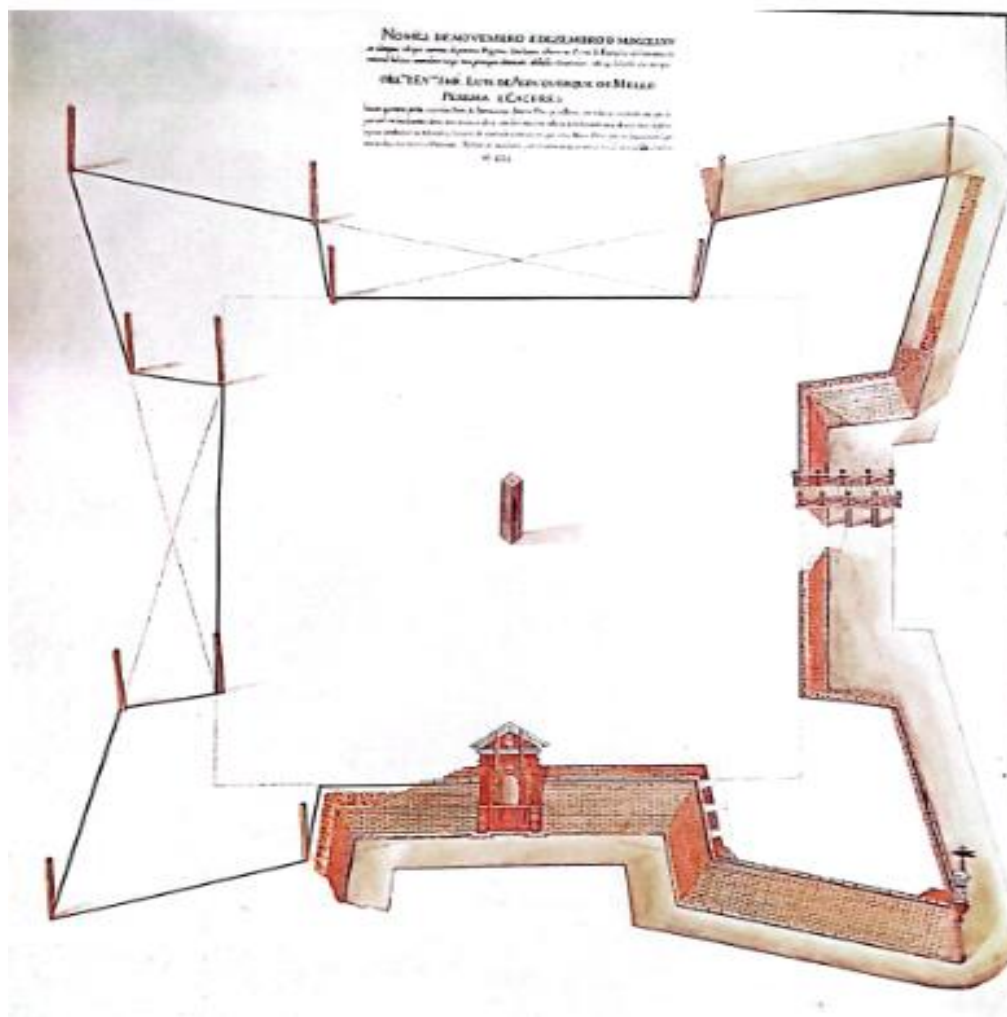
A seguir traremos nossas análises sobre as plantas-texto do Real Forte Príncipe da Beira.

4.5. A análise da planta-texto do Real Forte do Príncipe da Beira de 1778

Esta seção é composta pelas análises realizadas nas plantas e nos recortes de enunciados que dizem sobre a construção do Real Forte do Príncipe da Beira.

A planta foi retirada do livro intitulado Real Forte Príncipe da Beira, escrito por Nunes em 1985.

Planta-texto 8. Forte do Príncipe da Beira de 1778



Fonte: Nunes (1985, p. 293)

Abaixo mostraremos a constituição da cena enunciativa.

4.5.1. A Cena Enunciativa da planta-texto do Real Forte do Príncipe da Beira de 1778

A cena enunciativa que trataremos foi retirada da planta-texto acima. Nela encontramos dizeres sobre o terreno e sobre a fundação. A descrição está localizada na parte superior da planta-texto e diz:

NOMES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO D' MDCCLXXV

Se alimpou, e dispôs o presente polygono. Em janeiro, e fevereiro d' 1776 se fizerão os alinhamentos, ele: ventarão balizas e ao mesmo tempo teve princípio abertos detello, ele continuou até 20 de junho dia em que
O ILL.mo. EEX.mo SNR. LUIS DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES

Lançou a primeira pedra, e intitulou Forte do Sereníssimo Senhor Príncipe da Beira, com todas as circunstancias que le praticão em semelhantes actos continuou-se abrir e encher alicerse athe 4 de setembro, e a 26 do dito mez se principiou a trabalhar na muralha, havendo de intervalo 8 mezes em que estas Reses Obras pouco ----- por cauza dos movimentos Marcires. Acham-se na ahura que mostra este desenho no último de Dezembro de 1778.

O Alocutor-governador e Capitão General representante da coroa Portuguesa e por ela autorizado a falar e nomear em seu nome. O Alocutor tem seu lugar social delineado pela coroa que o nomeou para tal e fala sobre o andamento da obra para alocutários diversos como alocutário-engenheiro, alocutários-ajudantes, alocutários-soldados, alocutários-indígenas e alocutários-escravizados.

O enunciado que diz sobre os alocutários-x, traz as expressões “se alimpou” e “fizeram os alinhamentos”. Tais expressões marcam os trabalhos braçais realizados na construção da obra. Isso significa que outros lugares sociais também estão funcionando dentro dessa cena enunciativa e, que as demais línguas nesse local estão sofrendo com a ação do litígio.

Neste acontecimento, o Alocutor-governador passa a representar a coroa portuguesa, e isso é possível em função da distribuição dos dizeres na cena enunciativa. Os lugares sociais são distribuídos de forma desigual e o silenciamento de outros dizeres e outras línguas são impedidas de funcionar em função do litígio

O enunciado “Lançou a primeira pedra, e intitulou Forte do Sereníssimo Senhor Príncipe da Beira” mostra que ao ser tomado pela língua portuguesa de Portugal, o Alocutor-governador resolve fazer uma homenagem ao sucessor da coroa, o Príncipe herdeiro D. José de Bragança, que tinha o título de Príncipe da Beira e assim nomeia o forte, Real Forte do Príncipe da Beira.

Neste acontecimento enunciativo, o enunciado título *nomes de novembro e dezembro d’ MDCCLXXV*⁷², o número representado por MDCCLXXV corresponde ao ano de 1775, logo, o número romano passa a identificar o ano no documento. Dessa forma, observamos que este enunciado recorta como memorável, enunciações que dizem sobre o modo de se enunciar as datas em certos documentos, com numerais romanos no lugar do numeral arábico.

⁷² Os algarismos romanos são originários da Roma Antiga. Foram desenvolvidos como uma forma de identificação matemática simples e usados praticamente em todo o Império Romano. Esse sistema é composto de apenas sete símbolos que, atualmente, correspondem a letras maiúsculas do nosso alfabeto; a saber: I, V, X, L, C, D, e M. Ver: <http://clubes.obmep.org.br/blog/sala-de-estudos-sistema-de-numeracao-romano/>

Verificamos, além do traçado do forte, uma representação do material utilizado na sua construção. Pelo não verbal é possível identificar que o projeto previa o uso de pedras. Isso mostra a funcionalidade do forte. De fato, foi construído para ser uma obra permanente. A data refere-se a 1778, o primeiro ano de execução da obra. Isso mostra que o início da obra ocorreu de fora para dentro, pelas muralhas. Adiante, veremos que isso se confirma em outro recorte ao enunciar que na época da inauguração algumas instalações internas, ainda, não estavam prontas.

Voltando a constituição da cena enunciativa, recortamos dois enunciados retirados de um artigo na internet que trata dos trabalhadores, a mão de obra utilizada na construção do forte. Para exemplificar, decidimos retirar do artigo disponível na internet intitulado “Os construtores do Real Forte do Príncipe da Beira”, uma tabela descritiva dessa mão de obra. Ela mostra a relação de homens vindos do Pará para trabalhar na construção da fortaleza. Nela encontramos os nomes, a origem, a função e o estado de saúde de cada um.

Quadro 3. Relação de Trabalhadores e oficiais da obra do Real Forte Príncipe da Beira

PEDREIROS VINDOS DO PARÁ		
Nome	Origem	Função
O Mestre José Nogueira	Crioulo	Pedreiro/doente
José Rodrigues	Crioulo	Pedreiro/doente
João <u>Querquey</u>	Alemão	Pedreiro/perigo de vida
João <u>Frosmer</u>	Alemão	Pedreiro/perigo de vida
João Francisco Brabo	Crioulo	Pedreiro/não prestam
Clemente Cariboca	Crioulo	Pedreiro/não prestam
André da Silveira	Crioulo	Muito bom oficial
Domingo da Silva	Índio	
Felipe de Miranda	Crioulo	Curados
Manoel Correia Lobo	Crioulo	Curados

Fonte: Carta Relação dos trabalhadores e oficiais da obra do Real Forte Príncipe da Beira. REF. BR. APM. RFP. RO. 0009 CAIXA N° 001

Fonte: site <https://www.ecoamazonia.org.br/2023/07/os-construtores-do-real-forte-principe-da-beira-e-suas-profissoes/>

Além do quadro, também retiramos dois enunciados que dizem sobre as pessoas que construíram a fortaleza.

Além dos 46 escravos que trabalhavam na fortaleza, ainda podia contar com 30 escravos de particulares que trabalhavam na pedreira. Os pedreiros escravos da Real Fazenda fizeram os melhores serviços enquanto trabalhavam nas pedreiras, ao contrário do serviço que executavam na obra, hora e meia ficavam doentes ou simulavam doenças.

Nesse acontecimento de linguagem sobre os trabalhadores do forte, encontramos os dizeres “46 escravos” e “30 escravos de particulares” que comprovam a existência desses alocutários presentes na cena enunciativa.

Assim como, o enunciado abaixo traz dizeres sobre os indígenas e suas funções na construção ou outro serviço referente ao forte.

os poucos índios mojos que existiam perto da fortaleza tinham suas funções limitadas na construção do forte, sendo que a maioria desses índios era utilizada na profissão de remeiros, canoeiros, barqueiro e etc., ficando a maior parte do trabalho voltado para os brancos artífices, militares, negros escravos e de ganhos.

Vimos nesses trechos que escravos e indígenas sempre estiveram presentes no processo de colonização, portanto no processo de construção da fortaleza. Esses enunciados e expressões mostram a existências dos alocutários-indígenas e alocutários-escravizados na cena.

A seguir traremos o processo de reescrituração nos enunciados que dizem sobre o Príncipe da Beira.

4.5.2. As relações de Reescrituração na planta-texto do Forte do Príncipe da Beira de 1778

O processo de reescrituração que demonstraremos nessa seção, consideraram a planta-texto em sua totalidade. Isso significa que estamos analisando todos os elementos verbais e não verbais e o modo como uma expressão rediz outra e vice-versa.

Vejamos como esse processo ocorre. O termo *polygono* refere-se à figura geométrica que dará formato ao forte. De tal maneira, observa-se que este termo identifica a projeção acima significando-o como uma figura geométrica específica. Ao observarmos mais atentamente os enunciados acima, verificamos que o termo *polygono* é reescriturado por substituição por “desenho”, significando-o não apenas como um

elemento geométrico constituído por “vários lados”, mas ainda como um desenho, uma representação como projeção que tem seus sentidos constituídos por tudo o que é dito antes, ou seja, que tem seus sentidos a partir das descrições enunciadas sobre o “desenho” em questão.

A seguir traremos a planta-texto 5. Nela não faremos análises de enunciados, por dois motivos. O primeiro, a escrita, no espaço destinado a legenda dos cômodos encontra-se ilegível. O segundo, refere-se aos enunciados dentro do espaço explicativo, nele constam 11 (onze) explicações, porém, no complexo interior temos 16 (dezesesseis) cômodos.

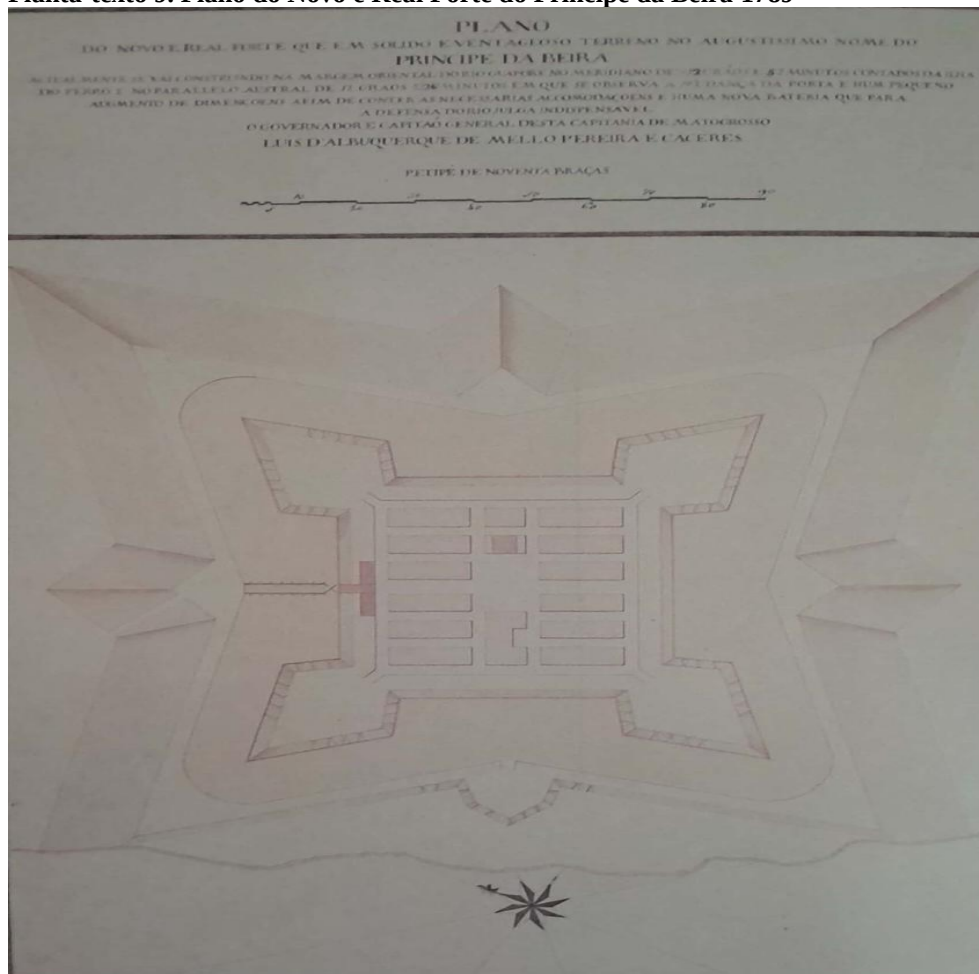
Essa planta-texto mostra o que estamos discutindo nessa tese, a partir da Semântica do Acontecimento, a articulação entre os elementos verbais e não verbais são fundamentais para a constituição dos sentidos. Porém, sem o verbal funcionando não é possível construir a articulação.

Vejamos a seguir, a análise de uma nova planta-texto do Príncipe da Beira.

4.5.3. A análise da planta-texto do Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789

A planta-texto abaixo foi retirada do livro “Real Forte Príncipe da Beira”, escrito por Nunes e publicada em 1985. Essa planta foi escolhida em função do enunciado verbal localizado na parte superior, centralizada, e diz sobre a localização, construção e adaptação realizada em seu interior.

Planta-texto 9. Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789



Fonte: Nunes (1985, p. 298)

A seguir traremos a constituição dessa cena enunciativa.

4.6.1. A cena Enunciativa da planta-texto do Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789

O recorte que escolhemos para mostrar o acesso a palavra dentro da cena enunciativa é este, localizado na parte superior central da planta-texto. Observe o enunciado.

Plano do Novo e Real Forte que em solido e ventageoso terreno no Augustíssimo nome do Príncipe da Beira

actualmente se vai construindo na margem oriental do rio Guaporé no meridiano 312 grãos e 57 minutos contados da ilha do ferro e no paralelo austral de 12 grãos e 26 minutos em que observa a mudança da porta e hum pequeno aumento de dimenções afim de conter as necessárias acomodações e huma nova bateria que para a defesa do rio julga indispensável

o governador e capitão general desta capitania de Mato Grosso
Luís D’Albuquerque de Mello Pereira e Caceres

A pessoa tomada pela língua, nesta cena enunciativa, representa um lugar social de Alocutor-x. Esse Alocutor-x é falante de português, língua oficial do Brasil colonial, e pela coroa é autorizado a falar em seu nome. O seu lugar social é de “governador e capitão general desta capitania de Mato Grosso”, logo é agenciado em Alocutor-capitão general de um lugar muito específico, a capitania de Mato Grosso. E também diz como um enunciador universal, que fala para todos o nome dessa fortaleza o “Real Forte do Príncipe da Beira”.

Neste enunciado vemos algumas adaptações realizadas no forte, isso se confirma pelas expressões “mudança da porta” e “pequeno aumento”.

4.6.2. As relações de Reescrituração na planta-texto do Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789

O processo de reescrituração funciona dentro de um mesmo texto, ou em textos diferentes. Assim, um elemento presente em um enunciado, de um texto x, pode reescrever um outro elemento em um texto y.

Para demonstrar como ocorre esse procedimento, fizemos um recorte no texto escrito por Ferraz, intitulado “fortalezas no Brasil”, pois, de certa forma ele reescreve por expansão toda a imagem do forte do Príncipe.

De acordo com os relatos de Ferraz

O forte do Príncipe da Beira é abaluartado, systema Vauban, e construído sobre um quadrado, medindo cada face 119 metros e 50 centímetros, e tendo em cada ângulo um baluarte de 59 metros sobre 48 na máxima altura. Em cada baluarte há 14 canhoneiras, sendo três por flanco e quatro por face. As cortinas que ligam os baluartes entre si, medem cada uma 92 metros e 40 centímetros, e as golas 22 metros. O fosso, de largura variável, entre um metro e 50 centímetros e três metros, atinge a de nove metros, em frente ao baluarte da Conceição, tendo em todo o seu desenvolvimento dois metros de profundidade. O portão do forte fica no centro da cortina que se acha voltada para o Norte e dá acesso a um saguão, dividido em dois compartimentos; liga-o ao outro lado do fosso uma ponte de 31 metros de comprimento. Na praça principal da fortificação ha duas ruas de casas, paralelas às cortinas e formando um conjunto de 12 edificios, todos em ruínas. As muralhas do forte são de alvenaria de pedra, com revestimento de cantaria, e medem da esplanada ao fosso oito metros e 24 centímetros. Na cortina, voltando para Oeste, há também um portão, que dá saída para o rio. O forte se acha

assentado numa collina, que dista 189 leguas approximadamente da actual cidade de Matto Grosso e 14, em linha recta, da fóz do Mamoré (Ferraz, 1929, p.509-510).

Neste enunciado conseguimos observar a descrição do forte, contando com suas acomodações, metragem e localização. Assim, o recorte corresponde à elaboração da planta do forte. Ao articularmos este enunciado a planta-texto do Príncipe da Beira teremos uma reescrituração por expansão.

A mesma reescrituração ocorre quando articulamos as expressões “fosso”, “portão” e “muralhas” aos seus “espaços/acomodações” dentro da planta-texto.

Abaixo traremos o processo de articulação.

4.6.3. As relações de Articulação na planta-texto do Plano do Novo e Real Forte do Príncipe da Beira 1789

Para mostrar esse processo de articulação voltamos no enunciado da planta-texto acima. Nele recortamos o enunciado título: “*Plano do Novo e Real Forte que em solido e ventageoso terreno no Ausgustissimo nome do Principe da Beira*”. As palavras “novo” e “real” são elementos que se articulam por dependência com “Forte” produzindo um efeito de predicação pelo qual há um novo forte, e, que, este forte é Real não por ser uma verdade, que ele existe, é Real por ser um forte que se consolida enquanto uma construção do império português, que é significado ao ser nomeado a partir do lugar da realeza.

Ao se enunciar o termo “novo” este recorta como memoráveis acontecimentos que contam o fato de que o antigo forte foi destruído pelas enchentes do Rio, o antigo Forte Bragança, mais tarde renomeado para Forte Nossa Senhora do Rosário.

A palavra “Real” anuncia algo como da realeza, da coroa portuguesa. O termo “augustíssimo” refere-se a imponente e majestoso. Esses são sentidos construídos social e historicamente, são referenciais relativos ao Forte do Príncipe da Beira, quer dizer, sentidos mobilizados no acontecimento da linguagem que foram construídos e estabilizados na história desse nome.

Dessa forma, poderíamos parafrasear da seguinte forma:

(P') O Real e majestoso Forte do Principe da Beira está sendo construído na margem oriental do rio Guaporé.

(P'') O Novo, Real e Imponente Forte do Principe da Beira, atualmente, está sendo construído na margem oriental do rio Guaporé.

Estas paráfrases são suficientes para que possamos observar os sentidos produzidos por estas relações de articulação que se dão na contiguidade do enunciado título.

Notamos que as cores ainda dizem mais, enunciam outros sentidos. O vermelho relaciona-se às condições de trabalho, aos materiais comprados para continuidade da obra e, ainda, a saúde dos trabalhadores, aqui, os tomaremos como alocutário-indígena e alocutário-escravizado⁷³, pois representam a mão de obra da construção.

Pensar a posição dos alocutários, nessa cena enunciativa, significa também evidenciar um período marcado pela escravidão. Usaremos o termo escravizado sempre que nos referirmos ao período da escravatura, pois sabemos que ela jamais ocorreu de forma passível. Isso é confirmado pelos dizeres da professora Eunice Prudente, no Jornal on-line da USP,

[...] não há, nunca houve, nem haverá escravos. O ser humano, sob violência física ou simbólica, tem sido escravizado, mas não escravo. O escravo⁷⁴ é um ser inerte convencido de sua inferioridade face ao opressor, subordinado em todas as esferas da vida. Isso, nenhum ser humano o é.

O termo escravo e escravizado revelam a “tensão entre o a significar e o já significado” (Dias, 2018, p. 30), e desconstruir “as articulações sociais de sentido” (Idem, 2018, p. 18) é um trabalho moroso, mas necessário. Essa desconstrução histórica de sentidos, também ocorre com outros nomes, racismo, negro e especial, por exemplo.

⁷³ Usaremos o termo escravizado por entender que nenhuma pessoa se sujeitaria a ser escravo. Essa pessoa, escravizada, foi roubada, retirada do seu país de origem e vendida como mercadoria. Uma prática desumana, que jamais deveria ter sido praticada pelo homem sobre o homem.

⁷⁴ Artigo disponível em: "<https://jornal.usp.br/artigos/a-escravizacao-e-racismo-no-brasil-mazelas-que-ainda-perduram/acesso>"<https://jornal.usp.br/artigos/a-escravizacao-e-racismo-no-brasil-mazelas-que-ainda-perduram/acesso> em novembro de 2022.

A escravização e as fortalezas são parte do processo de demarcação territorial da coroa portuguesa. Assim, quando o Forte do Príncipe da Beira foi abandonado por seu comandante tudo que havia nele também foi abandonado.

O projeto do Forte do Príncipe da Beira pertence ao sistema Vauban de origem francesa e, essa mudança de estilo na elaboração das plantas permitiu projetar fortificações mais ofensivas. Por isso, esta obra é diferente do Forte de Coimbra e, essa diferença está desde o desenho, os materiais utilizados para a sua construção até o uso do forte como um lugar de conflito armado.

O forte tem as formas arquitetônicas em quadrangular, possui quatro baluartes, cada qual, consagrado a um santo, “à Nossa Senhora da Conceição⁷⁵, Santa Bárbara⁷⁶, Santo Antônio de Pádua⁷⁷ e São José Avelino⁷⁸” (Paula, 2016, p. 84), essa nomeação tem inferências culturais da época, e recorta como memorável a função da igreja frente às questões administrativas, ainda que indiretamente, exercia seu poder.

As quatro pontas do quadrilátero foram pensadas para agrupar em sua extensão, parte superior, canhões para tornar o poder de defesa mais seguro e eficaz. Embora o sistema defensivo tivesse capacidade para garantir a defesa do lugar, o memorável sobre o Príncipe da Beira diz sobre as possibilidades de invasões fronteiriças, sobre possíveis ataques vindos do país vizinho, mas nunca houve tal ação. Esse passado de enunciação que diz sobre os planos do alocutor-governador de Mato Grosso sobre a localização do Príncipe produzem sentidos que justificam esses como sendo as razões para que o forte fosse instalado na encosta do Rio Guaporé.

O formato pontiagudo em cada lado significa um ponto a mais de defesa dos muros, também chamado de flancos. Assim, encontramos enunciados com as expressões “obra abaluartada” para se referir a esse tipo de construção.

⁷⁵ Conhecida como Nossa Senhora da Conceição, representa a imagem de Maria Santíssima, mãe de Jesus, conhecida pela pureza.

²⁹ Santa Bárbara nasceu na Turquia. Viveu numa torre, sob a vigilância de seu pai até os 17 anos. A história de Santa Bárbara, assim como, de tantos mártires da igreja católica, provoca um grande choque, principalmente quando ao caminhar pela história, vemos que seu genitor a mata, por decaptação. Torna-se a santa dos trovões e padroeira de todos os artilheiros, mineradores e aqueles que trabalham com fogo.

³⁰ Nascido em Lisboa, Portugal, Santo Antônio de Pádua tinha o dom da pregação. O livro em suas mãos representava esse dom; a imagem do menino Jesus sobre o Livro, mostrava a intimidade entre eles, assim como, suas pregações tivera sido sobre Jesus; o lírio representa sua castidade, pureza e o verão, cuja morte ocorrera nessa mesma estação do ano.

³¹ Ainda não encontramos.

Os baluartes, com formatos arredondados, serviam de guaritas para os sentinelas, soldados responsáveis pela vigilância daquele espaço. Nesta planta-texto evidenciamos quatro baluartes cada qual consagrado a um santo da igreja católica. Isso revela, não só, aspectos da religiosidade dos portugueses, mas da sua fé e devoção aos santos católicos.

Essas pontas, são como a ponta de uma flecha. Além dos baluartes, há também os flancos⁷⁹ e as faces. De acordo com o dicionário de Língua Brasileira:

Flanco, s. m., Na Fortificação he a parte entre o baluarte, e a cortina. Lado do exercito.

Flanquear, v. a. Guarnecer de flancos isto he de sorte que não haja parte que não seja defendida, e donde não se possa fazer fogo ao inimigo fronteiro e de lado (1832, p. 522).

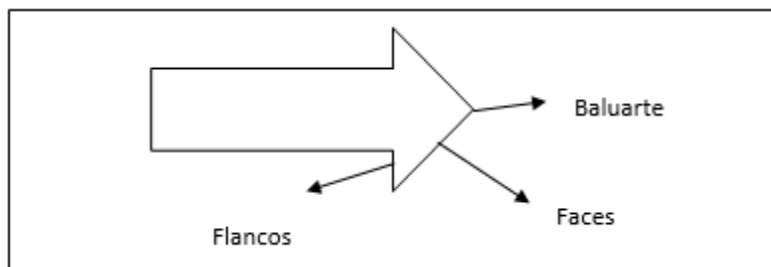
Assim os flancos ou flanquear uma fortaleza significa nesse acontecimento de construção aumentar o poder de fogo daquele lugar.

Para que os leitores, em particular aos que não conhecem alguns termos de obras fortificadas, possam entender o que significam e o lugar onde ficam esses canhões tentem imaginar uma flecha. As retas que se encontram e formam a ponta da flecha são denominadas de faces, nelas se encontram quatro canhoneiras, na ponta dessa flecha fica o baluarte, um lugar onde os soldados podem fazer vigília. As duas linhas que se encontram para formar a haste da flecha são denominadas de flancos, nessa parte ficam três canhoneiras.

Para que os leitores possam visualizar com mais clareza a descrição acima apresentaremos abaixo uma flecha e a localização dos flancos, as faces e os baluartes.

⁷⁹ Nas nossas primeiras leituras sobre o Príncipe da Beira, nos deparamos com muitos termos da engenharia militar que desconhecíamos, os flancos e faces são exemplos disso. Onde ficam? Como são? Esses foram alguns questionamentos nossos. O dicionário foi muito válido para complementar nossa compreensão.

Figura 4 Descrição - flecha e a localização dos flancos, as faces e os baluartes



Fonte: Os autores

Instalado nas pontas do quadrilátero, o baluarte foi um elemento inovador da engenharia militar moderna. Sua função significa dar ao forte mais capacidade ofensiva e defensiva.

De acordo como Diccionario de Lingua Brasileira, um “Baluarte, s. m. Obra que se faz para defender os muros (1832, p. 138)”. Essa defesa foi utilizada na construção do Príncipe conforme o enunciado abaixo:

Em cada baluarte há 14 canhoneiras, sendo três por flanco e quatro por face. As cortinas, que ligam os baluartes entre si, medem cada uma 92 metros e 40 centímetros, e as golas 22 metros.

O fosso, de largura variável, entre um metro e 50 centímetros e três metros, atinge a de nove metros em frente ao baluarte da Conceição, tendo em todo o seu desenvolvimento dois metros de profundidade. O portão do forte fica no centro da cortina que se acha voltada para o Norte e dá acesso a um saguão, dividido em dois compartimentos; liga-o ao outro lado do fosso uma ponte de 31 metros de comprimento.

Na praça principal da fortificação há duas ruas de casas, paralelas às cortinas e formando um conjunto de 12 edifícios, todos em ruínas. As muralhas do forte são de alvenaria de pedra, com revestimento de cantaria, e medem da esplanada ao fosso 8 metros e 22 centímetros. Na cortina, voltada para Oeste, há também um portão que dá saída para o rio. O forte se acha assentado numa colina, que dista 180 léguas aproximadamente da atual cidade de Mato Grosso e 14, em linha reta, da foz do [rio] Mamoré⁸⁰.

Ao articularmos o enunciado verbal acima, com as descrições dos posicionamentos das instalações, aos elementos não verbais da planta recorta-se um passado de sentidos e faz o Forte significar um lugar de proteção da fronteira com o país vizinho. Além disso, as articulações entre os elementos que constroem a planta-texto passam dizer não só sobre a proteção, mas também sobre a autossuficiência da fortaleza.

⁸⁰ <https://6bis.eb.mil.br/index.php/historico-do-forte-principe-da-beira>

Isso a faz significar como um “povoado” ou uma “vila”. Esse sentido só significa pelas expressões “ruas” e “casas”.

O Forte do Príncipe da Beira significa um forte autossuficiente projetado para ter condições de se manter, ou seja, ter abastecimento de mantimentos, médico, armamentos, e essa característica pertence a sua funcionalidade estratégica, assim como, a sua localidade. Os enunciados que dizem sobre o seu projeto revelam a região inóspita, longinqua e perigosa onde seria fixada sua pedra fundamental. Por isso, os termos “casas” e “ruas” significam algo para durar por muito tempo, ou ainda, lugar onde as pessoas que ali estavam passariam muito tempo naquele lugar. Por isso, ser “autossuficiente” significa ser capaz de se manter naquele lugar sem depender de outros.

Isso quer dizer, as pessoas, os habitantes do forte precisavam de atendimento médico, lugar para se abrigar e morar, se alimentar, enfim, essas são instalações permanentes e necessárias para garantir a sobrevivência dos seus “moradores”. Esse termo se articula a “casas” e significa que a troca de tropa, certamente, demoraria a acontecer em função do distanciamento entre ela e a Capitania.

A seguir traremos a planta-texto 6, trazendo enunciados sobre a construção nos idos de 1798.

4.7. A análise da Planta do Forte do Príncipe da Beira – 1798

Esta seção é dedicada as análises da planta-texto do Forte do Príncipe da Beira com a data de 1798. Esse corpus foi retirado da dissertação de mestrado de Giovani Barcelos, intitulada “Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação” e defendida no ano de 2018.

Planta-texto 10. Plano do Forte do Príncipe da Beira 1798



Forte Príncipe da Beira 1798

Planta do Forte Príncipe da Beira mostrando as obras concluídas e as inacabadas. Por convenção militar, o que estava em vermelho havia sido concluído e em amarelo, o que ainda deveria ser executado.

Fonte: Nunes (1985, p. 306).

Fonte: Barcelos (2018, p.34). http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BARCELOS_Giovani-Dissertacao_Mestrado.pdf

Abaixo traremos informações sobre a constituição da cena enunciativa.

4.7.1. A Cena Enunciativa da Planta do Forte do Príncipe da Beira – 1798

A constituição dessa cena enunciativa é a mesma apresentada na primeira planta-texto anterior. O falante é agenciado em Alocutor pela língua oficial, naquele momento, o português de Portugal. Os alocutários-x são os soldados, ajudantes, indígenas e escravizados e, conseqüentemente, em função da distribuição desigual da língua nesse espaço de fala, tais línguas são silenciadas pelo jogo de poder imposto pelo litúgio.

A seguir traremos o processo de reescrituração dentro dessa planta-texto.

4.7.2. As relações de Reescrituração da Planta do Forte do Príncipe da Beira – 1798

O processo de reescrituração ocorre quando uma “expressão” ou “imagem” retoma um outra “expressão”, ou quando uma “expressão” retoma/rediz uma “imagem”. Estamos ressaltando o termo “imagem”, pois nossa tese verifica como possível essa relação de reescrituração entre elementos “verbais e não verbais”.

Nesta planta, ou seja, neste corpus escolhemos como recorte os enunciados verbais descritivos que representam os cômodos da fortaleza. Assim, temos uma listagem com os nomes das instalações.

No interior da planta, notamos que os cômodos são representados por formas geométricas. Assim, é possível encontrarmos a reescrituração por substituição, e ainda, por condensação. Como isso funciona? No centro da planta, os retângulos possuem sua numeração específica. Na lista de cômodos, cada número refere-se à um cômodo.

Desse modo, temos números, expressões linguísticas e as formas geométricas significando de alguma forma as instalações (cômodos) ou espaços do Forte do Príncipe da Beira. Vamos observar e analisar como a reescrituração funcionará em cada caso.

O retângulo reescreve por substituição o cômodo. Ao analisarmos esse retângulo junto com a numeração, temos outro significado, agora é um cômodo específico. Assim, é possível inferir que a numeração também funcionará como um especificador de espaço, ou seja, da instalação, pois passa a identificá-la. Por exemplo, na planta o retângulo com o número 7 especifica um local determinado, reservado para a Capela, a Botica e o quartel do Boticario.

Abaixo, trouxemos a transcrição da listagem com os nomes dos cômodos projetados na Planta do Príncipe da Beira. Essa lista reescreve por substituição os retângulos no interior do Forte, e demais numerações ao redor da planta-texto.

1. Transito de Porta principal;
2. Corpo de Guarda;
- 3.⁸¹
- 4.⁸²

⁸¹ Ilegível.

⁸² Ilegível.

5. Quartel de militares;
6. Transito de porta falsa;
7. Capela, Botica e quartel de Boticario;
8. Quartel de comandante da guarda;
9. Quartel Real;
10. Quartel de Capelões e Cirurgião
11. Armazém de viveres e petrechos;
12. Quartel para oficiais;
13. Armazem de polvora;
14. Pro subterranea por fazer;
15. Revestimento exterior por fazer;
16. Fosso por abrir;
17. Parapeitos de entrada
18. Guarida da porta geral, ou guarda do porto geral
19. Ferraria, Carpintaria interina;
20. Direção do arquiteto;

Dito de outra forma, observe o número 20, ao se articular ao enunciado “direção do arquiteto” reescreve por condensação o cômodo. Invertendo a articulação, teremos outra forma de reescrituração. Vejamos, ao articularmos o elemento verbal “direção do arquiteto” ao elemento não verbal, número natural 20 teremos então uma reescrituração por expansão. Os seja, o elemento verbal expande o elemento não verbal.

Na planta-texto 6, é possível perceber que em 9 (nove) anos, apenas parte da construção foi realizada. As cores são elementos importantes e passam a identificar o estado do projeto. Com isso, a cor amarela significa nessa no acontecimento partes da construção que ainda precisavam ser concluídas.

Por isso, a cor amarela na planta reescreve por substituição a expressão “por fazer”, e a cor vermelha reescreve por substituição a expressão “obras feitas”, e vice-versa.

Aqui, o termo “obras feitas” substitui por condensação todas as obras que foram concluídas na planta, assim como, a expressão “por fazer” condensa todas as partes que precisam ser terminadas. Assim os enunciados verbais e os não verbais se articulam e passam a significar dentro desse acontecimento de construção.

Segundo Nunes (1985, p. 297), “a construção do Forte Príncipe da Beira chegou ao fim em 1783. Restavam partes internas a concluir. Em agosto, Luís de Albuquerque procedeu à solene inauguração em presença de representantes de Vila Bela e Cuiabá”. Conforme visto na planta-texto 6, ainda em 1798, o forte estava incompleto, a descrição dos cômodos apresentava serviços “por fazer”.

Poderíamos parafrasear da seguinte forma:

(P’) O Forte Príncipe da Beira chegou ao seu fim em 1783, porém, com partes internas a concluir. Mesmo assim, Luís de Albuquerque procedeu a solene inauguração. Ou,
(P’’) O Forte Príncipe da Beira foi inaugurado por Luís de Albuquerque, mesmo antes de chegar ao fim, pois partes internas precisavam ser concluídas.

Na história da construção das fortificações no Brasil, em especial, em Mato Grosso, o referencial histórico mobiliza sentidos pertinentes enunciativamente. Tais sentidos são estabilizados historicamente e assim são significados. O período colonial tem um referencial de colônia, isso quer dizer que, ao falarmos desse período, os sentidos mobilizados são de dependência e subordinação a coroa Portuguesa.

Essa dependência perdurou até a Independência do Brasil. Logo, outros referenciais são construídos no acontecimento da linguagem e, passa a significar país livre e independente, o Brasil.

Abaixo traremos o processo de articulação nos recortes escolhidos para as análises.

4.7.3. As relações de Articulação da Planta do Forte do Príncipe da Beira – 1798

Para mostrar o procedimento de articulação, escolhemos o mesmo corpus (a planta-texto acima), porém, o que mudou foi o recorte. Utilizaremos o enunciado que diz sobre o andamento da obra. Ele está localizado na parte superior direita, acima da lista com os nomes dos cômodos.

Vale destacar que observamos de modo semelhante ao que fizemos com o Forte de Coimbra, as relações entre o verbal e o não verbal, e como esta relação nos permite considerar a planta baixa como uma planta-texto, ou seja, enquanto uma projeção que produz sentidos, que se dá como uma unidade de significação que integra enunciados.

Vejamos como isso ocorre neste acontecimento de linguagem. Na lateral direita, há o enunciado: “*Plano do Forte do Príncipe da Beira em que se representão as suas obras feitas lhe o ultimo de Outubro de 1798 e as que se achão por fazer segundo o seu Progreto, e fundação em 20 de junho de 1776*”.

Notem as palavras representão e Progreto, elas significam a projeção do forte, há neste caso a representação de um projeto que ainda está por fazer, uma projeção de futuridade. Dessa maneira, podemos observar a seguinte reformulação parafrástica:

(P') as obras feitas no último outubro de 1778 e as que se acham por fazer segundo o projeto são representadas pelo Plano do Forte do Príncipe da Beira.

(P'') as obras feitas no último outubro de 1778 e as que se acham por fazer segundo o projeto de sua fundação em 1776 se [projetam] no plano do Forte do Príncipe da Beira.

Observamos serem suficientes as duas paráfrases para que possamos dizer que o Plano do Forte Príncipe da Beira se constitui enquanto uma projeção de futuridade daquilo que já foi feito e daquilo que ainda está por fazer. Em tal medida, o enunciado acima significa o não verbal enquanto algo que se encontra, no presente do acontecimento como algo incompleto.

O sintagma nominal Forte do Príncipe da Beira possui uma articulação que expõe um referencial da coroa. Essa mobilização de sentidos, nos permite dizer que política expansionista constituiu referenciais históricos estabilizados como colonização, fronteira, ouro, diamantes, bandeirantes, capitanias, entre outros passam a significar no acontecimento de linguagem que dizem sobre a construção dos fortes.

Outros referenciais podem ser significados a partir da construção do forte. Porém, são referenciais ocultos, os não ditos, silenciados e que estiveram presentes e, assim, significados nesse processo de colonização e ocupação do espaço em nome da coroa portuguesa. Assim, acreditamos que os sentidos desses referenciais históricos não ditos, porém, estabilizados de certa forma, nessa epopeia, referem-se ao trabalho escravo, doenças tropicais, peste, castigo, humilhação, morte, perigo, animais selvagens, fugas, punições, amores, enfim, são alguns sentidos que ao recortar o memorável da construção do forte no presente da enunciação projetam como futuridade.

Após anos de soberania, às margens do Guaporé, chegou ao seu abandono, com “a Proclamação da República em 1889, a última guarnição do Forte não teve mais assistência militar/financeira, nem comunicação e nem mantimentos” (Nascimento, 2013, p. 114). A falta de recursos deixou a construção por um longo período, abandonada. Mais tarde, foi encontrada pelas expedições Rondon, totalmente entregue a mata selvagem que a camuflava pela vegetação.

Após a divisão política dos estados Mato Grosso e Rondônia, o Forte do Príncipe passou a pertencer ao Estado de Rondônia, localizado na cidade Costa Marques. Em 1950, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fez

seu tombamento, como o maior e mais importante patrimônio histórico, não só para Rondônia⁸³, como também para o Brasil.

A grandiosa construção nunca entrou em guerra. Pesquisadores afirmam que ela jamais participou de uma invasão, ao contrário, serviu como cárcere para presos políticos após o período colonial. Embora sua estrutura possibilitasse uma magnífica fortaleza, imponente, cercada por canhões, que nunca entraram em combate.

Os negros e índios escravizados fundaram a Comunidade Quilombola do Príncipe da Beira. A nomeação pode ser conferida no acontecimento de linguagem enunciado na Portaria⁸⁴ Nº 32 de 12 de agosto de 2025, em seu Art.1 resolve REGISTRAR e CERTIFICAR o autorreconhecimento das Comunidades remanescentes de Quilombos. Assim, a “Comunidade de Forte Príncipe da Beira, localizada no município de Costa Marques, Estado de Rondônia, Livro 003, registro nº. 252, f. 58” é reconhecida como tal.

O Quilombo do Forte Príncipe da Beira localiza-se no município de Costa Marques, Rondônia, às margens do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia. Ali, junto à fortificação homônima, patrimônio histórico nacional tombado e candidato a patrimônio cultural mundial, maior edificação militar portuguesa construída além-mar, vê-se a construção de uma territorialidade específica e uma identidade étnica quilombola ligada aos ancestrais escravizados de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso.

Nesta mesma localidade, existe um Pelotão Especial de Fronteira, também homônimo à comunidade e ao monumento. As atividades do Exército no Forte Príncipe iniciaram-se somente na década de 1930, pois aquela fortificação, embora militar e construída no século XVIII, perdeu sua importância estratégica e foi abandonada no início do século XIX pelo governo, permanecendo no local o contingente humano que a construiu: escravizados negros e indígenas. Estes constituíram ali seus modos de vida a partir dos recursos da natureza e da agricultura de subsistência, em uma área fértil para roças, caça e pesca, que ainda hoje representam a base da economia e da subsistência dos quilombolas (Ferreira, 2020, p. 23).

Após a chegada da família Real em 1808 no Brasil, o Forte perdeu a sua funcionalidade e foi abandonado pelos soldados responsáveis por aquele espaço.

34 Localizado no município de Costa Marques, à margem direita do rio Guaporé, na localidade denominada Príncipe da Beira, as ruínas de uma antiga Fortaleza fazem parte do Patrimônio Histórico Nacional, inscrito no livro de Tombo das Belas Artes (Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937) e é o monumento mais antigo do estado de Rondônia (Nascimento, 2013, p. 114).

84

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/08/2005&jornal=1&pagina=20&totalArquivos=184>

Entretanto, as pessoas “encarregadas”, na verdade “obrigadas”, pela sua construção, os negros e indígenas, permaneceram ali. No texto acima, a expressão “permanecendo” funciona nesse acontecimento de linguagem como um retrato do “abandono”. Ou seja, os negros e os índios foram “abandonados”, “deixados” e “esquecidos” naquele espaço juntamente com o Forte.

Do abandono ao quilombo, assim, os negros se reafirmaram naquele território no vale do Guaporé. Assim, construíram sua Comunidade Quilombola do Príncipe da Beira desde as terras que integravam o antigo Forte de Bragança até os arredores do Forte do Príncipe.

Ao falarmos desse Quilombo, em específico, nos perguntamos porque preferiram construir suas casas no entorno do Forte, ao invés de se instalarem dentro da fortaleza. Por muito tempo buscamos respostas. Talvez seria pela quantidade de pessoas que integravam a comunidade, isso quer dizer que, havia mais pessoas que a capacidade do Forte tinha para lhes servirem de moradia. Ou ainda, passaram suas vidas do lado de fora da fortaleza, por isso, não se instalaram nessa construção.

Entretanto, ao buscarmos enunciados que dizem sobre a mão de obra utilizada na construção da fortaleza, encontramos um enunciado que diz sobre o espaço onde os escravizados ficavam naquele momento. No artigo disponível no site www.ecoamazonia.org.br, intitulado “os construtores do Real Forte do Príncipe da Beira e suas profissões”, escolhemos o recorte abaixo, pois ele daria conta de responder a nossa inquietação: porque os escravizados não utilizaram as instalações da fortaleza para construir o quilombo do Príncipe?

Acreditamos que a resposta está na forma como as relações entre escravizados e escravizador se estabeleceram social e historicamente. De acordo com o recorte, durante a execução das obras no forte do Príncipe, o engenheiro responsável pela fortificação mandou construir um galpão para “acomodar/trancar” os “pretos”:

Com o objetivo de controlar os trabalhadores da obra, Domingo Sambucete engenheiro do Real Forte conforme carta enviada a Luís de Albuquerque em 8 de outubro de 1776, mandou construir um galpão de 10 metros de comprimento por 3 de largura com intuito de abrigar os pretos do

Rei e ao lado edificou um pequeno casebre para o feitor Thomaz que teria como responsabilidade a vigilância dos escravos⁸⁵.

No recorte acima, as expressões “construir um galpão”, “abrigar pretos” e “pequeno casebre para feitor” produzem sentidos sobre o período de escravização no Brasil. Com isso, observamos que ocupar o forte do Príncipe para construir o quilombo, onde mantinham relações de escravizados significaria a continuação dessas relações. Por outro lado, construir o quilombo nos arredores do forte significaria de outro modo, ou seja, passa a significar “posse”, “liberdade” e “identidade”.

Os enunciados que falam sobre a constituição da comunidade Quilombola nesse território significa nesse acontecimento conflitos armados, resistência, injustiça e direito as terras. Tais sentidos são mobilizados pelas enunciações que reconhecem as terras como sendo de direito dos quilombolas instalados nessa região. E, ainda, como a força armada tentou “retirá-los” e “expulsá-los” de sua comunidade.

Abaixo traremos o funcionamento morfossintático do nome Real Forte do Príncipe da Beira.

4.7.4. O funcionamento morfossintático do nome Real Forte do Príncipe da Beira

O funcionamento morfossintático do nome Real Forte do Príncipe da Beira revela dois sintagmas nominais. O primeiro, Real Forte do Príncipe da Beira. O segundo Forte do Príncipe da Beira. A formação do primeiro sintagma é composta da seguinte maneira: Adjetivo (Real), substantivo comum (Forte), um sintagma preposicional (do = de+ o), um sintagma preposicional e seu especificador (da Beira). Temos, nesse caso, o nome forte que funciona como um nome genérico e da Beira o especifica, ao mesmo tempo indica posse de alguém. A palavra forte designa um lugar fortificado capaz de bloquear invasões inimigas.

Assim, o funcionamento desse nome passa a funcionar como um presente ao Príncipe herdeiro. Mas também, funciona de outra forma, ao representar a própria coroa.

⁸⁵ Disponível no site: <https://www.ecoamazonia.org.br/2023/07/os-construtores-do-real-forte-principe-da-beira-e-suas-profissoes/>. Acesso em agosto de 2024.

A seguir traremos, de modo geral, algumas considerações sobre o forte do Príncipe da Beira.

4.7.5. Algumas considerações

O Real Forte do Príncipe da Beira foi uma obra pertencente à administração de Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres. Sabe-se que a coroa Portuguesa, embora, tivesse uma política de fortificação no novo mundo não havia interesse em construir o forte exatamente onde está, mas o governador usou uma estratégia para facilitar a aceitação da obra “o nome, escolhera Luís de Albuquerque em honra ao primogênito da futura Rainha D. Maria, que ostentava o título de Príncipe da Beira” (Nunes, 1985, p. 285).

Naquele momento, o governador responsável pela capitania de Mato Grosso estava determinado a executar uma fortificação naquela região do Guaporé. Com isso, determinou que o engenheiro Sambuceti fosse vistoriar o local, a fim de encontrar o lugar mais favorável. Esses cuidados foram tomados devido as inundações ocorridas no antigo forte Nossa Senhora da Conceição que provocaram sua destruição.

Este acontecimento de construção é parte de um conjunto de obras fortificadas construídas no Brasil colonial. Os enunciados que dizem sobre esta fortaleza projetam sentidos distintos, isso significa que os enunciados que dizem sobre o “Real Forte do Príncipe da Beira” na era Colonial produzem sentidos diferentes dos enunciados da Independência do Brasil e, ainda, na contemporaneidade, continuam surgindo novos sentidos a partir de novos acontecimentos enunciativos.

Seguindo essa linha, podemos dizer que no período da Colônia tivemos dois momentos de produção de sentidos, num primeiro momento os sentidos são de “riqueza da coroa Portuguesa”, “ostentação”, “poder”, “soberania” e “distância”; num segundo momento os sentidos projetados são de “dispendioso”, “exagero”, “guardião das águas”, “abandono”, “escravizados” e “surgimento de quilombos”.

Com o Brasil independente, os enunciados projetam pela futuridade novos sentidos e passam a significar “quilombolas”, “comunidades de quilombolas”, “liberdade”, “confronto entre quilombolas e exército”, “preconceito” e “Brasil”. Na contemporaneidade, novos sentidos foram surgindo a partir das discussões acadêmicas sobre “indíos” e “negros”. Assim, os novos enunciados que dizem sobre essas

discussões passaram a significar “indígenas, escritores indígenas, escolas indígenas, acadêmicos indígenas, pesquisadores indígenas, ministra indígenas, entre outros termos relativos aos povos originários”.

O mesmo ocorreu com os enunciados que dizem sobre negros, nesses novos contextos sociais, culturais e históricos, esses termos passam a significar “escravizados, racismo, preconceito, racismo estrutural, racismo ambiental, racismo cultural⁸⁶, racismo institucional, vozes negras, cinema negro⁸⁷, atores, negros, escritores negros, música negra⁸⁸, resistência, ancestralidade, decolonialidade” entre outros termos e sentidos.

E ainda temos os sentidos ocultos provenientes dos enunciados que não foram ditos, mas que de alguma forma se articulam aos elementos verbais e não verbais existentes em enunciados orais, escritos e imagens, que passam a significar “fome”, “doenças tropicais”, violência”, “mortes”, “vida”, “recomeço”, “quilombo”, “família” e “comunidade”.

Adiante, traremos as considerações finais. Nela buscamos mostrar uma síntese de toda a nossa tese. Os enunciados que encontramos sobre o tema apresentado até aqui, assim como, os enunciados com as nossas reflexões, observações e percepções.

⁸⁶ <https://www.nsctotal.com.br/noticias/racismo-entenda-quais-sao-os-tipos-e-as-consequencias>

⁸⁷ <https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/revista3/revista3-48.pdf>

⁸⁸ <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2023/08/5116419-artigo-a-musica-negra-como-voz-da-resistencia.html>

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho, a partir do referencial teórico e metodológico da Semântica do Acontecimento, teoria fundamentada e construída por Eduardo Guimarães e, discutida por teóricos que se propuseram a dialogar e refletir sobre a enunciação, buscamos compreender e fundamentar teoricamente a planta arquitetônica de fortalezas construídas entre os séculos XVII e XVIII no Brasil como um texto.

Uma planta arquitetônica se constitui por elementos não verbais e verbais que a constituem enquanto linguagem, isso quer dizer, que ela produz sentidos. Esses sentidos são construídos no/pelo acontecimento do dizer, na materialidade constitutiva da planta arquitetônica levando em consideração o processo histórico-social de sua existência o que a especifica enquanto acontecimento de linguagem.

Portanto, para nós, o sentido projetado pela planta-texto está na relação entre verbal e não verbal, podemos dizer que são, neste estudo, elementos indissociáveis, mas para a Semântica da Enunciação, assim também referida à Semântica do Acontecimento, o elemento verbal ganha destaque, isso quer dizer que o sentido só se constitui pela presença do verbal.

Desse modo, verificamos que os elementos verbais ao se articularem aos elementos não verbais produzem sentidos diversos por integrarem enunciados em textos. Assim, essa teoria conseguiu dar suporte para nossa investigação e, a planta passa, nesse contexto, a ser considerada uma unidade de sentido, portanto, um texto. Dito isso, a planta-texto significa, nesse estudo semântico e enunciativo, uma unidade de sentido plurissignificativa⁸⁹, porque além de projetar um lugar defensivo, ela significa a política de colonização da Coroa Portuguesa no novo mundo, entre outros sentidos ressignificados sobre indígenas, escravizados, quilombolas, cultura, economia, e a constituição do nosso país, o Brasil.

No acontecimento de linguagem onde os enunciados dizem sobre a construção dos fortes é possível encontrar uma rede de sentido que projetam poder, território, proteção, fronteira e política de colonização de Portugal. De modo muito particular, os enunciados que dizem sobre as operações realizadas dentro e fora do Forte de Coimbra

⁸⁹ Essa palavra vem do Latim e significa vários, muitos.

ordenadas pelo comandante produz uma nova rede de significações, além da apresentada anteriormente, que passam a significar coragem, bravura, glória, guerra, morte e fé.

Essa rede de sentido é construída

considerando que as palavras não significam sempre a mesma coisa. Elas mudam de sentido a partir das relações que estabelecem com outras palavras ou expressões nos enunciados em que ocorrem e ainda pelas relações que estabelecem com a história e, portanto, com a sociedade (Oliveira, 2013, p. 26).

Os sentidos não são cristalizados, embora, muitos estejam estabilizados historicamente, verificamos que novos sentidos surgem a partir de novos enunciados por intermédio da temporalidade de novos dizeres. Esse sujeito da linguagem que enuncia nessa cena enunciativa compõe a tríade sujeito, linguagem e história e ao se relacionar histórica, social e semanticamente a história das fortificações.

Nas cenas enunciativas os alocutores-x falam em nome de Portugal a partir das figuras sociais Alocutor-Governador e Comandante e o Alocutor-Engenheiro. Ao serem agenciados pela língua em funcionamento eles dizem o que dizem, e passam a representar a coroa portuguesa. No funcionamento da linguagem, a língua é distribuída de forma desigual hierarquizando aqueles que podem ou não ter o direito a falar. Assim, os alocutores-x falam para os alocutários-soldados, alocutários-ajudantes, alocutários-indígenas, alocutários-escravizados, alocutários-prisioneiros e alocutores-donatários.

A constituição da cena está ligada diretamente ao processo de ocupação no Brasil. Assim, ao estudarmos a história das cidades e das fortalezas brasileiras, isso passa a significar, segundo Guimarães (2023), a história⁹⁰ da constituição de extensão territorial do Brasil, e não somente a história daquele lugar.

O estudo em torno do “achamento”, ocupação, povoação e exploração do Brasil está intrinsicamente ligado às lutas (guerras), e, dentre elas a mais importante é a Guerra do Paraguai. Este foi um evento histórico significativo tanto para a história, quanto para a constituição geopolítica da América do Sul. Com isso, a Guerra do Paraguai é um acontecimento de linguagem importante para a História e para a Semântica Enunciativa. O êxito nessa guerra se deve também a ciência militar.

⁹⁰ Fala de Eduardo Guimarães durante a banca de defesa da tese da doutoranda Solange Veloso em 2023. Essa referência está ligada ao município de Cáceres. Porém, a fala do semanticista estende-se, a nosso ver, a todo processo de ocupação do território nacional.

As mudanças e avanços na engenharia geradas pela arte Renascentista possibilitou as mudanças arquitetônicas nas plantas dos fortes, a fim de melhorar o sistema defensivo e ostensivo, a partir da ressignificação das outras áreas do conhecimento como a Matemática, Geometria, Pintura, entre outras.

Isso é percebido pela figura do engenheiro militar. Os seus conhecimentos não limitaram a arquitetura, ao contrário, era preciso dominar conhecimentos da astronomia, do desenho, da pintura e, principalmente, da matemática e da geometria.

As áreas que utilizam os cálculos representam a mudança arquitetônica na planta. Isso foi significado na utilização dos baluartes, um elemento defensivo muito importante de uma fortaleza. E o alocutor-engenheiro era o responsável por pensar e escolher o melhor ângulo para o baluarte.

Para nosso estudo semântico e enunciativo, a obra intitulada o “Engenheiro português” escrita por Fortes, publicada em forma de II volumes, foi significativa para compreendermos o pensamento da época, assim como, as mudanças realizadas na transição do sistema defensivo das fortalezas. O autor traz no seu manuscrito a utilização de imagens como meio de exemplificação e, isso, foi uma ação importante para mostrar aos aspirantes a engenheiros a aproximação entre o desenho, a matemática e a geometria.

A convergência desses conhecimentos foi uma das grandes descobertas científicas que possibilitaram a inovação no sistema de defesa dos fortes, pois entender “os princípios da arquitetura militar, e como esse conhecimento está articulado à lógica da conquista, à posse e ao domínio do espaço” (Oliveira, 2014, p. 17), conhecimentos substanciais, que os engenheiros formados em arquitetura militar usavam para reconhecer, *in locu*, o melhor terreno para instalação e demarcação das fortificações ao longo do território brasileiro.

A esse respeito, os dois fortes, Coimbra e Príncipe da Beira, estão localizados as margens de rios fronteiriços com outros países. Um Rio Paraguai, o outro Rio Guaporé. De um lado o Paraguai e de outro a Bolívia. Essas construções instaladas em fronteiras naturais como rios serviram para guarnecer a porta de entrada. O rio significava a porta e, essa, porta de entrada precisava ser vigiada caso sofresse algum tipo de ataque inimigo.

O estudo ligado as fortificações no Brasil recorta como memoráveis acontecimentos de linguagem que dizem sobre a colonização. Nos livros didáticos utilizados pelos estudantes das escolas públicas de Mato Grosso⁹¹ estão significados o processo de colonização do Brasil pela ótica eurocêntrica. Mas ao conhecer, ler e pesquisar mais sobre o assunto “colonização”, certamente, o Alocutor terá condições de mobilizar outros sentidos, diferentes daqueles já sabidos, estabilizados. O sentido novo é possível à medida em que o assunto vai sendo pesquisado. Isso é importante mencionarmos, pois vivenciamos essa experiência durante as pesquisas sobre os fortes de Coimbra e do Príncipe da Beira.

Pensar as fortificações, “[...] a partir do fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes” (Guimarães, 2017, p 13), significa compreender o sentido que elas representam para a história do nosso país. O sentido possui uma relação intrínseca com o simbólico. Na semântica histórica, o sentido não é memória, “o sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento” (Guimarães, 2010, p. 70).

Ao enunciarmos Forte de Coimbra e Forte do Príncipe da Beira entendemos que um nome está inscrito na história, assim como, possui a sua própria história. Nessas histórias, conhecemos muitos dos enunciados que enunciam as plantas-texto desses fortes, e isso nos permitiu conhecer um pouco da história e dos enunciados sobre os indígenas e escravizados, a valorização dos grupos étnicos, assim como, a visibilidade conquistada ao longo dos anos. Além disso, conseguimos ressignificar o sentido da política de escravização imposta aos indígenas e aos negros, através dos dizeres do colonizado. Isso mudou nossos olhares e passamos a entender como o não dito significa, assim como, o dito.

A carta escrita por Pero Vaz de Caminha é um exemplo de como o dito e o não dito vão se constituindo, se estabilizando historicamente e em algum momento vão sendo ressignificado e, assim, modificado. Notamos esse movimento ao relermos a “Carta de Achamento do Brasil”. O termo “achamento” é usado como oposto ao sentido real. Isso significa que as terras consideradas achadas foram, na verdade, “roubadas”,

⁹¹ Refiro-me aos estudantes que estudam em escolas públicas, porque ao longo da docência encontramos em livros didáticos de Língua Portuguesa a expressão “achamento” do Brasil, assim como, a visão eurocêntrica em todos os relatos históricos. Além da Carta de Achamento do Brasil, nenhum outro texto histórico da época são usados nesses livros.

“arrancadas” e “saqueadas”. Isso se comprova pelo enunciado descritivo referente ao povo encontrado na praia, assim diz:

Um deles trazia um arco e seis ou sete setas; e na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas de nada lhes serviram. Trouxe-os logo, já de noite, ao Capitão, em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto (Caminha, 1500, p. 3).

Ao descreverem os habitantes da nova terra os colonos nos provam que o “achamento” é um termo deslocado e camufla seu real sentido “invadido”. Essa política desordenada da colonização evidencia a lentidão no retratamento dos malefícios provocados aos indígenas e aos escravizados desde a “Era Colonial”.

Diante de tantos enunciados recortados dos textos estudados podemos dizer que nossas análises revelam novos sentidos que vão se sustentando pela articulação com outros enunciados e, assim, os enunciados que dizem sobre as construções fortificadas enunciam uma rede semântica significativa como massacre do povo indígena, extermínio, mentiras, escravidão, pobreza, desigualdade social, quilombos, preconceito racial e racismo.

Recentemente, estudos têm revelado novos sentidos a partir do enunciado racismo. É muito interessante observar o movimento semântico em torno das expressões e como elas mudam a cada novo dizer. O racismo, por exemplo, passa a ter o sentido de racismo estrutural ou racismo ambiental. Assim, os sentidos mobilizados anteriormente deixam de significar, apenas, o racismo contra a pessoa negra e se expande, passa a significar racismo nas “estruturas”, a forma como a sociedade foi se constituindo ao longo dos séculos.

Ainda temos o racismo manifestado no entorno das comunidades carentes, ao qual denomina-se racismo “ambiental”. Essa expressão produz sentidos diversos relativos às pessoas e suas moradias. A exemplo disso, temos as periferias, favelas ou aglomerados onde uma parte da população negra está instalada. São espaços, praticamente, abandonados pelo poder público, sujos, com falta de saneamento básico, água potável e, geralmente, a coleta de lixo não é realizada. Além disso, o professor da USP, Marcos Bernardino de Carvalho, aponta outros fatores como “o despejo de resíduos nocivos à saúde em regiões de vulnerabilidade social, a grilagem e a

exploração de terras pertencentes a povos locais são exemplos da manifestação do racismo ambiental⁹²”

Essas são, sem dúvidas, consequências da escravização, período que maculou a fronte deste país, cingida com muita violência, sangue e desrespeito a vida humana. Em particular, as pessoas negras marcadas pela “trilogia infernal, cuja primeira cena era a África, a segunda o mar, a terceira o Brasil, é toda a nossa escravidão” (Nabuco, 2000, p. 44), parte da nossa história que não vemos com tanta veracidade nos livros didáticos.

Essas vozes, dizeres que não estão contemplados nesses livros significam os milhares de homens, mulheres e crianças caladas na Ditadura Militar, todos, que de alguma forma pensassem e/ou agissem contra o regime opressor foram silenciados cruelmente. Esses acontecimentos mostram que os ditos e os não ditos da história de formação do Brasil deveriam constituir as aulas de história, português, geografia e arte para tratar desse período com mais vivacidade e, que nossos jovens saibam o outro lado da história e jamais aceitem, ou compactuem com políticas e ações desumanas.

A respeito da escravização, a colaboração dos manuscritos históricos para a formação crítica do homem é absolutamente verdadeira, é como se a venda fosse retirada de nossos olhos, é (ter a possibilidade) de saber o que milhares de pessoas passaram ao serem arrancadas de suas terras.

A escravidão não é um contrato de locação de serviços que imponha ao que se obrigou certo número de deveres definido para com o locatário. É a posse, o domínio, o sequestro de um homem corpo, inteligência, forças, movimentos, atividades - e só acaba com a morte (Idem, 2000, p. 54).

A escravização deve ser lembrada para que nenhum homem exerça poder sobre o outro. Ainda hoje, infelizmente, encontramos rastros desse período, é uma nódoa que custa sair, e passa a significar outros sentidos diferentes daqueles enunciados no período colonial.

A sombra protetora dos primitivos fortins do litoral, acolheram-se os pioneiros núcleos de povoamento e estabeleceram-se as comunidades ancestrais que, hoje, representam os marcos testemunhos das origens da nacionalidade brasileira (Carvalho e Albuquerque, p. 17, 1985).

⁹² <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>

Conforme a citação acima sobre a origem da nacionalidade brasileira, para nós, estudar as fortalezas significa conhecer o processo de construção do nosso país. Isso significa que esse estudo retrata a gênese da nossa pátria, desde a sua invasão até os dias atuais. Dizendo de outro modo, implica conhecer a origem e a função dos fortes, seja como delimitação de fronteira ou monumentos, mas, sobretudo, com a criação do Brasil Contemporâneo.

Desse modo, por intermédio das reflexões delineadas pela Semântica do Acontecimento, podemos afirmar que os sentidos das palavras são modificados à medida em que as ressignificamos, ou seja, a cada novo enunciado proferido/escrito, novos sentidos são construídos acerca da história de seu próprio nome. Com isso, esperamos que nosso trabalho possa contribuir junto aos estudos da significação, a fim de fortalecer as discussões e reflexões sobre a planta-texto tendo a Semântica do Acontecimento como o referencial teórico que baliza nossas análises.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Lucas Augusto Souza Pinto. **A Tradução como Reescrituração por uma perspectiva Enunciativa**. 180 f. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2022.

AUTO DE FUNDAÇÃO. Real Forte do Príncipe da Beira. **Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. 20-06-1776. Tomo LX, P. 1. RJ, Companhia Typographica do Brazil. 1892.

ADAMY, A. **Geodiversidade do estado de Rondônia** / Organização Amilcar Adamy. – Porto Velho: CPRM, 2010. 337 p. disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/15691>> acesso em janeiro de 2021.

BARCELOS, Giovani da Silva. **Forte Príncipe da Beira: Conhecimento, valorização e preservação**. Dissertação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 206f. 2018.

BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015. 102f.: il. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BERTELLI, A. de P. (1998). Luiz D’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. **Revista Do Instituto Histórico E Geográfico De Mato Grosso**, 1(56), 93–112. Recuperado de <https://revistaihgmt.com.br/index.php/revistaihgmt/article/view/659>.

BENTO, Cláudio Moreira. **Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção (história militar terrestre da Amazônia de 1616 a 2017)** / Cláudio Moreira Bento. -- Barra Mansa/RJ : Gráfica Drumond, 2017.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.12. p. 193-234. jan./dez. Disponível em:<

<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5408/6938>> acesso em 05 de dezembro de 2021.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500 – 1822)**. Tese de doutorado. Faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

CABRAL, Jose Antonio Teixeira. **Planta estacada de Miranda**. <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>

Camara Junior, Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. Petropolis – RJ, Vozes, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5670747/mod_resource/content/1/Mattoso%20Camara%20Jr.%20-%20Hist%C3%B3ria%20da%20Lingu%C3%ADstica.pdf> acesso em janeiro de 2024.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2008.

CANNAN, Soila. ALVARES, Lucas. KARIM, Taisir Mahmudo. **Forte de Coimbra e Real Forte Príncipe da Beira: nomes que constroem sentidos – fronteira Oeste do Brasil**. (Org) Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase III). 1. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

CANOVA, L. **Antônio Rolim de Moura: Um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso. Coletâneas do nosso tempo, Rondonópolis - MT**, v. VII, nº 8, p. 75 a 86, 2008. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/109>> acesso em abril de 2018.

CARTA, de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres para Illm. E Exm. Sr. Martinho, de Mello e Castro. Villa Bella, 5-6-1779. **Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Tomo XXVIII, P. 1 RJ, B, L. Garnier – Livreiro-editor. 1865.

CARVALHO, Juliana. ARAGÃO, Isabella. Infografia: Conceito e Prática **Revista Brasileira de Design da Informação** / Brazilian Journal of Information Design São Paulo | v. 9 | n. 3 [2012], p. 160 – 177 | ISSN 1808-5377. Acesso em 2023

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Forte. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Forte%20Dicion%C3%A1rio%20IPhan.pdf>. Acesso em janeiro de 2021.

CINTRA, Jorge. P. O mapa das cortes e as fronteiras do Brasil. Bol. **Ciênc. Geod.**, sec. Artigos, Curitiba, v. 18, no 3, p. 421-445, jul-set, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bcg/v18n3/05.pdf>> acesso em março de 2018.

CORRÊA, Dalva M. **A guerra da tríplice aliança como campo de possibilidade para o desenvolvimento da atividade turística em Corumbá-MS**. Dissertação. Programa de pós-graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços. 2017. Disponível em: <<https://ppgefcpan.ufms.br/files/2018/03/Dalva-Maciel.pdf>> acesso em maio de 2018.

CORREA, Jessica; GODOY, Paulo. O tratado de Madri e as políticas territoriais no Brasil meridional (1750-1777). **Colóquio Baiano Tempos, Espaços e Representações: abordagens geográficas e históricas** - ISSN 2359-1218, Vol. 1, No 1 (2013). Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/view/2878>> acesso em março de 2018.

COUTO, Ronan Cardozo. **A escolarização da linguagem visual: uma leitura dos documentos ao professor**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte. Faculdade de Educação. 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-85ZHTT/1/1000000329.pdf>. Acesso em novembro de 2023.

CRUXEN, E. A arquitetura militar portuguesa no período de Expansão Ultramarina e suas origens medievais. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 3, n. 9, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/22304>. Acesso em: 4 maio. 2023.

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. A arquitetura de defesa no Brasil Colonial. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.7, n.10, p.173-194, jan./jun. 2011. Disponível em:< <http://fortalezas.org/midias/arquivos/2294.pdf>> acesso em agosto de 2018.

DIAS, Luis Francisco. A “**linguagem cidadã**” em questão: Uma abordagem enunciativa. **Linguagem e interpretação**. BRESSANIN, J. A. [et. all] (organizadores). A institucionalização dos dizeres na história. Brasília, CNPq, 2013.

DIAS, Luis Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DICCIONARIO DA LINGUA BRASILEIRA. Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Ouro Preto. Typographia de Silva. 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>> acesso em janeiro de 2024.

FARIA, Miguel. Fortalezas de expansão português. **Oceanos**. Nº 28, Outubro/Dezembro de 1996. Disponível em:< <https://www.abeebooks.com/OCEANOS-N.%C2%BA-OUTUBRODEZEMBRO-1996-FORTALEZAS-EXPANS%C3%83O/22814697291/bd>> acesso em março de 2022.

FERREIRA, Mário C. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid a cartografia a serviço da diplomacia. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.51-69, Jan/Jun 2007. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100004> acesso em março de 2018.

FERRAZ, Antonio Leoncio Pereira. Sobre as fortificações de Matto Grosso. Imprensa nacional. **Revista do IHGB**, Tomo 102, Vol. 156, Rio de Janeiro, 1929.

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Tradução do Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, V. 93. Concelho Editorial, 2007. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188906>. Acesso em dezembro de 2022.

FORTES, Manuel de Azevedo, 1660-1749
O engenheiro português: dividido em dous tratados. Tomo primeyro. Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, MDCCXXVIII (1728) Disponível em:

<https://bndigital.bnportugal.gov.pt/records/item/92818-o-engenheiro-portuguez?offset=1>. Acesso em janeiro de 2022.

Fortes, Manuel de Azevedo. **O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Tomo Segundo.** Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, MDCCXXIX (1729). Disponível em https://purl.pt/14547/4/sa-3906-p/sa-3906-p_item4/sa-3906-p_PDF/sa-3906-p_PDF_24-C-R0150/sa-3906-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf. Acesso em janeiro do 2022,

GODOY, Adriana Cristina de. **As imagens na sala de aula: produção de conteúdo visual no ensino de História e Geografia local.** Ribeirão Preto, 2013. 190. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2013. Área de concentração: Educação. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-19022014-173117/publico/AdrianaCGodoy.pdf>> acesso em 02 de setembro de 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. Sobre teoria e método em semântica da enunciação. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 26, n. 51, p. 116–134, 2023. DOI: 10.20396/lil.v26i51.8671816. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8671816>. Acesso em: 3 out. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo/ DIAS, Luis Francisco/ Karim, Taisir Mahmudo/ Dalla Pria, Albano. (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um Estudo Semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 2).** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: enunciação e sentido.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação.** Campinas, SP: Pontes, 2017 – 4 eds.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração: Funcionamento enunciativo e sentido. **Cad.Est.Ling.** Campinas, 51(1): 49-68, Jan./Jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219>> acesso em dezembro de 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, Designação. Laboratório Corpus: UFSM, jan./Mar 2014. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/download/17264/10431>> acesso em março de 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, Editora RG, 4 edição, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, p.49-68, Jan./Jun. 2009. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219>>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. Um contra argumento delocutivo: “Fala sério!”. V.9 nº 16, p. 85 -101. **Línguas e Letras**. Disponível em: <https://revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/1709>> Acesso em dezembro de 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: Letras nº 26 - **Língua e literatura: Limites e fronteiras**. Jun. 2003. Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UFSM. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880>> acesso em fevereiro de 2019.

KARIM, Taisir Mahmudo. DI RENZO, Ana Maria; BRESSANIN, Joelma Aparecida, KARIM MACEDO, Jocineide (Orgs.). **Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: um estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso - (Fase I)**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2016.

KARIM, Taisir Mahmudo. **Dos nomes à história - o processo constitutivo de um estado: Mato Grosso** / Taisir Mahmudo Karim. Campinas, SP: Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2012. Disponível em<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270579/1/Karim_TaisirMahmudo_D.pdf> acesso em março de 2019.

JUNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades específicas. **R U R I S** | v o l u m e 5, n ú m e r o 2 | s e t e m b r o 2 0 11. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16854/11564>.

MAGRO, Elaine Regina Franco. **Os Efeitos de sentidos no nome Rabo da Gata: um estudo semântico do acontecimento da linguagem**. UNEMAT, 2016. 106f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2016. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Elaine-Regina-Franco-Magro.pdf>> acesso em junho de 2023.

MARTINS, Carla Sofia Baptista. **A arquitetura militar do século XXI em Alepo um quartel-general para a cidade**. Mestrado em Arquitetura. Dissertação. Lisboa. 2018.

MATOS, Odilon. Nogueira de Matos. Mello (General Raul Silveira de). — Para além dos bandeirantes. Rio de Janeiro. **Biblioteca do Exército**. 1968. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/131739/127977>> acesso junho de 2018.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Arquitetura militar em Salvador da Bahia – séculos XVI a XVIII**. Tese de Doutorado. Orientador: Mário Henrique Simão D’Agostinho. História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo. FAUUSP. São Paulo, 2011. Disponível em:< https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-11012012-105548/publico/Tese_Filipe_Eduardo_Moreau.pdf>acesso em março de 2020.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345975/mod_forum/intro/munduruku_cons_finais_3.pdf. Acesso em setembro de 2023.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. São Paulo: **Publifolha**. 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>. Acesso em setembro de 2023.

NASCIMENTO, S. M. Real Forte Príncipe da Beira: História e estórias do imaginário popular no Vale do Guaporé. **Revista Labirinto** – Ano XIII, nº 18 – Junho de 2013. Disponível em:< <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/882/1067>> acesso em março de 2019.

NETO, Tomaz E.; Cavassini, Gabriela L. A importância do tratado de Madri na formação da fronteira oeste: a dinâmica social na fronteira do Mato Grosso do século

XVIII. **Rev. Conj. Aust.** | Porto Alegre | v.8, n.44 | p.4-22 | out./nov. 2017 | ISSN: 2178-8839. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/70947>> acesso em março de 2018.

NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Fundação Emílio Odebrecht. 1985.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. **A "marcha para o Oeste" no Brasil: entre a civilização e o sertão**. Tese. UNICAMP. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP. 208 f. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/913774>> acesso em novembro de 2023.

OLIVEIRA, Luiza Nascimento de. **Plantas de fortificação do Rio de Janeiro: arquitetura militar e a defesa do Império (1700-1730)**. Rio de Janeiro, 2014. 140p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. <https://www.scielo.br/j/delta/a/TXm9d9ybbbbRJdvNYSgvJgz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em outubro de 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 4 edição, 2002.

PAULA, Edgley P. **O Real Forte Príncipe da Beira “como lugar de memória” lusobrasileira**. 2016. Disponível em: http://www.dhmfortepincipe.com.br/artigos/ARTIGO_REAL_FORTE_PRINCIPE_DA_BEIRA.pdf> acesso em março de 2018.

PAULA, Edgley P. **Fortes e Fortalezas como “lugares de memória”: o caso Brasileiro**. Antrope // Fortes e Fortalezas como “lugares de memória”: o Caso Brasileiro // nº 6. 2017.

PINTO, Deise Cristina de Moraes. COELHO, Fábio André Cardoso. RIBEIRO, Roza Maria Palomares. **Introdução à semântica**. V. único. Rio de Janeiro. Fundação Cecierj. 2016.

PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 2, p. 127-145, maio/ago. 2011. Disponível em: < <https://www2.cm-evora.pt/castelosdeportugal/assets/35-fortifica%C3%A7%C3%B5es-s%C3%ADmbolos-pol%C3%ADticos-de-dom%C3%ADnio-territorial.pdf> > acesso em 16 de agosto de 2021.

REGO, Francisco R. de M. O Forte Coimbra. Sua fundação e os acontecimentos que com Ella se relacionam. **Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. TOMO LXVII. Parte II. Rio de janeiro, Imprensa Nacional. 1906.

RIBEIRO, Daniel Melo. Cartossemiótica: uma abordagem peirciana dos mapas e da cartografia. **Dispositiva**. V. 06, N° 10. 2017. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/16608>. Acesso em janeiro do 2021.

SATIL, Julianne Rosy do Valle. JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. O mapa como texto: reflexões e sentidos no espaço urbano. **XI Seminário de pesquisa em ciências humanas –SEPECH-Humanidades, Estado e desafios didático-científicos**. Londrina, 27 a 29 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/o-mapa-como-texto-reflexes-e-sentidos-no-espao-urbano-23624>. Acesso em maio de 2021.

SOUZA, Augusto Fausto. Fortificações no Brazil. Época de respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importância defensiva, e valor actual. **Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. 1881. TOMO XLVIII (Parte II). Rio de janeiro. Typographia Universal de Laemmert & C. Rua dos Invalido. 1885.

VELOZO, Solange Moreira dos Santos V432p Planta-Texto: Entre o Linguístico e o Não Linguístico no Domínio do Estudo da Significação / Solange Moreira dos Santos Velozo – Cáceres, 2023. Disponível em : <https://caceres.unemat.br/faculdades/facel/stricto/ppgl/dissertacao-e-tese> > acesso em outubro de 2024.

WEBER, Astor. Os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru: o Tratado de Paz de 1791. **Revista História em Reflexão**: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/318/270/779>. Acesso em outubro de 2023.

ANEXOS

Anexo 1. Forte de Coimbra



Fonte: https://www.eb.mil.br/operacao-acolhida/noticias/-/asset_publisher/FB2z0y6rFLpC/content/semana-do-243-aniversario-de-fundacao-do-forte-de-coimbra-/8357041

Anexo 2. Forte do Príncipe da Beira



Fonte: <https://portalamazonia.com/estados/rondonia/real-forte-principe-da-beira-a-maior-edificacao-militar-portuguesa-construida-fora-da-europa>